



**DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA,
REVISÃO E REDAÇÃO**

SESSÃO: 292.3.55.0

DATA: 04/10/17

TURNO: Noturno

TIPO DA SESSÃO: Deliberativa

Extraordinária - CD

LOCAL: Plenário Principal - CD

INÍCIO: 23h34min

TÉRMINO: 03h04min

DISCURSOS RETIRADOS PELO ORADOR PARA REVISÃO

Hora	Fase	Orador

Obs.:

Ata da 292ª Sessão, em 04 de outubro de 2017

Presidência dos Srs.:

ÀS 23 HORAS COMPARECEM À CASA OS SRS.:

Rodrigo Maia

Fábio Ramalho

André Fufuca

Giacobo

Mariana Carvalho

JHC

Rômulo Gouveia

Dagoberto Nogueira

César Halum

Pedro Uczai

Carlos Manato



I - ABERTURA DA SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - A lista de presença registra na Casa o comparecimento de 476 Senhoras Deputadas e Senhores Deputados.

Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus e em nome do povo brasileiro iniciamos nossos trabalhos.

II - LEITURA DA ATA

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Fica dispensada a leitura da ata da sessão anterior.

III - EXPEDIENTE

(Não há expediente a ser lido.)

VI - ORDEM DO DIA

PRESENTES OS SEGUINTE SRS. DEPUTADOS:

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - A lista de presença registra o comparecimento de 476 Senhoras Deputadas e Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Passa-se à apreciação da matéria sobre a mesa e da constante da Ordem do Dia.

Item 1.

PROJETO DE LEI Nº 8.612/17.

(DA COMISSÃO ESPECIAL PARA ANÁLISE, ESTUDO

E FORMULAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

RELACIONADAS À REFORMA POLÍTICA.)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 8.612, de 2017, que altera a Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995 (Lei dos Partidos Políticos), a Lei nº



9.504, de 30 de setembro de 1997 (Lei das Eleições), a Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral), a Lei nº 13.165, de 29 de setembro de 2015 (Minirreforma Eleitoral de 2015), e a Lei nº 5.768, de 20 de dezembro de 1971, com o fim de promover ampla reforma no ordenamento político-eleitoral.

O SR. ARTHUR LIRA (Bloco/PP-AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, gostaria de fazer só uma sugestão para ver se é possível, se a Mesa acolhe e os outros Líderes concordam:

Nós temos vários destaques e alguns deles não têm o condão da anualidade. Se a gente pudesse fazer um acordo de procedimento de todos os Líderes para votar o que tiver anualidade.

Quanto ao prazo de votação de um ano antes de eleição, nós poderíamos tentar economizar as votações por hoje à noite, se for possível, e deixar os outros assuntos.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Se a gente puder avançar no “sim” ou “não”.

A SRA. SORAYA SANTOS (PMDB-RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, quero registrar que, sem novo painel, não há possibilidade de verificar o quórum tendo em vista uma PEC que esta pautada.

Novo painel, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Agora, já passou essa fase. Agora, não dá mais Deputada.

O SR. ORLANDO SILVA - Passou o tempo, Soraya.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Na primeira votação, o PMDB pode pedir verificação e pode checar o quórum da Casa, não tem problema nenhum. É nesse primeiro destaque.

A SRA. SORAYA SANTOS (PMDB-RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Não, é só para deixar registrado as insistências e a ausência ...Eu estou entendendo, Deputado. Eu estou só marcando posição, porque o primeiro item da pauta era a PEC 134, as mulheres aguardaram e confiaram na condução dos trabalhos por V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - É verdade.

A SRA. SORAYA SANTOS - Nós nunca pedimos, Sr. Presidente, o resultado. Nós pedimos o respeito da bancada feminina, que deveria ter tido o encaminhamento de cada Líder, de cada partido, nos anseios das suas Deputadas dos seus respectivos partidos.

Nunca pedimos resultado; pedimos o respeito. Esperamos com educação, que é peculiar da bancada feminina...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Isso é verdade.

A SRA. SORAYA SANTOS - ... o acordo que foi feito...

A SRA. ZENAIDE MAIA - Quero falar.

A SRA. SORAYA SANTOS - ... o primeiro item da pauta. Às 15 horas, Sr. Presidente, nós tínhamos 410 Deputados. Passamos com serenidade. Sabemos que esta Casa foi incompetente para votar uma reforma trabalhista, que era necessária, por 8 meses. Porém, Sr. Presidente, a PEC 134 está pronta desde 2016, votada com muita competência pela Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - *(Ininteligível)*.



A SRA. SORAYA SANTOS - Mas confiamos nos Líderes e em V.Exa. O que nós estamos verificando é que, ao ficar para o final, há um movimento claro, mani...

O SR. ORLANDO SILVA - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Só um minutinho. Só um minutinho para a gente começar aqui.

A SRA. SORAYA SANTOS - Um manifesto claro, claro, de ausência de interesse, e nós respeitamos a posição. Como respeitamos, Deputado Rodrigo Maia, em 2015, quando nós perdemos. Nós só queríamos o direito de discutir a matéria. Mas como nós não vamos conseguir, por ausência de quórum, eu queria apenas fazer um agradecimento às diversas mulheres do Brasil, que pagaram passagem do seu bolso, e vieram para Brasília para assistir essa dificuldade de se colocar uma pauta feminina.

A SRA. ZENAIDE MAIA - Espera aí, eu quero falar.

A SRA. SORAYA SANTOS - Eu queria também, Sr. Presidente, agradecer à OAB Mulher, à OAB como um conjunto geral, à manifestação do movimento feminino de todos os partidos. Mas só há movimento feminino quando nós encontramos no seu Líder de partido posição clara aqui dentro para que pedisse a V.Exa. que priorizasse um tema feminino. Nós somos 57 mulheres.

E eu quero dizer, Sr. Presidente, que somos 57 mulheres. E quero dar os parabéns, por exemplo, à bancada evangélica, porque, ontem, o quórum era baixíssimo, mas quando fomos votar a isenção das igrejas o quórum subiu para 485, outro momento em que as mulheres do País podiam ser...

O que apenas as mulheres queriam, Deputado Rodrigo Maia, era pedir que a Câmara decidisse o que queria, continuar no crime eleitoral, onde a cota de 30%



para disputar eleições resulta em fraude clara de uso de mulheres laranja, ou esta Casa tomaria uma decisão. E poderia, Deputado, ter havido uma decisão de fazer um acordo para 2020, para a próxima eleição, mas que respeitasse a bancada desta Casa.

Esse era o registro que eu queria fazer. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Eu vou responder à Deputada Soraya Santos, até porque S.Exa. tem toda a razão.

E agradeço que V.Exa. distribuiu a responsabilidade, mas a responsabilidade é minha. E, como V.Exa. abriu uma última janela aqui, o importante é aprovar a PEC, mesmo que não seja para 2018, e não será. Eu acho que nós devemos fazer um esforço único na próxima semana, na terça-feira pela manhã, pauta única, a gente vota com o quórum elevado. Eu cumpro a minha parte atrasado, e não transferimos para os Líderes a responsabilidade que é do Presidente da Casa.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Com a palavra a Deputada Soraya Santos.

A SRA. SORAYA SANTOS (PMDB-RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, por favor. Eu teria o tempo de Liderança. Eu estou aguardando.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Está.

A SRA. ZENAIDE MAIA - O PR aqui, Sr. Presidente.

A SRA. SORAYA SANTOS (PMDB-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu só queria dizer que seria mais claro e transparente, como sempre foi a bancada feminina, firme com seus Líderes, que pudesse ter vindo uma única proposta, porque esta Relatora, que é sobre a PEC, a acolheria com



transparência, porque nenhuma mulher chegou a esta Casa por cota. O que queremos é mudar essa vergonha na ponta e sair do crime eleitoral. Seria mais claro, honesto e transparente que um único Líder assumisse o pedido de pedir que esta Relatora incluísse no seu texto a votação hoje da reforma para 2020, porque nós faríamos com serenidade.

Nós não precisamos de cota para estar aqui, Deputado Rodrigo Maia.

O SR. ORLANDO SILVA - Sr. Presidente, pela ordem.

A SRA. SORAYA SANTOS - Esse é o nosso protesto, porque a bancada feminina desta Casa, da 55ª Legislatura é firme, posicionada e tem conteúdo.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Sabemos, Deputada. Eu preciso encerrar, Deputada, senão...

A SRA. ZENAIDE MAIA - Eu vou sair, porque V.Exa. não me está deixando falar.

O SR. ORLANDO SILVA - Sr. Presidente, pela ordem. Podemos fazer um debate. Mas não dá, Sr. Presidente.

A SRA. SORAYA SANTOS - Só para encerrar. E ela respeita cada posição tomada.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Obrigado, Deputada.

A SRA. SORAYA SANTOS - Fica aqui, portanto, o registro.

Nós vamos votar semana que vem, porque nós queremos fazer a diferença na ponta.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Eu sei disso, eu tenho certeza.

A SRA. SORAYA SANTOS - Mas queríamos ter tido um único Líder, ou até de V.Exa., o pedido que eu acolhesse nessa eleição para 2020...



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Mas eu já assumi a minha responsabilidade. Eu não abri mão disso.

A SRA. SORAYA SANTOS - ... e não fizesse esse papel ruim para a bancada de última tema, último tema, último tema.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Vamos lá.

Deputada deixa eu...

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Há sobre a mesa requerimento no segui teor:

Sr. Presidente,

Requeiro a V.Exa., nos termos do art. 161, inciso I, § 2º do Regimento Interno, destaque para votação em separado do § 3º, do art. 22, ao lado da Lei nº 9.504, de 1997, alterado pelo art. 1º ao substitutivo ao PL nº 8.612, de 2017.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Orientação de bancada.

Não há ninguém inscrito.

Como vota o PMSB? *(Pausa.)*

Como vota o PSDB? *(Pausa.)*

Como vota o PP? *(Pausa.)*

Como vota o PT? *(Pausa.)*

A SRA. ZENAIDE MAIA - Eu vou encaminhar.

O SR. VICENTE CANDIDO - Sr. Presidente, Sr. Presidente.

O SR. HILDO ROCHA (PMDB-MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PMDB vota "não".



O SR. BETINHO GOMES (PSDB-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -
Sr. Presidente, o PSDB vota “sim”.

O SR. VICENTE CANDIDO - Sr. Presidente, quero propor um acordo.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Sim, Deputado.

O SR. VICENTE CANDIDO (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -
Sr. Presidente, primeiro agradecer várias bancadas que estão retirando aqui os destaques para dar celeridade aqui em nosso trabalho.

E esse caso do PSD que foi dado, eu estou acatando o destaque e proponho aqui uma votação simbólica.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Todos votam “não”. É isso?

O SR. ARTHUR LIRA - Ele acolheu o destaque?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Acolheu. Estão de acordo?

O SR. ARTHUR LIRA - Então, fica simbólica, não é?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Todos estão de acordo? Todo mundo está de acordo?

O SR. ARTHUR LIRA - Todo mundo de acordo.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Todo mundo “não”.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -
Sr. Presidente, o Relator vai retirar, mas o PSOL só quer firmar a sua posição:...

O SR. ARTHUR LIRA - O Relator está retirando.

O SR. GLAUBER BRAGA - ... é a favor do texto do Relator, porque considerava esse um ponto positivo de arrecadação prévia, inclusive pelas redes, pela Internet. Seria fundamental, como uma ação alternativa. Nós só queremos firmar ali, então, que a nossa posição não é “não”, a nossa posição é “sim”.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - É “sim”. A posição do PSOL é “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PCdoB?

O SR. ORLANDO SILVA (PCdoB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PCdoB vota “sim”. Essa é uma medida positiva para estimular a cultura de doação das pessoas físicas. Para que haja doação, deverá haver mudança de cultura. No Brasil, não há essa cultura. Por isso, para nós é correto o texto proposto pelo Deputado Vicente Candido. Alerto os colegas para o que estamos votando.

Estamos votando um instrumento que permite que as pessoas possam fazer doação às campanhas eleitorais. Se muitos votaram contra a criação do Fundo Público essa medida irá estimular a sociedade brasileira para que cada pessoa, cada eleitor possa, de acordo com a sua consciência, doar para uma campanha política. Portanto, votar “sim” é estimular a autonomia do eleitor o financiamento de cada eleitor.

O PCdoB vota “sim.”

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PR?

A SRA. ZENAIDE MAIA (PR-RN. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, o PR vota “não”. Mas eu queria aqui, como mulher, reforçar as palavras da Deputada Soraya Santos. Nós aqui somos uma bancada de 57, assistimos a todas as votações e aprovamos o que a maioria dos Deputados aqui propõem.

Mas queria dizer que nós mulheres estamos nos reunindo e vamos ser mais uma bancada aqui, com 57 Deputadas. A falta de respeito que sentimos quando pedimos algo para nós numa votação dessa e não é nem colocada em pauta, Sr. Presidente...



O SR. WEVERTON ROCHA (PDT-MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PDT é “sim”.

O SR. ALEX MANENTE (PPS-SP. Pela ordem Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PPS é “sim”.

O SR. ALESSANDRO MOLON - Sr. Presidente, pela REDE.

A SRA. ZENAIDE MAIA - Vamos ser uma bancada, e vamos responder por isso.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - O PDT vota “sim”.

O SR. ALEX MANENTE (PPS-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PPS vota “sim” também.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Rede.

O SR. ALESSANDRO MOLON (REDE-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu queria fazer um apelo ao Deputado Vicente Candido, porque, veja bem, essa medida é extremamente correta e inteligente. O Deputado Vicente Candido, ao permitir a arrecadação prévia por *crowdfunding* a partir de maio, permitirá que todos nós planejem com antecedência o quanto poderemos gastar nas campanhas. Não faz sentido atrasar isso para agosto, quando pode haver uma arrecadação prévia e com transparência por 5 ou 6 meses.

Quer dizer, durante a campanha, fica todo mundo desesperado, querendo saber quanto vai arrecadar e quanto poderá gastar — uma bagunça! O Deputado Vicente Candido permite uma arrecadação prévia, transparente e coletiva. Por que tirar isso do relatório dele? É uma das partes mais positivas do relatório.

Então, a REDE orienta “sim” e faz um apelo para que o Deputado reveja sua posição e mantenha o texto original.



O SR. CARLOS ZARATTINI (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PT muda a orientação para “sim”.

O SR. BETINHO GOMES (PSDB-PE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, só para reforçar aqui, nós estamos votando um avanço, porque vai significar a votação através de contribuição de Internet.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - E vota “sim” também?

O SR. BETINHO GOMES - O PSDB é “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Está muito interessante.

Como vota o PSB?

A SRA. TEREZA CRISTINA (PSB-MS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, o PSB vota “sim”, porque acha importantíssima essa modalidade.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - O PSB é “sim”.

A SRA. TEREZA CRISTINA - Sr. Presidente, o PSB acha que é importantíssimo e deve ser mantido no texto.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PP? (*Pausa.*)

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a Minoria é “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PP? (*Pausa.*)

O SR. AUREO (SD-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Solidariedade é “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - O Solidariedade é “sim”.

Como vota o DEM? (*Pausa.*)

O SR. GIVALDO CARIMBÃO (PHS-AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PHS vota “sim”.



O SR. ALESSANDRO MOLON - Sr. Presidente, V.Exa. que vai interpretar....

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Em votação.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Aqueles que forem a favor da manutenção do texto permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

O TEXTO ESTÁ MANTIDO.

O SR. ALESSANDRO MOLON - Muito bem, Presidente! Parabéns!

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Sobre a mesa requerimento com o seguinte teor:

Sr. Presidente,

Requeremos, nos termos do art. 161, inciso II, do Regimento Interno, destaque da Emenda nº 15 apresentada ao PL nº 8.602/17.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Para falar a favor, tem a palavra o Sr. Deputado Henrique Fontana.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT-RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, vou orientar junto com a orientação do PT para acelerar a votação.

Esta emenda é para exatamente tornar mais democrática a arrecadação de pessoas físicas. Queremos que pessoas físicas contribuam com valores pequenos, que todos nós possamos conquistar essas contribuições de pessoas físicas.

Portanto, ao limitar que a contribuição seja de 15 salários mínimos no máximo para todas as disputas eleitorais, ou seja, pode doar um salário mínimo para um candidato a Deputado Federal, um salário mínimo para um candidato a Deputado Estadual e não como está no texto, 10 salários mínimos para cada nível de



campanha, porque isso daria uma contribuição de 60 mil, que é muito alta, pouquíssimos brasileiros podem contribuir com 60 mil numa campanha eleitoral.

Por isso, pedimos o apoio para tornar mais democrático o financiamento de pessoas físicas reduzindo para 15 salários no geral das contribuições.

O nosso voto é “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PMDB?

O SR. HILDO ROCHA (PMDB-MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PMDB vota “não”.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PSDB? *(Pausa.)*

Como vota o PP? *(Pausa.)*

O SR. BETINHO GOMES (PSDB-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSDB vota “não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PP? *(Pausa.)*

Como vota o PR? *(Pausa.)*

Como vota o PSD? *(Pausa.)*

Como vota o DEM? *(Pausa.)*

Como vota o PRB? *(Pausa.)*

Como vota o PCdoB? *(Pausa.)*

Como vota o PPS? *(Pausa.)*

O SR. PROFESSOR VICTÓRIO GALLI (PSC-MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSC vota “não”.

O SR. ALEX MANENTE (PPS-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PPS vota “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - PPS vota “sim”.



Como vota o PP?

O SR. EFRAIM FILHO (DEM-PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Democratas vota “não”.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PSD? *(Pausa.)*

Como vota o PCdoB?

O SR. ORLANDO SILVA (PCdoB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PCdoB vota “não” porque nós entendemos que esse teto estabelecido no texto, apresentado pelo Deputado Vicente Candido, já é elevado, levando em conta que é para cada candidatura. Aumentar um pouco mais esse teto seria um erro.

Por isso, o PCdoB vota “não”, pela manutenção do texto.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PP? *(Pausa.)*

Como vota o PSB? *(Pausa.)*

Como vota o PHS? *(Pausa.)*

Como vota o PSOL?

O SR. IVAN VALENTE (PSOL-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSOL vota “sim”

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - O PSOL vota “sim”.

Em votação.

O SR. GIVALDO CARIMBÃO (PHS-AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PHS vota “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - O PHC vota “sim”.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero esclarecer que a nossa posição é favorável a essa emenda.



Nós precisamos reduzir as doações, colocar limite claro para as doações, senão desequilibramos: os muito ricos podem dar o quanto quiser praticamente e aqueles que não têm recursos não podem contribuir com muito.

Então, é necessário estabelecer sim um limite para a doação.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PP?

Eu preciso fazer a conta.

O SR. ARTHUR LIRA (Bloco/PP-AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

Sr. Presidente, nós aqui estamos discutindo, e um fato que chama muito a atenção nas declarações que nós vimos, nas últimas eleições que aconteceram no Brasil, é que em mais de 50% das doações feitas por doadores individuais, na campanha passada, houve fraudes, segundo o TSE. Se na eleição em que o teto era menor, já houve essa quantidade de fraude, se estendermos, não sei aonde isso pode chegar. Nós não temos uma posição definida aqui na bancada.

O PP libera.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - O PP libera.

Como vota o PR? (*Pausa.*)

O SR. ORLANDO SILVA (PCdoB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

Sr. Presidente, quero fazer uma correção. Houve uma informação errada aqui, e eu quero reconsiderar.

A posição do PCdoB é favorável à proposta do Deputado Henrique Fontana, porque, no conjunto, ele vai limitar o teto da contribuição. A preocupação central do PCdoB é reduzir o teto da contribuição.

Por isso, o PCdoB vota "sim". Deputado Henrique Fontana, me perdoe o encaminhamento equivocado.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Em votação.

O SR. WEVERTON ROCHA (PDT-MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

O PDT vota “sim”, Sr. Presidente.

A SRA. TEREZA CRISTINA - O PSB...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Em votação.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Aqueles que forem a favor de Emenda permaneçam como se acham.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Eu preciso que o Plenário se manifeste, porque de fato, com essa orientação, eu não tenho como avaliar. **O**

SR. VICENTINHO JÚNIOR (PR-TO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PR é “não”, Sr. Presidente.

A SRA. TEREZA CRISTINA (PSB-MS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.)

- O PSB é “não”, Sr. Presidente. O PSB é “não”.

O SR. JOÃO DERLY (REDE-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - A Rede é “não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - A Rede é “não”.

O SR. VICTOR MENDES (PSD-MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSD é “não”, Sr. Presidente.

A SRA. RENATA ABREU (Bloco/PODE-SP. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, o Podemos orienta “não”.

A SRA. LEANDRE (PV-PR. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - O PV orienta “sim”.

O SR. HILDO ROCHA - Rejeitado. Rejeitado. Voto vencido.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - REJEITADO.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Sobre a mesa há requerimento com o seguinte teor:

Requeiro nos termos do art. 161, inciso I, parágrafo 2º, combinado com o 117 e 9º, destaque para votação em separado do § 1º do art. 23 da Lei nº 9.504, de 1997, alterado pela Subemenda Substitutiva apresentada ao PL 8.602/17.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Para falar a favor, concedo a palavra ao Deputado João Gualberto. *(Pausa.)*

O SR. JOÃO GUALBERTO (PSDB-BA. Sem revisão do orador.) – Como eu já falei antes, foi retirado o financiamento privado e agora não pode também limitar em apenas 10 mil reais a doação legal. A nossa defesa é para que permitam 10% da receita do ano anterior de pessoa física.

São receitas lícitas que o doador vai fazer para o candidato que ele escolher, de apenas 10% da sua receita.

Se ele ganhou 200 mil, que possa doar no máximo 20 mil reais.

Defendemos essa Emenda.

O Sr. Rodrigo Maia, Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Carlos Manato, 4º Suplente de Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado, nobre Deputado.

O SR. CARLOS ZARATTINI - Sr. Presidente, vou falar contra aqui.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Orientação de bancada.

O SR. CARLOS ZARATTINI - Deputado Manato, vou falar contra.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Pela Liderança, Deputado?

O SR. CARLOS ZARATTINI - Não, contra essa proposta.

O SR. HENRIQUE FONTANA - Contra a Emenda.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Não há inscrito nenhum Deputado aqui. Mas eu vou abrir e colocar V.Exa, por respeito a V.Exa.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT-SP. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Esta é uma questão fundamental nesta votação. Nós temos que aqui estabelecer um limite de doações. Nós não podemos aceitar que uma pessoa milionária, que teve rendimento de milhões no ano passado, aliás, neste ano, possa, ano que vem, colocar 10% dos milhões que ela teve de rendimento, enquanto uma pessoa que teve um rendimento baixo tenha que colocar os mesmos 10%, o que vai ser uma contribuição muito pequena. Nós temos que aplainar, igualar, fazer com que haja um teto de contribuição.

Por isso, nós somos favoráveis, Sr. Presidente, a que esse teto fique pelo menos como está nessa proposta. Já que não aprovaram a nossa proposta que estabelecia um teto menor, que pelo menos se estabeleça um teto. Este é um dos grandes problemas da contribuição das pessoas físicas, é não ter um teto delimitado.

E o que nós estamos propondo aqui, o que o Relator propôs, que não é proposta do Relator só, foi vitorioso na Comissão Especial. Houve essa discussão na Comissão, houve votação. O Deputado Hildo, do PMDB, sabe bem disto: houve uma maioria favorável a essa proposta.



Portanto, não foi uma proposta tirada da cartola. Foi uma proposta debatida e avaliada pela Comissão Especial. Nós temos que ter um teto máximo, para não haver disparidade na campanha, e também para que não haja um laranjal. Sabem o que é um laranjal? É um camarada que pega e distribui a grana para um monte de gente fazer a doação, sem qualquer limite.

Precisamos, sim, estabelecer o limite, até para valorizar a doação das pessoas físicas, que são importantíssimas, do ponto de vista da cidadania política em nosso País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado, nobre Deputado.

Orientação de bancada.

Como vota o PMDB, Deputado Hildo Rocha??

O SR. HILDO ROCHA (PMDB-MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PMDB vai manter o texto que foi acordado por todos os partidos dentro da Comissão, que foi debatido durante 1 ano. Nós limitamos o gasto para que o poder econômico não atue na decisão das eleições parlamentares.

Então, nós temos um limite. O limite é este. Não vamos abrir para aqueles ricos que querem fazer uma grande bancada aqui.

Portanto, o PMDB encaminha “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Deputado Henrique Fontana, Como vota o PT?

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, da mesma forma, o meu apelo ao Plenário é para manter o texto,



porque, se esta emenda do PSDB for aprovada, isso significa escancarar para que grandes milionários possam colocar milhões em campanha eleitoral.

É o abuso do poder econômico que deixaria de ocorrer por empresas, que foi proibido pelo Supremo Tribunal Federal, e seria substituído agora pelo CPF de pessoas que ganham milhões num ano, e que poderiam decidir eleições com contribuições de 500 mil, 1 milhão, 2 milhões de reais para uma campanha.

Nós temos que preservar uma eleição parelha, em que os candidatos possam receber contribuições de pequenos valores de um número grande de pessoas. Isso é mais saudável para a democracia.

O voto é “sim”, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Como orienta o PP, Líder Arthur Lira?

O SR. ARTHUR LIRA (Bloco/PP-AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, com todo o respeito e amizade que tenho pelo Líder Fontana, em muitas das últimas votações nós divergimos, mas hoje ele me convenceu. Eu estava em dúvida aqui, e acho que, com toda a propriedade, o Líder Fontana coloca, na noite de hoje, com muita retidão, que nós precisamos realmente dar limites às doações individuais de campanha.

O PP orienta “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Que bom! Não é?

Deputado João Gualberto, como orienta o PSDB?

O SR. JOÃO GUALBERTO (PSDB-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Isso é muito ruim: ver o PT e PMDB juntos. O PSDB orienta “não”, porque acha que a doação legal de pessoa física de apenas 10% da sua receita não é nada de mais. É doação lícita! Não há laranjal nenhum! Quem entende de laranjal é o PT.



Por isso, o PSDB orienta “não”.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Como orienta o PSD? *(Pausa.)*

O SR. AUREO (SD-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Solidariedade orienta “sim”, Presidente.

O SR. VICENTINHO JÚNIOR (PR-TO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PR orienta “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) -Aguardem 1 minuto. Vamos seguir a ordem.

Como orienta o PSD, de dado? *(Pausa.)*

O PR orienta “sim”.

Como orienta o PSB?

O SR. VICTOR MENDES - Sr. Presidente, o PSD vai orientar.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Pois não.

O SR. VICTOR MENDES (PSD-MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Só chamando a atenção do Plenário, o que nós estamos votando hoje, essa infraconstitucional, ainda vai ter que ser submetida à votação no Senado. E o Senado só vai ter o dia de amanhã para poder apreciar isso.

Talvez nós estejamos, hoje à noite, fazendo um trabalho que não vai ser aplicado nas eleições do ano que vem.

pode ser aquele chamado trabalho português. Então, quero só não alimentar uma falsa esperança, uma falsa expectativa, porque o Senado vai ter que aprovar, referendar o que nós estamos votando, o que eu acho muito difícil ele fazer em 24 horas.

Neste destaque, o PSD encaminha “sim”.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Como vota o PSB?

O SR. LUIZ LAURO FILHO (PSB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -
O PSB orienta “não”, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Como vota o Democratas, Líder?

O SR. EFRAIM FILHO (DEM-PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -
“Não”.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Como vota o PTB? (*Pausa.*)

Como vota o PRB? (*Pausa.*)

Como vota o PDT, Weverton? (*Pausa.*)

O SR. EFRAIM FILHO - O Democratas vota “não”, Presidente.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Quero só deixar registrado, Presidente, de forma assim muito objetiva, que este destaque prevê o percentual que cada cidadão pode contribuir nas eleições em termos de CPF, de contribuição de pessoa física.

Estabelece um teto de 10% do que a pessoa recebeu no ano anterior. E isso vale para a pessoa física que contribui para um candidato e vale para a pessoa física do candidato para consigo mesmo, exatamente para evitar que alguns possam fazer contribuições milionárias ou se autofinanciar de forma exagerada.

Então, fica um teto, uma coisa mais equilibrada. É mais razoável e evita, Presidente, fundamentalmente distorções. O rico vai ter que respeitar o pobre, e o pobre compreender o seu papel relevante.

Por isso, o voto é “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Como vota o Podemos?

O SR. BACELAR (PODE-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - “Sim”.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Como vota o PCdoB, Deputado Orlando?

O SR. ORLANDO SILVA (PCdoB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PCdoB vota "sim".

Quando fizemos o debate na Comissão, nós defendemos que o teto de 10% da receita do ano anterior ou de dez salários mínimos fosse o teto para todas as contribuições de todas as campanhas, ou seja, cada cidadão não poderia doar mais do que 10 mil reais.

A posição do PCdoB na Comissão foi esta. Nós fomos derrotados, foi aprovado o teto de, no máximo, dez salários mínimos por campanha. Atenção: dez salários mínimos para Presidente e Vice, Governador e Vice, Senador ou Deputado Federal ou Estadual.

É um teto já enorme! Aumentar este teto é instituir o voto censitário, é estimular o poder econômico materializado no indivíduo que contribui com a campanha.

Por isso, Presidente, nós apelamos aos nossos colegas, sobretudo a quem defendeu a redução de custo de campanha, que votem "sim" para manter o texto e a medida prática para reduzir custos de campanha.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Deputado Professor Victório Galli, como vota o PSC?

O SR. PROFESSOR VICTÓRIO GALLI (PSC-MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSC encaminha "sim".

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Como vota o PPS, Deputado Alex?



O SR. ALEX MANENTE (PPS-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PPS encaminha "sim", Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Como vota o PHS?

O SR. GIVALDO CARIMBÃO (PHS-AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, temos a mesma visão dos companheiros que defenderam a tese de que deve haver um limite. Na hora em que você consegue liberar, há um perigo muito grande de haver um desencontro e uma distorção entre candidatos que têm grande prestígio com empresários e pessoas e aqueles que não têm condições de contribuir.

Por isso, o PHS também vota "sim".

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Deputada Leandre, como vota o PV?

A SRA. LEANDRE (PV-PR. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - O PV vota "sim", Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Como vota o PSOL, Deputado Glauber?

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, com todo o respeito ao Parlamentar João, do PSDB, esta é a emenda João Doria — teve que votar "sim" para estabelecer limite da doação de pessoa física na campanha eleitoral.

Eu não tenho nada com isso, porque eu não sou do PSDB, não sei quem o Deputado João apoia. Mas se ele não apoia o candidato Doria na prévia, deveria, inclusive, estabelecer teto e limite para as prévias, porque parece que o Prefeito joga pesado também nas prévias.

O voto do PSOL é voto "sim" no estabelecimento de teto.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Como vota a Rede, Deputado Alessandro Molon?

O SR. ALESSANDRO MOLON (REDE-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a Rede orienta “sim” ao texto acordado e defende a imposição de limite nominal para doações. Não queremos que o poder econômico dos mais abastados defina o rumo das eleições. Não queremos que ninguém valha mais do que ninguém.

Por essa razão, deixando claro nosso compromisso com a democracia, mais do que isso, uma igualdade da disputa pelos votos, a Rede orienta “sim” ao texto acordado, “sim” ao limite nominal de dez salários mínimos e não apenas ao limite percentual, que beneficiaria o topo da pirâmide da sociedade e prejudicaria a base dos trabalhadores que devem poder influenciar tanto quanto os mais ricos nos rumos do País.

A Rede orienta o voto “sim”, Sr. Presidente,.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Como vota o PTB?

O SR. JOSUÉ BENGTON (Bloco/PTB-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PTB e o Bloco reconhecem que teremos eleições mais equânimes, encaminham o voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Como vota o representante do PEN?

Como vota a Minoria? *(Pausa.)*

Como vota a Maioria? *(Pausa.)*

Como vota o Governo? *(Pausa.)*

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a Minoria vota “sim”.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Em votação.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Aqueles que forem pela aprovação permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

MANTIDO O TEXTO.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Destaque nº 13.

Sr. Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 161, § 2º, inciso II, combinado com o art. 117, inciso IX do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, destaque para votação da Emenda nº 42 relativa à seguinte proposição: PL 8.612, de 2017.

Sala das Sessões. Vice-Líder do Bloco/PTB.

Como não há nenhum Líder para falar nem a favor nem contra, vamos passar à orientação de bancada.

O SR. HILDO ROCHA (PMDB-MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PMDB encaminha o voto “não”, Sr. Presidente.

Nós vamos manter o texto. Isso é uma matéria estranha ao que debatemos lá na Comissão. É um verdadeiro jabuti.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Como vota o Líder Arthur Lira?

O SR. ARTHUR LIRA (Bloco/PP-AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PP e o Bloco entendem que essa é uma concessão que abre as janelas e as portas para um grande desconforto.

A orientação do voto é “não”, para manter o texto.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Eu gostaria de pedir aos Deputados que colaborassem e só falassem “sim” ou “não”, para ganharmos tempo, já que há acordo da maioria.

Peço, portanto, a colaboração de todos.

Como vota o PT, Deputado Henrique Fontana?

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PT vota “não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Como vota o PSDB?

O SR. BETINHO GOMES (PSDB-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSDB vota “não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Como vota o PSD?

O SR. JOAQUIM PASSARINHO (PSD-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSD vota “não”.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Como vota o PR? (*Pausa.*)

Como vota o PSB? (*Pausa.*)

Como vota o Democratas? (*Pausa.*)

O SR. LAERTE BESSA (PR-DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PR vota “não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Como vota o Democratas?

O SR. EFRAIM FILHO (DEM-PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Democratas vota “não”.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Obrigado, Deputado Efraim.

O SR. LUIZ LAURO FILHO (PSB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSB vota “não”, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Como vota o PTB?

O SR. RONALDO FONSECA (Bloco/PROS-DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, esse destaque foi retirado. Esse destaque é meu. Eu havia feito um acordo com o Relator para retirá-lo.

Portanto, não há necessidade de votá-lo, Sr. Presidente, em homenagem ao Relator, por sua capacidade de diálogo.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Até porque é um jabuti.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Parabéns, Deputado.

Foi retirado o destaque.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Até porque é um jabuti.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - O jabuti saiu da árvore.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Destaque nº 30.

Sr. Presidente,

Requeremos a V.Exa., nos termos do art. 161, inciso I, combinado com o § 2º do Regimento Interno desta Casa, destaque para votação em separado do art. 38-A da Lei 9.504, de 1997, constante do art. 1º do substitutivo do Relator — propaganda eleitoral por comunicação eletrônica.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - O Deputado Vanderlei Macris vai encaminhar a matéria.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu queria pedir a atenção por 1 minuto



dos Deputados desta Casa para a proposta que estou apresentando como destaque.

A minha proposta de emenda é para proibir cenas externas na campanha eleitoral. Trata-se de proibição de cenas externas na campanha eleitoral.

Aqui se falou muito em diminuição de custo de campanha, e essa é uma proposta real de diminuição de custo de campanha, quando se proíbe cenas externas na campanha eleitoral.

O SR. BETINHO GOMES - Pela ordem, Sr. Presidente. Acho que o destaque não é o semelhante ao do Deputado Macris.

O SR. VANDERLEI MACRIS - Parece que houve um problema aí, Presidente!

O SR. VICENTE CANDIDO - Sr. Presidente, qual é o destaque?

O SR. VANDERLEI MACRIS - A Presidência acabou de me chamar para encaminhar o meu destaque.

O SR. VICENTE CANDIDO - Qual é o destaque que está sendo encaminhado agora?

O SR. VANDERLEI MACRIS - Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Peço que aguardem 1 minuto.

S.Exa. tem o direito de encaminhar, independentemente do destaque. Trata-se do Destaque nº 30, e S.Exa. está encaminhando.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Deputado, tudo bem, mas é uma prerrogativa dele.



A SRA. LAURA CARNEIRO - Sr. Presidente, esse destaque que S.Exa. está encaminhando...

O SR. BETINHO GOMES - S.Exa. depois volta ao destaque.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Vamos manter a palavra do Deputado. Peço só 1 minuto. Quando S.Exa. concluir, darei a palavra até para V.Exas. contraditarem. Mas S.Exa. se inscreveu e tem a prerrogativa de falar.

O SR. BETINHO GOMES (PSDB-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, pela ordem. Vai confundir o Plenário. Eu queria fazer uma sugestão.

O SR. VANDERLEI MACRIS - Esse é o meu destaque, não é, Presidente?

O SR. BETINHO GOMES - S.Exa. votaria o destaque de agora e, depois, a Presidência convidaria o Deputado Vanderlei Macris para concluir o seu encaminhamento, para não confundir o Plenário, Presidente.

O SR. ARTHUR LIRA - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Está garantida a palavra ao Deputado Macris.

O SR. VANDERLEI MACRIS - Eu queria retomar o meu tempo, Sr. Presidente, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Eu dou mais 1 minuto a V.Exa.

O SR. VANDERLEI MACRIS - Não, são três minutos.

O SR. DOMINGOS NETO (PSD-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Mas S.Exa. está defendendo outro destaque que não o que está em cena aqui, Presidente.

O SR. VANDERLEI MACRIS - Sr. Presidente, são 3 minutos. Eu não falei 30 segundos.



A SRA. LAURA CARNEIRO - Questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. DOMINGOS NETO - Isso vai confundir o Plenário, Presidente.

A SRA. LAURA CARNEIRO - Tem que haver questão de ordem! S.Exa. está discutindo destaque...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Deputado, continua. Depois, eu deixo todo mundo falar.

O SR. DOMINGOS NETO - S.Exa. está falando de destaque que não é o que está em votação, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - S.Exa. se inscreveu para falar a favor! S.Exa. tem essa prerrogativa de falar!

O SR. DOMINGOS NETO - Entendo, Presidente, mas S.Exa. mesmo pensa que está falando de outro.

O SR. ARTHUR LIRA - Só que S.Exa. está falando de outro destaque na frente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Deputado, V.Exa. está consciente de que está falando em um destaque que não é o que está em votação, certo? V.Exa. está consciente disso?

O SR. ARTHUR LIRA - Deputado Vanderlei Macris, o seu destaque é o próximo, depois deste.

O SR. VANDERLEI MACRIS - Não, eu acabei de me inscrever na Emenda nº 36, de minha autoria.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Não, mas esse é o Destaque nº 30. V.Exa. está inscrito no lugar errado. É isso que todo mundo está questionando.



O SR. VANDERLEI MACRIS - Não, não. Fui até a Mesa e fiz a inscrição com a assessoria na Emenda nº 36. Quero pedir o testemunho da assessoria de V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Houve um equívoco da assessoria de V.Exa. Se V.Exa. permitir, na outra, fala.

Orientação.

Como vota o PMDB?

A SRA. LAURA CARNEIRO (PMDB-RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - O PMDB aprova a emenda, Sr. Presidente.

O SR. LEO DE BRITO (PT-AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PT vota "sim", Sr. Presidente.

A SRA. LAURA CARNEIRO - É a favor do texto. Portanto, vota "sim".

O SR. ARTHUR LIRA (Bloco/PP-AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PP é contra o texto do *telemarketing*. Essa é mais uma maneira de fazer gastos, e temos que economizar.

O PP orienta "não".

O SR. DOMINGOS NETO (PSD-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PSD também orienta "não", lembrando que há já inclusive decisão judicial no Supremo Tribunal Federal contra o *telemarketing*.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Como vota o PR?

Eu gostaria que os Deputados prestassem atenção!

O SR. LAERTE BESSA (PR-DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PR vota "sim".

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Como vota o PSB? (*Pausa.*)

Como vota o Democratas? (*Pausa.*)



Como vota o PTB? (*Pausa.*)

Como vota o PRB? (*Pausa.*)

Como vota o Podemos? (*Pausa.*)

Como vota o Solidariedade?

O SR. AUREO (SD-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Solidariedade vota “não”.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Como vota o PCdoB?

O SR. ORLANDO SILVA (PCdoB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PCdoB vota “sim”, porque é uma medida para reduzir custos de campanha, veda a contratação de empresas de *telemarketing*, mas permite a campanha telefônica, voluntária e militante, organizada pelas várias candidaturas.

Para reduzir custos de campanha, garantir e estimular militantes, o voto é “sim”.

O SR. LAERTE BESSA (PR-DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PR muda para voto “não”, Sr. Presidente! PR, “não”!

O SR. DOMINGOS NETO (PSD-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSD vota “não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - PSB, “não”.

Como vota o Democratas, Líder Efraim?

O SR. EFRAIM FILHO (DEM-PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Estou consultando. A bancada está dividida, Presidente.

O SR. DOMINGOS NETO (PSD-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSD, de dado, vota “não”.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - PSD, de dado, “não”.



O SR. LUIZ LAURO FILHO (PSB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSB vota “não”.

O SR. JOSUÉ BENGTON (Bloco/PTB-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PTB encaminha voto “sim”.

O SR. EFRAIM FILHO (DEM-PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Democratas vota “não”.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Democratas, “não”.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Como vota o PRB? (*Pausa.*)

Como vota o Podemos? (*Pausa.*)

Como vota o PSC, Deputado Professor Victório Galli?

O SR. PROFESSOR VICTÓRIO GALLI (PSC-MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSC vota “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - PSC, “sim”.

O SR. GIVALDO CARIMBÃO (PHS-AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PHS vota “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Como vota o PPS? (*Pausa.*)

O SR. GIVALDO CARIMBÃO (PHS-AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PHS vota “sim”.

O SR. ALEX MANENTE (PPS-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PPS vota “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Como vota o PV?

A SRA. LEANDRE (PV-PR. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - O PV vota “não”.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - PV, “não”.



Como vota o PSOL? (*Pausa.*)

O SR. HILDO ROCHA (PMDB-MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PMDB muda para a orientação para voto “não”.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, está havendo uma confusão no plenário.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - O PMDB mudou a orientação para “não”.

O SR. GLAUBER BRAGA - Está havendo uma confusão no plenário e estão chamando esse dispositivo de *telemarketing*. Não é *telemarketing*.

O SR. DOMINGOS NETO - Tem que esclarecer bem isso.

O SR. GLAUBER BRAGA - Não há a possibilidade de contratação de empresa para a realização desse serviço. Agora, se houver pessoas num comitê de campanha que possam mobilizar outras pessoas para um evento, para uma atividade, e dialogar sobre a campanha, isso não pode ser proibido. É bom que isso esteja no texto. É exatamente por esse motivo que estamos orientando o voto “sim”, para que você tenha esse tipo de ação militante, mas sem permitir que se contrate empresa para fazê-lo. Não se trata de um *telemarketing*. É importante que digamos que não é um *telemarketing* contratado, profissionalizado por empresa.

É uma comunicação por telefone que vai ser feita no comitê de campanha, com as pessoas de determinado Município ou região. Por esse motivo, o PSOL está orientando o voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Como orienta o Podemos, Deputado Bacelar?



O SR. BACELAR (PODE-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Podemos orienta “sim”.

O SR. DOMINGOS NETO (PSD-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu já havia feito a orientação, mas eu preciso explicar que, com o *telemarketing*, pelo menos existia, na prestação de campanha, uma prestação de contas.

Se for aprovado o que está aqui colocado, será um serviço de caixa dois incalculável, fazendo-se campanha de *telemarketing* voluntária, de dentro de casa, com a possibilidade de o tribunal fiscalizar muito próxima de zero.

Então, é *telemarketing* do mesmo jeito. Só não é terceirizado. Se fosse terceirizado, seria até mais fácil se fiscalizar essa prestação de contas. Por isso, estamos votando “não”.

O SR. GIVALDO CARIMBÃO (PHS-AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.)
- O PHS quer mudar para “não”.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Como vota o PDT?

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, só para esclarecer porque acho que há um pouco de confusão. Aqueles que querem o *telemarketing* por telefone vão votar “sim” e aqueles que não querem o *telemarketing* por telefone — o candidato, o assessor do candidato ligando para a casa de um e de outro, enchendo o saco, atazanando a vida — vão votar “não”. É o nosso caso.

Nós concordamos que tenha Internet, que tenha *e-mail*, que tenha WhatsApp, que tenha os meios eletrônicos via Internet. No entanto, ligar para o cidadão importuna ele e a família dele. E isso, na minha visão, já é uma coisa ultrapassada.



Por isso, o PDT não concorda com isso e, em consequência, encaminha o voto “não”.

O SR. JOSUÉ BENGTON (Bloco/PTB-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PTB muda o voto para “não”.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Como vota a REDE?

O SR. ALIEL MACHADO (REDE-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o texto não fala em *telemarketing*. O texto não fala em contratar empresas. O texto apenas legaliza a possibilidade de mobilização em uma das campanhas que vai ter um custo menor.

Imaginem não poder ligar para um correligionário ou para um eleitor para mobilizá-lo, por exemplo, para um evento ou uma reunião.

Hoje o custo das ligações para mobilizar os apoiadores é muito mais barato, porque haverá menos contratação de pessoas. Como assim infernizar? Muito pior do que um telefonema é bater na casa da pessoa, chamá-la e querer convencê-la. E o custo disso é muito maior, além disso.

Nós concordamos com o texto previsto, o texto colocado pelo Relator Vicente Candido, que é o correto.

Por isso a REDE encaminha o voto “sim”. Vamos baratear a campanha, com custo menor, sem falar em *telemarketing*.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Como vota PEN? (*Pausa.*)

Como vota a Minoria? (*Pausa.*)

Como vota a Maioria? (*Pausa.*)

Como vota o Governo? (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Em votação.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Prestem atenção. Aqueles que forem pela aprovação do dispositivo permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

REJEITADO. FOI SUPRIMIDO DO TEXTO.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Requerimento de destaque da bancada do PMDB. Destaque nº 31.

Nos termos do art. 161, § 2º, combinado com o art. 161, II, ambos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeremos destaque para votação em separado da Emenda nº 31, de 2017, para fins de sua aprovação ao PL 8.612/17. (...)

Deputado Baleia Rossi.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Para falar a favor, tem a palavra o Deputado Arthur Oliveira Maia.

O SR. VICENTE CANDIDO (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Relator está acatando este destaque. Proponho a votação simbólica.

O SR. ARTHUR OLIVEIRA MAIA (PPS-BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Relator já encaminha a favor. Eu quero rapidamente explicar que a proposta desta emenda é limitar o uso de carro de som a eventos da campanha, como comício, carreatas, passeatas e reuniões, acabando com aquele carro de som que fica rodando pela rua, infernizando a vida das pessoas e aumentando significativamente o custo da campanha.

Então, a nossa orientação é para o voto “sim”, a favor dessa limitação do carro de som e, conseqüentemente, do custo de campanha.



Peço a todos que encaminhem “sim”.

A SRA. LAURA CARNEIRO - Sr. Presidente, o PMDB quer orientar. Pode?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Pode até orientar, Deputada, mas ele já acolheu. Eu já vou dar como acolhido.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PMDB-RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora) - A orientação é “sim”. O destaque é do PMDB, mas só quero deixar isso consignado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Foi acolhido pelo Relator. Todos votam “sim”.

O SR. DOMINGOS NETO - Então é “sim” para todo mundo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Em votação.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

APROVADO POR UNANIMIDADE.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Destaque nº 20.

Requeiro, nos termos do art. 161, II, combinado com o art. 117, IX, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, destaque para votação em separado da Emenda nº 36, oferecida ao PL 8.612/17.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Agora o nobre Deputado Vanderlei Macris tem a palavra por 3 minutos.



O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB-SP. Sem revisão do orador) - Meus caros colegas, a minha emenda trata da diminuição de custo de campanha.

A proposta é que nós possamos ter a proibição de cenas externas no vídeo de uma campanha eleitoral. O maior custo de uma campanha é exatamente a contratação de marqueteiros, que normalmente vão cobrar milhões e milhões de reais para uma campanha majoritária. E nós estamos proibindo cenas externas e permitindo apenas cenas de estúdio, quando o eleitor vai ficar *tête-à-tête* com seu candidato. O candidato vai realmente precisar transmitir confiança para o eleitorado.

O candidato vai precisar realmente transmitir confiança para o eleitorado. Nós não vamos mais ter a produção artificial de um candidato. Ele poderá e deverá ser o candidato capaz de passar diretamente ao eleitor as suas ideias, as suas propostas, os caminhos que pretende para o País.

Enfim, a campanha de Governador e de Presidente da República deverá ser feita em estúdio, para que o eleitor possa sentir verdadeiramente o seu candidato nas telas da televisão. Então, diminuir cenas externas é uma modificação que precisa ser feita. Nós precisamos mudar o conceito. O custo de uma campanha no Brasil é muito alto exatamente em função disso.

Segundo o estudo de um cientista político norte-americano, o brasileiro David Samuels, o Brasil gasta 16% a mais numa campanha eleitoral por conta desse tipo de postura de marqueteiro, de marquetismo na campanha eleitoral.

Portanto, Sr. Presidente, através desta emenda, nós queríamos pedir a todos que pudéssemos mudar esse formato de cinema que tem hoje uma campanha eleitoral. Mude-se o conceito, mude-se o caminho. No estúdio fechado, o candidato vai precisar mostrar que tem realmente capacidade de convencimento do seu eleitor.



Então, esta é a proposta: proibição de cenas externas, para que possamos garantir uma diminuição de custo numa campanha eleitoral.

Muito obrigado!

Quero pedir o apoio de todos para esta emenda que, sem dúvida nenhuma, é positiva na realidade que nós vivemos no País hoje.

O SR. POMPEO DE MATTOS - É isso aí, Deputado Vanderlei Macris, estou de acordo!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Para falar contra a matéria, tem a palavra o nobre Relator, o Deputado Vicente Candido.

O SR. VICENTE CANDIDO (PT-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, já é a terceira oportunidade que eu tenho de dialogar com este texto. A primeira foi na Comissão, com a emenda do companheiro de bancada do Deputado Vanderlei Macris, o Deputado Marcus Pestana.

Ele entendeu, na Comissão, que esse argumento de aumento de custo com as novas tecnologias não faz mais sentido.

Hoje, todos nós somos abordados pela mídia brasileira para gravar mensagem de onde estivermos no mundo e mandamos isso para as emissoras de televisão. O meu partido, no último programa eleitoral, fez uma edição superbarata com as novas tecnologias. Não haverá mais espaço para grandes contratações de marqueteiro. Não haverá mais motivo para mobilização de grandes equipes de cinegrafistas para cobrir eventos de rua.

Em outra oportunidade, dialoguei também com o Presidente do TSE, Ministro Gilmar Mendes, que recomendou matéria dessa natureza. Ele entendeu também que não há mais razão para aumento de custos diante das novas tecnologias.



Por último, hoje à tarde e à noite, também pude explicar para o Deputado Vanderlei Macris essas mesmas razões.

E quero agora chamar a atenção deste Plenário, para que não façamos uma campanha chata, emburrada, sem festa, sem animação, sem imagem de rua, como foi a campanha de 2016, por exemplo, uma campanha mal-humorada. Alegria, irreverência, *jingles*, expressão popular podem estar no vídeo, podem ser baratos.

Por isso, eu recomendo a rejeição da emenda do Deputado Vanderlei Macris.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Passa-se à orientação de bancada.

Eu gostaria de alertar os nobres pares: são 0h21min, e nós temos 14 destaques a serem votados. Esta Presidência vai seguir a orientação no painel. Então, se V.Exas. puderem falar “sim” ou “não” ou liberar a bancada, nós vamos ganhar meia hora por cada votação.

Como vota o PMDB?

O SR. HILDO ROCHA (PMDB-MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PMDB vota “não”.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Como vota o PT? (*Pausa.*)

Está difícil, hein?

O SR. DOMINGOS NETO (PSD-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSD vota “não”.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Como vota o PT?

O SR. VALMIR PRASCIDELLI (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.)
- O PT vota “não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - O PT vota “não”.



Como vota o PP, Deputado Arthur? (*Pausa.*)

O SR. BETINHO GOMES (PSDB-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PSDB vota “sim”, pela redução do custo de campanha. Essa proposta vai nesse sentido. Votamos “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Tem a palavra o Deputado Arthur Lira.

O SR. ARTHUR LIRA (Bloco/PP-AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Muito embora nós nos preocupemos com os custos de campanha, eu acho que isso restringe demais os programas eleitorais. O PP encaminha “não”.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Como vota o PR, Deputado José Rocha?

O SR. JOSÉ ROCHA (PR-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nós encaminhamos o voto “não”.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Como vota o PSB, Deputada Tereza Cristina?

A SRA. TEREZA CRISTINA (PSB-MS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - O PSB vota “não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado.

Como vota o Democratas, Deputado Efraim Filho?

O SR. EFRAIM FILHO (DEM-PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Democratas vota “não”.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Como vota o PTB, Deputado Jovair Arantes e amigos?

O SR. JOSUÉ BENGTON (Bloco/PTB-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PTB vota “não”.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Como vota o PRB?

O SR. CARLOS GOMES (PRB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PRB vota “não”, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Como vota o PDT, Deputado Pompeo de Mattos? (*Pausa.*)

Como vota o Solidariedade, Deputado Aureo?

O SR. AUREO (SD-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Solidariedade vota “não”.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Como vota o Podemos, Deputado Bacelar?

O SR. BACELAR (PODE-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Podemos vota “não”.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Como vota o PCdoB?

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB-BA. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Povo no programa, GoPro e celular! O PCdoB vota “não”.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Como vota o PSC?

O SR. PROFESSOR VICTÓRIO GALLI (PSC-MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSC vota “não”.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Como vota o PPS?

O SR. ALEX MANENTE (PPS-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PPS vota “não”.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Como vota o PHS?

O SR. GIVALDO CARIMBÃO (PHS-AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PHS vota “sim”.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Como vota o PV?

A SRA. LEANDRE (PV-PR. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - O PV vota "não".

O SR. POMPEO DE MATTOS - O PDT, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Como vota o PDT?

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PDT vota "não" também, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Como vota o PSOL?

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSOL vota "não".

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Como vota a REDE? (*Pausa.*)

Como vota o representante do PEN? (*Pausa.*)

Como vota a Minoria? (*Pausa.*)

Como vota a Maioria? (*Pausa.*)

Como vota o Governo? (*Pausa.*)

Prestem atenção ao texto que eu vou ler.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - A Minoria vota "não", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - A Minoria vota "não".

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Em votação a emenda.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Aqueles que forem pela aprovação da Emenda nº 36 permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

REJEITADA.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Destaque nº 28, da bancada do DEM.



Sr. Presidente,

Requeiro a V.Exa., nos termos do art. 161, II, c.c. art. 117, IX, do Regimento Interno, Destaque de Emenda nº 26, apresenta no PL nº 8.612, de 2017.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Tem a palavra a Deputada Renata Abreu. *(Pausa.)*

Não vai falar? *(Pausa.)*

Orientação de bancada.

O SR. HILDO ROCHA (PMDB-MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PMDB é “não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - O PMDB é “não”.

O SR. EFRAIM FILHO (DEM-PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Democratas é “sim”.

O SR. GILBERTO NASCIMENTO (PSC-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nem nós sabemos o que estamos votando. Isso é um absurdo, um escárnio.

Por favor, pelo menos, esclareça o que está se votando.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Eu li...

Quem está falando, porque eu não estou vendo daqui?

O SR. GILBERTO NASCIMENTO - Vamos dar andamento como?

Vamos, pelo menos, respeitar o voto dos companheiros.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Gilberto, V.Exa. conhece o Deputado Professor Victório Galli?! Ele orientou até agora pelo partido de V.Exa.

Eu li o que é.



Eu concedi a palavra à Deputada Renata Abreu, e ela não quis falar.

V.Exa. quer que eu faça o quê?

Vamos voltar lá.

Como vota o PT? *(Pausa.)*

O SR. BETINHO GOMES (PSDB-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -
O PSDB é “não”.

O SR. VALMIR PRASCIDELLI (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.)
- O PT é “não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Como vota o PP, Líder Arthur Lira?

O SR. ARTHUR LIRA (Bloco/PP-AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -
Sr. Presidente, o PP vota a favor do destaque, vota “sim”. É uma distribuição com
mais justiça pelas bancadas atuais e os tamanhos das bancadas da Casa.

O SR. BETINHO GOMES (PSDB-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -
O PSDB vota “não”.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Como vota o PSD?

O SR. DOMINGOS NETO (PSD-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -
Sr. Presidente, o PSD vota “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Como vota o PR, José Rocha?

O SR. JOSÉ ROCHA (PR-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr.
Presidente, “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Como vota o PTB? *(Pausa.)*

O SR. AUREO (SD-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O
Solidariedade vota “sim”, Sr. Presidente.



A SRA. TEREZA CRISTINA (PSB-MS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.)

- O PSB, “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Como vota o PTB?

O SR. JOSUÉ BENGTON (Bloco/PTB-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PTB encaminha o voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Como vota o PRB? *(Pausa.)*

Como vota o PDT, Deputado Pompeo de Mattos?

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PDT, Presidente Carlos Manato, vota “sim” também.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Como vota o Podemos?

O SR. BACELAR (PODE-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Por mais justiça, “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Como vota o PCdoB?

O SR. ORLANDO SILVA (PCdoB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador) - O PCdoB vai votar “não” e chama a atenção dos colegas. O voto “não” significa respeitar o voto popular e a bancada que saiu das urnas. O voto “sim” é estimular o troca-troca partidário para obtenção de tempo de televisão. Isso é um desrespeito à escolha da população.

Votar “não” é respeitar o voto popular e a bancada que saiu das urnas.

Por isso, o PCdoB vota “não”.

O SR. GIVALDO CARIMBÃO (PHS-AL. Pela ordem. Sem revisão do orador)

- O PHS vota “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Como vota o PSC, Deputado Gilberto Nascimento? *(Pausa.)*



O SR. CARLOS GOMES (PRB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PRB vota "sim".

O SR. PROFESSOR VICTÓRIO GALLI (PSC-MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSC é "não".

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Então não é o Deputado Gilberto Nascimento, mas o Deputado Professor Victório Galli.

Como vota o PPS?

O SR. ALEX MANENTE (PPS-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PPS é "não".

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Como vota o PV, Deputada Leandre?

A SRA. LEANDRE (PV-PR. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - O PV é "sim".

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Como vota o PSOL?

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSOL vota "não".

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Como vota a REDE? *(Pausa.)*

Como vota o PEN? *(Pausa.)*

Como vota a Minoria?

O SR. LUIZ SÉRGIO (PT-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - "Não", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Como vota a Maioria? *(Pausa.)*

Como vota o Governo?

O SR. CARLOS HENRIQUE GAGUIM (PODE-TO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Governo, "sim", Sr. Presidente.



O SR. JOÃO DERLY - Presidente, a REDE.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Como vota a REDE?

O SR. JOÃO DERLY (REDE-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, essa emenda, esse destaque é para que a gente possa garantir, votando “não”, só a contagem dos seis maiores partidos da coligação.

Quando foi discutido aqui que temos partidos de aluguel, e há de inseri-los todos novamente, caiu esse discurso. Então, acho que é importante votar “não”, e aí é a sensibilidade dos Deputados para que a gente possa votar “não”.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Deputado Professor Victório Galli, eu gostaria que V.Exa. repetisse.

O SR. PROFESSOR VICTÓRIO GALLI (PSC-MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - PSC é “não”.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - PSC é “não”.

Como vota a Maioria?

O SR. GIVALDO CARIMBÃO (PHS-AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.)
- Já para adiantar na próxima, PHS já é “sim”. Para adiantar, logo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Deputado Orlando, o PCdoB orientou o quê? “Não”?

O SR. ORLANDO SILVA (PCdoB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PCdoB orienta “não”, Sr. Presidente, porque nós defendemos a decisão do povo que escolheu a sua bancada em 2014, e não o troca-troca partidário. Eu sei que tem a janela proposta, com portabilidade, etc, mas aqui também já é um estímulo à mudança de partido. Nós somos contra, pela tese.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Oha, nós vamos ter que ouvir o Plenário. Temos que ouvir o Plenário, porque, todo mundo olhando lá, vê que está muito dividido.

O SR. GIVALDO CARIMBÃO (PHS-AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.)
- Votou "sim".

O SR. VANDERLEI MACRIS - Está certo, Sr. Presidente, é isso aí.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Está muito dividido.

O SR. RONALDO FONSECA - Sr. Presidente, pelo PROS aqui, Sr. Presidente.

O SR. ARTHUR LIRA - Ganhou o "sim", Sr. Presidente.

O SR. GIVALDO CARIMBÃO (PHS-AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.)
- Ganhou o "sim".

O SR. RONALDO FONSECA (Bloco/PROS-DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Ganhou o "sim", Sr. Presidente.

O SR. ARTHUR LIRA - Ganhou o "sim", Sr. Presidente.

O SR. ORLANDO SILVA (PCdoB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -
"Não", Sr. Presidente, "não".

O SR. BETINHO GOMES (PSDB-PE) - Verificação, Sr. Presidente.

O SR. ORLANDO SILVA - As maiores bancadas, Sr. Presidente. As maiores bancadas votaram "não".

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Em votação.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Aqueles que foram pela aprovação, permaneçam como se acham.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Só 1 minutinho. Não vão gritar, porque no grito ninguém vai ganhar. Eu estou aqui em cima e estou olhando. O “sim” ganhou. É só vir olhar daqui de cima.

APROVADA A EMENDA.

O SR. GIVALDO CARIMBÃO - O “sim” ganhou. Vamos para o próximo.

O SR. RONALDO FONSECA (Bloco/PROS-DF) - Verificação, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Verificação concedida. É regimental.

O SR. ARTHUR LIRA - Quem pediu a verificação?

O SR. JOÃO GUALBERTO - O PSDB.

O SR. RONALDO FONSECA (Bloco/PROS-DF) - Verificação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Verificação concedida.

O SR. ARTHUR LIRA (Bloco/PP-AL) - Foi retirada a verificação, Sr. Presidente.

O SR. RONALDO FONSECA (Bloco/PROS-DF) - Retira a verificação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - A Presidência solicita aos Srs. Deputados que tomem seus lugares, a fim de ter início a votação pelo sistema eletrônico.

Está iniciada a votação.

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, quem pediu a verificação?

O SR. BETINHO GOMES (PSDB-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSDB orienta “obstrução”.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Quem pediu foi o PSDB. Tem quórum regimental para pedir. Pronto, gente.

A SRA. ALICE PORTUGAL - Obrigada, Presidente. Foi apenas uma pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Vamos embora. V.Exas. estão demorando a votar. Quando atingir 257, eu não espero mais nenhum Deputado votar.

O SR. RONALDO FONSECA (Bloco/PROS-DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Bloco PTB/PROS orienta “não”.

O SR. JOÃO GUALBERTO - Quero alertar os Deputados do PSDB para registrarem o voto “obstrução” nessa matéria, matéria de interesse do partido.

A SRA. LAURA CARNEIRO - Convido os Deputados do PMDB a vir votar. Está ocorrendo um golpe de repente aqui.

O SR. GIVALDO CARIMBÃO - Vamos lá, nominal, ligeiramente. Solicito aos companheiros do PHS que venham votar nessa votação nominal.

O SR. AGUINALDO RIBEIRO - Sr. Presidente.

O SR. RONALDO FONSECA (Bloco/PROS-DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Bloco do PTB é “não”, Sr. Presidente.

O SR. JOSUÉ BENGTON (Bloco/PTB-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Bloco PTB/PROS/PSL é “não”.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, eu queria falar um pouco com os colegas do PSDB. Nós temos que fazer uma avaliação. Vamos fazendo a votação, ver se a gente atinge o quórum, para a gente chegar até um resultado. Caso a gente atinja o quórum, a gente verifica



qual foi o resultado. Se a gente vir que não está atingindo o quórum, a gente solicita ao PSDB que retire a verificação. Mas vamos mantendo por enquanto, vamos fazer um esforço aqui. Eu acredito que é possível a gente chegar a 257 votos.

Eu queria pedir a toda a bancada do PT que votasse “não”. E quem não está aqui que viesse rapidamente ao plenário.

O SR. GLAUBER BRAGA - Vamos votar, vamos votar.

O SR. GIVALDO CARIMBÃO - E eu peço ao PHS que vote “sim”, a todos os companheiros.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - O Governo.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PMDB-RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, chamando os Parlamentares do PMDB para a votação, para efeito administrativo

O SR. AGUINALDO RIBEIRO (Bloco/PP-PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, só para fazer uma correção. Nessa matéria, o Governo não está orientando. Nós não estamos fazendo a orientação com relação a essa matéria.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Não.

O SR. AGUINALDO RIBEIRO - O Governo não está orientando, não há orientação.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Não está.

O SR. ARTHUR LIRA (Bloco/PP-AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a bancada do Bloco/PP/AVANTE solicita a presença de todos os Deputados em plenário, na Comissão de Justiça. O tamanho das bancadas atuais na Casa, para uma redivisão equânime nos tempos de televisão, Sr. Presidente. O Bloco/PP/AVANTE orienta “sim”.



O SR. JOSÉ ROCHA (PR-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PR orienta "sim".

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Eu gostaria de pedir à assessoria aqui que tirasse a orientação do Governo. O Governo não vai orientar nessa matéria.

O SR. JOSÉ ROCHA - O PR orienta "sim".

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Quem orientou "sim"?

O SR. JOSÉ ROCHA - O PR.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - O PR orientou "sim".

O SR. ARTHUR LIRA - A Minoria também, não é Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Então, tira a obstrução do PR e bota "sim". *(Pausa.)*

Deputado João, eu acho que foi bacana a sua verificação. Mas vamos tirar a obstrução, João, vamos deixar votar.

O SR. LUIZ LAURO FILHO - Sr. Presidente, os Deputados do PSDB podem votar "sim" ou "não", mesmo como se fosse...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Lógico, podem votar.

O SR. LUIZ LAURO FILHO - Eu faço um apelo aos Deputados do PSDB que votem "sim" ou "não" pela matéria para que não obstruam a sessão.

A SRA. ALICE PORTUGAL - Então, libera.

O SR. ALIEL MACHADO (REDE-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Nós corremos o risco de não conseguir aprovar a tempo. É importante que todos os Deputados, independente da posição, votem a matéria. Os que nos estão ouvindo, nos gabinetes, precisamos votar agora, precisamos do quórum de 257.



A SRA. JANDIRA FEGHALI - Sr. Presidente, esse é o projeto...

O SR. PAUDERNEY AVELINO (DEM-AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, precisamos votar. E eu peço àqueles partidos que estão fazendo obstrução que retirem a obstrução, porque nós precisamos votar o voto impresso.

A SRA. JANDIRA FEGHALI - Claro.

O SR. PAUDERNEY AVELINO - É fundamental que votemos o voto impresso e aprovemos isso para esta eleição, já de 2018.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Meu grande Líder, Deputado Pauderney Avelino, o único partido que está em obstrução, para nossa felicidade, é o PSDB. O resto está todo mundo ali contribuindo e participando, não é? (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Tem a palavra a Deputada Jandira Feghali.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB-RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, o PSDB votou “não”, que é o voto correto, pede a verificação para impedir que o “sim” ganhe e obstrui, quer dizer, isso não ajuda um resultado favorável ao “não”, que, na nossa opinião, é o voto correto, e ainda corre o risco de derrubada da sessão, que é importante a conclusão desse Relatório, que é o que estabelece as regras, é o que construiu o acordo da Câmara dos Deputados, é o que vem sendo discutido há meses e o Senado espera amanhã, de manhã, para votar e concluir a votação deste projeto. E essas regras que aqui estão do projeto são importantíssimas para que tenhamos, de fato, um saneamento do processo eleitoral.



Então, fazemos um apelo ao PSDB para que retire a obstrução, em nome do quórum e em nome do resultado favorável, exatamente neste destaque, onde o voto “não”, na nossa opinião, inclusive, está correto e pode ajudar a derrubar a questão desta votação que, na nossa opinião, favorece a bancada e não a votação de 2014.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Com a palavra o Sr. Deputado Celso Pansera.

O SR. CELSO PANSERA (PMDB-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, queria exatamente fazer uma fala na linha do que falou a Deputada Jandira Feghali, fazer um chamamento aos Deputados do PSDB para mudar a orientação. Não podemos agora derrubar a sessão. Nós avançamos bastante até agora, uma noite vitoriosa para esta Casa. Estamos retomando o protagonismo, estamos prestes a enviar uma infraconstitucional ao Senado que reorienta todo o processo eleitoral do ano que vem e não podemos correr o risco de cair a sessão agora.

Peço aos nossos amigos do PSDB para que mudem a orientação e tire a obstrução.

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR (PCdoB-MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nós somos a Casa iniciadora, o Senado será a Casa revisora. Lá só vai ser aprovado o que for unânime, o que não for volta para cá e não vale para as eleições do ano que vem. Mas é importante que possamos concluir alguma votação para ser encaminhada até ao Senado. Essa obstrução deve ser feita no Senado. O importante é concluir a votação com todos os seus destaques.

Faço um apelo para que o partido retire a verificação nominal.



O SR. DOMINGOS NETO (PSD-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu quero também fazer uma pergunta à autora deste destaque, que está contando com o nosso apoio. A mudança está sendo feita além da data, ela apenas conta para o tempo de televisão os seis maiores partidos. Se isso for, e eu quero que isso seja, explícito aqui pelo Relator ou pela autora do destaque, nós poderíamos mudar a nossa posição.

O SR. JOÃO GUALBERTO - Deputado Carlos Manato, eu quero fazer um apelo para que retire o destaque. Assim, retiramos a obstrução.

O SR. DOMINGOS NETO - Nós podemos mudar essa posição. Está no texto hoje que só conta para o tempo da coligação majoritária os seis maiores partidos. Nós não queremos — partidos médios, evidentemente estamos apoiando essa emenda — sofrer aqui uma pegadinha, de que em prol de defender uma tese se incluía outra como jabuti.

A tese que nós votamos em 2015 de que a coligação majoritária é feita pelo tempo de televisão para os seis maiores partidos era para acabar com a venda de tempo de televisão por parte de pequenas legendas. Isso estava acontecendo muito.

A nossa preocupação é de que com essa mudança corra-se também esse risco.

Sr. Presidente, é bom aguardar o quórum para que esta dúvida seja sanada tanto pela autora do destaque como pelo próprio Relator.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Tem a palavra o Deputado João Gualberto. V.Exa. estava falando, mas outro orador estava com a palavra.



O SR. JOÃO GUALBERTO (PSDB-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.)

- Nós temos um acordo a fazer: se for retirado o destaque, retiramos a obstrução para salvar o projeto.

Retire o destaque! O destaque está atrapalhando todo o projeto. Todos estão percebendo isso. Retira-se o destaque e nós retiramos a obstrução.

O SR. CELSO RUSSOMANNO (PRB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PRB muda o voto para “sim”.

O SR. DOMINGOS NETO (PSD-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, no caso em tela, vendo que o destaque, mesmo sem ter tido a intenção, traz um resultado diferente do que nós entendemos, nós do PSD vamos mudar a orientação para “não”.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Deputado Betinho Gomes.

O SR. BETINHO GOMES (PSDB-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSDB muda para “não”.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado, Sr. Deputado.

O SR. DANIEL COELHO (PSDB-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Reforço que todos os Parlamentares do PSDB alterem o voto para “não”. Quem votou “obstrução” vote “não”.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Eu gostaria de agradecer a compreensão do PSDB, tendo em vista que nós estamos aqui num processo de parabéns a esta Casa. Então, nós temos que votar.

Vai dar o quórum ali agora. Dando 257, não vai haver mais nenhum minuto.

(Pausa.)



(Manifestação no plenário.)

O SR. ORLANDO SILVA - Sr. Presidente, encerre.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Só 1 minutinho.

O SR. ARTHUR LIRA - V.Exa. disse que, quando chegasse aos 257, encerraria.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Isso. Chegou. Está em 257.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Foram 257. Deu na tampa.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Eu só vou fazer uma... Calma, gente.

Há algum Deputado que está em plenário e não votou? *(Pausa.)*

O SR. ARTHUR LIRA - Não, não. Já votou todo mundo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Nós temos que ter a consciência.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Encerra.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Certo? Legal?

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. BETINHO GOMES (PSDB-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nós mudamos, atendendo o apelo de todos os Líderes. Então nós gostaríamos agora que também houvesse a compreensão de se aguardar outros Deputados, para votarem. Se não, na próxima...

(Manifestação no plenário.)

O SR. PAUDERNEY AVELINO - A obrigação do Deputado é estar aqui votando.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)



O SR. BETINHO GOMES - V.Exa. fez o apelo, e agora nós estamos fazendo um apelo ao Plenário. Se for assim, na próxima, nós também não temos mais o compromisso com a continuidade da votação.

O SR. ORLANDO SILVA (PCdoB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, V.Exa. prometeu que, com 257, encerraria a votação.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Deputado Betinho, deixe-me falar uma coisa: depois que V.Exas. mudaram, já votaram 17 Deputados. V.Exa. acha que ainda há necessidade de continuar ou já posso encerrar? Eu estou te acompanhando ali. Já votaram 17, certo?

O SR. BETINHO GOMES - Espere só mais um pouco, Sr. Presidente.

O SR. JORGE TADEU MUDALEN (DEM-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, V.Exa. falou que seria com 257. Não pode ficar à mercê de ...

O SR. GIVALDO CARIMBÃO (PHS-AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Quem não veio não tem interesse.

O SR. ARTHUR LIRA (Bloco/PP-AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Não pode haver dois pesos e duas medidas, não.

O SR. GIVALDO CARIMBÃO - Quem não veio não tem interesse.

O SR. ARTHUR LIRA - V.Exa. estava pedindo para agilizar o tempo todo aqui.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Deputado Betinho, há 2 minutos não muda, certo?

O SR. ARTHUR LIRA - V.Exa. estava pedindo para agilizar o tempo todo aqui.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Há 2 minutos não muda.

O SR. ARTHUR LIRA - E disse que, quando chegasse a 257, ia encerrar a votação.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - Essa não.

O SR. DANIEL COELHO (PSDB-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - V.Exas. pediram um acordo, e o PSDB entendeu.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DANIEL COELHO - E se quiser acabar com a votação agora, nós derrubamos...

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Vou encerrar.

O SR. DANIEL COELHO - Tenha respeito aqui à bancada do PSDB. Nós queremos exercer o nosso voto.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Está encerrada a votação. *(Pausa.)*

Resultado da votação:

SIM: 102;

NÃO: 157.

A EMENDA FOI REJEITADA.

O SR. LUIZ LAURO FILHO - Parabéns aos PSDB! Parabéns ao PSDB!

O SR. ARTHUR LIRA - É no voto. Não é na armação.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Foi no voto. Tranquilo. A Emenda foi rejeitada, no voto. Bacana! Parabéns porque ganhou no voto.

O SR. ARTHUR LIRA - É isso, mas vamos acertar o que nós falamos.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - É isso aí. Chegou a 260, todo o mundo votou, e não houve problema. O bonito é isto: o acordo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Destaque nº 16.

Sr. Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 161, inciso II, combinado com o art. 117, IX, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, destaque para votação em separado da Emenda de Plenário nº 6, oferecida ao Projeto de Lei nº 8.612, de 2017.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Nobre Deputado Líder do Solidariedade, esta emenda é de V.Exa. V.Exa. quer...

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Deputado Delegado Francischini votou com o partido, Presidente.

O SR. VICENTE CANDIDO - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Pois não, Deputado Vicente Candido?

O SR. VICENTE CANDIDO (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Existe acordo neste Destaque 16, Emenda nº 6, do Solidariedade. O Relator está acatando. Proponho a votação também por acordo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Como o Relator está acordando, simbolicamente, "sim" para todo mundo...

O SR. ARTHUR OLIVEIRA MAIA (PPS-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, Arthur Oliveira Maia votou "sim" na última votação.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, o PSOL quer fazer a sua orientação, porque tem uma preocupação.



O SR. ALESSANDRO MOLON (REDE-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - A Rede também, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Orientação de bancada.

A SRA. SHÉRIDAN (PSDB-RR. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - A Deputada Shéridan votou “sim”... Votou “não”, com o partido, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Como vota o PSOL?

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, o texto diz “(...) a denúncia de discurso de ódio, disseminação de informações falsas ou ofensa em desfavor do partido (...)”, e aí tem aqui as consequências.

Delimitar juridicamente o que é uma ofensa, para que se tenha a retirada do ar por 24 horas, pode ser um problema que vai entrar no Marco Civil da Internet, vai gerar um conjunto de questionamentos com relação aos quais nós temos que ter muito cuidado.

Exatamente por este motivo, a bancada do PSOL orienta o voto “não”, e transmite a sua preocupação aos demais Parlamentares. Mesmo entendendo que se poderia ter o grau de recurso ou a retificação daquilo que não fosse feito adequadamente, qualquer menção que possa parecer algum nível de censura a partir da ofensa em desfavor, sem a delimitação clara do que é essa ofensa do ponto de vista jurídico, é algo que pode ser preocupante.

Nós votamos “não”.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Como orienta a Rede?

O SR. ALESSANDRO MOLON (REDE-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, a REDE orienta o voto “não” a essa emenda, que traz um sério



risco à liberdade de expressão num momento em que 24 horas faz muita diferença que é o momento eleitoral. São 45 dias.

Isso significa que um conteúdo denunciado por quem quer que seja terá que ser removido da rede. Isso pode ser de rede social, pode ser de *blog*. É muito arriscada essa emenda.

Rejeitemos essa emenda. Eu faço um apelo ao Relator para não acolhê-la. Vamos orientar “não”. A Justiça Eleitoral é ágil, funciona.

Criar um mecanismo de remoção automática da rede do que seja considerado ofensivo a um partido ou coligação é muito relativo.

Por isso, a REDE orienta e vota “não”, contra a censura e a favor da liberdade de expressão especialmente no momento eleitoral, Presidente.

O SR. LINDOMAR GARÇON (PRB-RO. Pela ordem. Sem revisão do orador.)

- O Deputado Lindomar Garçon votou com o partido na votação anterior.

O SR. DOMINGOS NETO (PSD-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

Sr. Presidente, o PSD está aí com orientação “sim”, mas sem consultar a bancada.

Essa emenda inverte o ônus da prova. Ela traz, para a discussão, algo que no Direito é fundamental: a prova cabe a quem acusa. Neste caso, retira-se o conteúdo publicitário antes mesmo que exista um processo. Isso é algo muito grave, sobretudo em uma eleição de 45 dias! Retirar uma propaganda como esta antes da interpretação de qualquer juiz, evidentemente, é um risco.

Por isso, eu acho mais prudente, ao invés de nós estarmos fazendo uma discussão como esta, que pode eventualmente cair em uma inconstitucionalidade clara... O PSD orienta o voto “não”.



Essa emenda inverte o ônus da prova. Ela traz, para a discussão, algo que no Direito é fundamental: a prova cabe a quem acusa. Neste caso, retira-se o conteúdo publicitário antes mesmo que exista um processo. É algo muito grave, sobretudo em uma eleição de 45 dias. Retirar uma propaganda como esta antes da interpretação de qualquer juiz evidentemente é um risco.

Por isso, eu acho mais prudente, ao invés de nós estarmos fazendo uma discussão como esta, que pode eventualmente cair em uma inconstitucionalidade clara... O PSD orienta o voto “não”.

O SR. MARCUS PESTANA (PSDB-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.)
- Presidente, eu só pediria a minha amiga Renatinha para ter uma postura mais discreta.

O SR. ARTHUR LIRA (Bloco/PP-AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - É no máximo 24 horas uma averiguação para saber se a matéria é verdadeira.

O SR. MARCUS PESTANA - Renatinha, vem cá, que eu gosto muito de você.

O SR. AUREO (SD-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero só para esclarecer a emenda.

A questão de 24 horas é só quando for anônima. Se ela for identificada, não há problema nenhum. É só quando for tratada uma questão de guerrilha, quando for alguém anônimo que coloca essa questão da denúncia.

Nós temos que identificar quem está atacando, senão, vira uma guerrilha na Internet na eleição. Se tiver autor, não há problema nenhum. Se for anônima, em 24 horas tem que ser retirada, para não ter abuso na eleição. Não dá para conviver com quem quer fazer ataque no anonimato. E não se pode permitir o anonimato atacando um partido, um candidato. Se a pessoa se identificar, não há problema.



É disso que se trata nesta emenda apresentada pelo Solidariedade. **O**

SR. ARTHUR LIRA - Em votação, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Deputado Victório Galli, está tudo “sim” lá. Está “sim” para vocês. Pode manter? *(Pausa.)*

A SRA. LAURA CARNEIRO - Sr. Presidente, eu quero um esclarecimento sobre a segunda parte da emenda, porque V.Exas. estão discutindo a primeira parte.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Deputado Vicente...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PMDB-RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - A segunda parte modifica o inciso VI do § 4º do art. 23 e inclui, entre os meios de arrecadação para conta de campanha eleitoral do partido ou do candidato, a comercialização de bens ou serviços e promoção de eventos.

Trata-se de uma permissão que a Justiça eleitoral fez na eleição passada por resolução. Então, nós vamos decidir aqui se pode fazer evento de arrecadação ou não... Não. Espere aí. Nós temos que decidir isso na emenda. Metade da emenda é a questão da Internet. A outra metade da emenda é a comercialização de bens e serviços.

O que é comercialização de bens e serviços? O partido pode vender um carro para arrecadar? É isso?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Deputado Vicente Candido, V.Exa. pode esclarecer?

O SR. MARCELO ÁLVARO ANTÔNIO (PR-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Deputado Marcelo Álvaro Antônio, do PR, votou com o partido na última votação.

O SR. JOSUÉ BENGTON - Vamos votar! Vamos votar!



A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB-BA. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, o PCdoB quer mudar a orientação para "não", porque compreende que já temos um arcabouço legal com o Marco Civil da Internet e que nós não podemos extrapolar com um destaque em relação à legislação vigente e que precisamos defender a liberdade de expressão.

O PCdoB muda para "não".

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Em votação a emenda.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Aqueles que forem pela aprovação permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

A EMENDA FOI APROVADA.

A SRA. TEREZA CRISTINA - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Pois não, Deputada Tereza.

A SRA. TEREZA CRISTINA (PSB-MS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Presidente, eu pedi para retirar a Emenda nº 46, Destaque nº 25. Como ainda não chegou e há muitos partidos pedindo que nós não a retiremos, é possível voltar com a emenda? O Relator já havia acatado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Nobre Deputada Tereza, com todo o carinho e apreço que eu tenho por V.Exa., informo que ela já foi retirada.

A SRA. TEREZA CRISTINA - Obrigada, Presidente.

O SR. VICENTE CANDIDO (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o próximo destaque...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - É o nº 27.

O SR. VICENTE CANDIDO - É do PTB, Destaque nº 4. Já foi retirado, de acordo com a contabilidade de V.Exa., o Destaque nº 4, Emenda nº 34?



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Foi retirado.

O SR. JERÔNIMO GOERGEN (Bloco/PP-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Deputado Jerônimo Goergen votou com o partido na última votação.

O SR. VICENTE CANDIDO - O próximo é o 27, do PR.

O SR. DANIEL VILELA (PMDB-GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Deputado Daniel Vilela votou com o partido na última votação.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Destaque nº 27, do PR.

Sr. Presidente,

Requeremos a V.Exa., nos termos do art. 161, inciso I, c/c o art. 2º, destaque para votação em separado do art. 3º, parágrafo único, do Substitutivo do Relator apresentado ao PL, constante do Capítulo II, das Disposições Transitórias, que trata de parcela mínima a ser distribuída igualmente entre os candidatos.

O SR. HEULER CRUVINEL (PSD-GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Deputado Heuler Cruvinel votou de acordo com orientação do partido na última votação.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Não há ninguém inscrito para falar nem contra nem a favor.

Orientação de bancada.

Como vota o PMDB?

O SR. HILDO ROCHA (PMDB-MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PMDB encaminha “sim”, Sr. Presidente, para manter o texto. Manter o texto. “Sim”.



O SR. JOÃO RODRIGUES (PSD-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

Sr. Presidente, na votação anterior, Deputado João Rodrigues votou de acordo com o partido.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - “Sim” para manter o texto.

O SR. VALMIR PRASCIDELLI (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.)

- Sr. Presidente, o PT vota a favor do texto. “Sim”, portanto.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Meu Líder Arthur Lira.

O SR. ARTHUR LIRA (Bloco/PP-AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

Sr. Presidente, há no texto que foi aprovado uma distorção que, no meu entendimento, se eu não estiver errado, fomenta a iniciativa de candidaturas laranja. Acho que a emenda é oportuna, baixa para 20%, a divisão é igualitária. Isso restringe pelo menos um pouco a iniciativa de candidatos que venham a querer disputar eleição só para ter acesso a fundo eleitoral. O PP orienta “não”.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Como vota o PSDB?

O SR. GIVALDO CARIMBÃO (PHS-AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.)

- Sr. Presidente, o PHS encaminha o voto “não”, para adiantar. O PHS vota “não” para adiantar.

O SR. ARTHUR LIRA (Bloco/PP-AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

“Sim”, “sim” ao texto. Desculpe-me, Sr. Presidente. “Sim” ao texto.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - O PP vota “sim” ao texto.

Como vota o PSDB, Deputado Betinho? *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Como vota o PSD de dado? *(Pausa.)*

Como vota o PR, Deputado José Rocha? *(Pausa.)*

Como vota o PSB, Deputado Tereza Cristina?



A SRA. TEREZA CRISTINA (PSB-MS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.)

- Sr. Presidente, o PSB vota “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado.

Como vota o DEM? (*Pausa.*)

Como vota o PTB?

O Deputado Arthur votou “sim”, Deputado José Rocha.

O SR. JOSUÉ BENGTON (Bloco/PTB-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PTB e o Bloco votam “não”.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Como vota o PDT, Deputado Pompeo de Mattos?

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quem quer ficar com destaque vota “não” e quem é contra o destaque vota “sim”. É isso?

O SR. ARTHUR LIRA (Bloco/PP-AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, mantém o texto.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Quem é contra o destaque... Nós somos a favor do destaque.

O SR. EFRAIM FILHO (DEM-PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Democratas orienta o voto “não”, Sr. Presidente. O Democratas vota “não”.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Quem é favorável vota “sim”, para manter o texto.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Nós somos a favor do destaque. Então, o voto é “não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Isso. Perfeito.



O SR. ARTHUR LIRA - Sr. Presidente, houve aqui uma...

O SR. ROBERTO DE LUCENA (PV-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.)

- Sr. Presidente, na votação anterior, Deputado Roberto de Lucena votou com orientação do partido.

O SR. EFRAIM FILHO - Sr. Presidente, o voto “sim” coloca candidatura laranja. “Não”.

O SR. ARTHUR LIRA - Sr. Presidente, nosso encaminhamento é contra a possibilidade de ter candidaturas laranjas. Há uma discussão aqui. A orientação correta, no caso, é “não”, para ter a possibilidade de diminuir ou encerrar a composição de candidaturas laranjas.

O SR. GIVALDO CARIMBÃO (PHS-AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.)

- Sr. Presidente, o PHS também vota “não”.

O SR. JOSUÉ BENGTON (Bloco/PTB-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, votar “sim” significa estimular aquilo que nós estamos trabalhando para reduzir, que são partidos que não têm representatividade. O correto neste instante é votar “não” para que possamos inclusive justificar o fim de coligação, o fim das federações, como já escolhemos aqui neste plenário.

Portanto, queremos orientar “não” e pedir que as demais bancadas também acompanhem o “não”.

O SR. GIVALDO CARIMBÃO - Sr. Presidente, o voto do PHS é “não”, está errado no painel.

O SR. AUREO (SD-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Solidariedade vota “não”.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Como vota o PR?



O SR. JOSÉ ROCHA (PR-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PR é autor deste destaque justamente contra as candidaturas laranjas. Se não votarmos este destaque vamos estimular a candidatura de laranjas. Realmente não convém que admitamos essas candidaturas. Portanto, nosso encaminhamento é “não”.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Como vota o Democratas, Deputado Efraim Filho? *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Como vota o Podemos, Deputada Renata Abreu?

A SRA. RENATA ABREU (Bloco/PODE-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Podemos vota “não”.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Como vota o PCdoB?

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR (PCdoB-MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quem decide é o partido. Nós votamos aqui pela autonomia partidária. Do contrário, se houver algo obrigatório, cada candidato laranja já tem o recurso garantido. O voto é “não”.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Como vota o PSC, Deputado Professor Victório Galli?

O SR. PROFESSOR VICTÓRIO GALLI (PSC-MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Vota “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Como vota o PPS?

O SR. ALEX MANENTE (PPS-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Vota “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Como vota o PV? *(Pausa.)*



O SR. JAIME MARTINS (PSD-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PSD vota “não”.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - O PSD vota “não”.

A SRA. LEANDRE (PV-PR. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - O PV vota “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - O PV vota “sim”.

Como vota o PSOL? (*Pausa.*)

O SR. JOSUÉ BENGTON (Bloco/PTB-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PTB muda o voto para “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Como vota o PSOL, Deputado Ivan?

O SR. IVAN VALENTE (PSOL-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, na verdade, eu acho que nós não podemos pensar que todo partido vai ficar lançando candidato laranja. Temos que pensar que existe uma lista partidária, solidária, agregativa, para somar, para estimular as pessoas. Então, a parcela que vai ser investida tem que ser para todo mundo, exatamente para incentivar a lista solidária, partidária.

Por isso, o PSOL encaminha o voto “sim”.

O SR. CARLOS ZARATTINI - Presidente Manato, V.Exa. me dá 1 minuto?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - V.Exa. vai orientar pela Minoria.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Está bem, eu oriento pela Minoria.

O que nós estamos votando aqui é que, na chapa de candidatos a Deputado Federal e a Deputado Estadual, do total destinado pelo partido para aquela chapa, 20% é distribuído igualmente entre todos os candidatos. A direção do partido



designa para quem vai 80% da verba. Se ela quiser distribuir igualmente, tudo bem; se ela quiser dar mais dinheiro para quem tem condição de ter mais voto, é uma política a ser decidida pela direção partidária.

Portanto, o que nós estamos garantindo aqui é que todos os candidatos terão pelo menos uma partezinha do dinheiro: 20% daquilo que lhe cabe será dividido igualmente. Todo mundo vai ter condição de fazer campanha.

A direção do partido é que não pode pôr nenhum laranja. Se houver esse problema, a direção é que vai cortar o laranja. Então, é óbvio que a direção do partido vai botar o dinheiro...

O SR. JOSÉ ROCHA - Como a direção do partido vai saber que é laranja?

O SR. CARLOS ZARATTINI - Só se não conhecer e se for uma direção muito inepta. Então, a proposta é dar uma igualdade a todos os candidatos.

O SR. ARTHUR LIRA - Sr. Presidente...

O SR. LUIZ LAURO FILHO (PSB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSB muda para "não" a orientação, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - O PSB muda para "não".

Como vota a REDE? (*Pausa.*)

O SR. ARTHUR LIRA - Sr. Presidente, só para esclarecer um procedimento...

O SR. BETINHO GOMES (PSDB-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero dar uma informação. Houve um esclarecimento sobre a matéria. S.Exa. não estava aqui para nos orientar, mas o Deputado acaba de fazer um esclarecimento. Nós nos convencemos e queremos mudar a nossa orientação para "sim".



O SR. ARTHUR LIRA (Bloco/PP-AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

Eu queria só fazer um esclarecimento, Sr. Presidente.

Esse destaque já é fruto do entendimento para votação dessa matéria, no caso de possível veto presidencial. O voto “não” facilita a vida, é um voto a menos, é um veto a menos que nós iremos exigir para o cumprimento do acordo.

Então, quem quiser votar “não” estará cumprindo o acordo para votação dessa matéria, que é a exigência de veto presidencial para retirar a possibilidade de confecção de laranjas na chapa eleitoral.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Como vota a REDE?

O SR. ALESSANDRO MOLON (REDE-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Vota “não”, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - REDE, “não”.

Como vota o representante do PEN? *(Pausa.)*

Como vota a Maioria? *(Pausa.)*

A Minoria votou “sim”.

Como vota o Governo? *(Pausa.)*

O SR. AGUINALDO RIBEIRO (Bloco/PP-PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Governo vota “não”, Sr. Presidente.

O SR. HENRIQUE FONTANA - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Pois não, Deputado Henrique Fontana.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu só queria ter oportunidade de fazer um esclarecimento por 30 segundos. Há uma preocupação aqui. Um dos consultores da Casa me fez uma



observação. Como estamos falando de um fundo público que vai para todos os partidos, o fato de ficar zero em termos de distribuição igualitária pode denotar, inclusive, uma situação que mexa com a constitucionalidade do fundo.

Como é recurso público, alguém pode interpretar: “*Como alguém vai ser candidato e pode não receber nada na chapa daquele partido?*” Então, um mínimo de distribuição igualitária dá até uma estabilidade constitucional maior para o nosso fundo.

O SR. ORLANDO SILVA (PCdoB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, é o inverso.

O SR. STEFANO AGUIAR (PSD-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Deputado Stefano Aguiar votou com o partido, o PSD, na última votação.

O SR. ORLANDO SILVA - Fixar um percentual apenas para a divisão igualitária é que pode suscitar uma polêmica sobre a constitucionalidade.

Então, camarada Henrique Fontana, é o inverso do seu raciocínio.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Como vota o PRB? (*Pausa.*)

O SR. AGUINALDO RIBEIRO (Bloco/PP-PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Governo não está orientando. Eu gostaria que retirasse a orientação do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - O Governo não orientou.

O SR. AGUINALDO RIBEIRO - O Governo está somente aqui. Quero ratificar que o acordo feito de vetar as matérias objeto do acordo será cumprido.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Como vota o PRB?

O SR. DEJORGE PATRÍCIO (PRB-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PRB orienta “não”.



O SR. ALESSANDRO MOLON (REDE-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero fazer uma correção na nossa orientação. O Deputado Henrique Fontana alertou para um ponto muito relevante. Como se trata de dinheiro público, distribuí-lo de forma extremamente desigual pode ser inconstitucional. E essa reflexão é correta.

A REDE vai mudar a sua orientação para “sim” e lembra que distribuir apenas 2% do total do fundo igualmente entre os partidos é igualmente inconstitucional. Nós pretendemos ir ao Supremo questionar essa distribuição.

A REDE vota “sim”, Sr. Presidente.

O SR. ARTHUR LIRA - A votação, Sr. Presidente, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Olhem bem o que vou ler.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Em votação.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Aqueles que forem pela manutenção do texto permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

REJEITADO. SUPRIMIDO O TEXTO.

O SR. IVAN VALENTE - Não! Está mantido o texto pela votação.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Deputado, não confunda, pelo amor de Deus.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Destaque nº 22:

Sr. Presidente,

Requeremos, nos termos art. 161, inciso II, § 2º, do Regimento Interno, destaque da Emenda nº 16, apresentada pelo PL 8.616/17.

Sala das Sessões



Deputado Carlos Zarattini.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Tem a palavra o Deputado Henrique Fontana para falar a favor.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT-RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero fazer um pedido a todo o Plenário. Esta emenda visa diminuir o custo total das campanhas, e quero pedir para superarmos as fronteiras partidárias, porque, do meu ponto de vista, estamos caminhando para uma campanha eleitoral que queremos que seja mais barata. Queremos que uma parte dela seja financiada com recurso público e que a outra parte seja financiada por pequenos valores de pessoas físicas. Nada melhor do que reduzirmos o teto de gastos, o volume total de recursos que um candidato pode gastar em cada Estado.

No Relatório, consta 2 milhões e 500 mil para um Deputado Federal e 1 milhão e 500 mil para os Deputados Estaduais, é igual em todos os Estados. Então, Estados grandes têm o mesmo valor de um Estado com pequeno número de eleitores. Qual é o meu apelo? Inclusive o meu pedido dá uma segurança maior a todos os Parlamentares que aqui estão. A emenda propõe que o teto de gasto seja 70% da média de todos os Deputados eleitos por cada Estado. Há Estados em que o valor de 2 milhões e meio vai cair para 1 milhão e 200, 1 milhão e 300. Em outros, esse valor vai cair para 1 milhão. Alguns me pediram que, se em algum Estado ficasse um valor muito baixo, por exemplo, 400, 500 mil, que colocássemos um piso mínimo de 1 milhão.

O que isso quer dizer? Num Estado como o Rio de Janeiro, que, na regra atual, poderia ter 2 milhões e meio, o valor vai diminuir para 1 milhão e 500 mil reais.



Este é o meu apelo, este é o meu pedido. Será uma eleição mais justa e mais segura para todos nós, com menos recurso e igual para todos. Portanto, se a regra é igual para todo mundo, só melhora.

Por isso eu peço o voto “sim” nesta emenda, a emenda que reduz os tetos que os candidatos a Deputado podem gastar.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado, Deputado.

Orientação de bancada. Tem a palavra o Deputado Hildo Rocha.

O SR. HILDO ROCHA (PMDB-MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Particularmente, Sr. Presidente, eu sou favorável à ideia do Deputado Zarattini. Mas, como nós fizemos um acordo na Comissão, nós vamos cumprir o acordo e manter o texto do Deputado Vicente Candido.

Então, nós somos contra a emenda, embora eu seja favorável à sugestão do Deputado Carlos Zarattini.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Tem a palavra o Deputado Valmir Prascidelli.

O SR. VALMIR PRASCIDELLI (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Apesar do acordo a que o Deputado Hildo Rocha se referiu, o nosso posicionamento é no sentido de reduzir os custos. Portanto, nós acatamos a emenda e votamos “não”.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Tem a palavra o Deputado Líder Arthur Lira.

O SR. VALMIR PRASCIDELLI (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, invertendo, o nosso voto é “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - O PT vota “sim”.



Tem a palavra o Líder Arthur Lira.

O SR. ARTHUR LIRA (Bloco/PP-AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PP vota “não”.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Como vota o PSDB, Deputado Betinho Gomes?

O SR. BETINHO GOMES (PSDB-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PSDB irá votar “não”. Nós entendemos que o texto que foi apresentado e aprovado já atende a um teto bastante adequado para as disputas.

Nós pedimos aos Deputados do PSDB que votem “não” neste destaque.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Como vota o PSD?

O SR. JOAQUIM PASSARINHO (PSD-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Em nome do acordo, o voto é “não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Como vota o PR?

O SR. JORGINHO MELLO (PR-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PR vota “não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Como vota o PSB, Deputada Tereza Cristina?

A SRA. TEREZA CRISTINA (PSB-MS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - O PSB vota “não”.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Como vota o Democratas, Deputado Efraim.

O SR. EFRAIM FILHO (DEM-PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O DEM vota “não”.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Como vota o PTB? *(Pausa.)*



Como vota o PRB? *(Pausa.)*

O SR. AUREO (SD-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador) - O Solidariedade vota “não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Como vota o PDT, Deputado Pompeo? *(Pausa.)*

Como vota o Podemos, Deputado Bacelar? *(Pausa.)*

Como vota o PCdoB, Deputada Portugal? *(Pausa.)*

O SR. ORLANDO SILVA (PCdoB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador) - Sr. Presidente, eu quero dialogar com o nosso Deputado Henrique Fontana.

O sentido da proposta dele é de redução do teto, mas, quando se aplica objetivamente a média dos eleitos, em muitos Estados o teto pode ficar acima do que está proposto pelo teto absoluto. Essa é a informação que nós tivemos aqui. É essa a preocupação, Deputado Henrique.

O SR. JOSUÉ BENGTON (Bloco/PTB-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador) - Para baratear os custos das eleições, o PTB e o Bloco encaminham o voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - O PTB vota “sim”.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador) - Só para esclarecer, Sr. Presidente, em todos os Estados haverá diminuição de teto.

O SR. CELSO RUSSOMANNO (PRB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador) - Sr. Presidente, o PRB vota “não” porque já existe o limite de gastos. Não é necessário votar de novo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Como vota o PDT?



O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador)

- Na nossa avaliação, Sr. Presidente, há um avanço na medida em que se estabelece um limite de gastos de 2,5 milhões de reais para Deputado Federal e 1,5 milhão de reais para Deputado Estadual. Mas ainda assim, na nossa visão, está alto o valor, especialmente para Deputado Federal.

A proposta do Deputado Henrique Fontana diminui o valor de gastos, economiza, enxuga, melhora, faz uma campanha mais barata, é mais razoável, equilibra a disputa de forma mais expressiva. Eu diria: ela tem mais razoabilidade, via de consequência, pela diminuição dos gastos com a campanha e pela economicidade, tão necessária.

Para fazermos uma campanha mais barata, o PDT vota “sim”, para que o teto de gastos seja menor.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Como vota o Podemos?

O SR. BACELAR (PODE-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador) - Sr. Presidente, num País do tamanho do nosso, num País com as diferenças regionais como as nossas, nós não podemos ter um valor fixo para todos os Estados.

Por isso nós orientamos “não”.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Como vota o PCdoB, Deputado Orlando Silva?

O SR. ORLANDO SILVA (PCdoB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PCdoB vai votar “sim”, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Como vota o PSC?

O SR. PROFESSOR VICTÓRIO GALLI (PSC-MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSC vai votar “sim”.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Como vota o PPS?

O SR. ALEX MANENTE (PPS-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PPS vota "sim".

O SR. GABRIEL GUIMARÃES (PT-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, na última votação, o Deputado Gabriel Guimarães votou com o partido.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Como vota o PHS?

O SR. MARCELO ARO (PHS-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PHS encaminha o voto "sim".

Eu, Deputado Marcelo Aro, justifico que, na última votação, votei com o partido.

O PHS vota "sim".

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Como vota o PV? (*Pausa.*)

Como vota o PSOL?

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PSOL vota "sim" à emenda defendida pelo Deputado Henrique Fontana. Ele nos assevera que, em seus cálculos, a proposta reduz este teto que ainda consideramos abusivo, de 2 milhões e meio de reais para Deputados Federais e de 1 milhão e meio de reais para Deputados Estaduais. Em todos os casos, a média ponderada que ele propõe vai reduzir esse teto.

Nós temos o desafio de diminuir os gastos de campanha que depõem contra ela; que aumentam o abismo entre o candidato e a população; que dão a conotação de compra de voto, de meio não lícito; que não são relativos à proposta, ao programa, às ideias, ao projeto para conquistar mandatos parlamentares.



Portanto, o nosso apoio é integral a esta saneadora emenda.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Como vota a REDE, Deputado Alessandro Molon?

O SR. ALESSANDRO MOLON (REDE-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu queria convidar os colegas a uma reflexão.

As doações de empresa estarão proibidas. Então, não existirão. Nós limitamos as doações de pessoas físicas a 10 mil reais. Se o teto permanecer sendo de 2,5 milhões, ou seja, se a emenda do Deputado Henrique Fontana não for acatada, eu pergunto aos colegas: quantos Deputados Federais atuais receberão dos seus partidos 2,5 milhões para fazer sua campanha? Talvez, 20 ou 30. E os demais?

Portanto, reduzir o teto de gastos equaliza a campanha. É melhor para todos abaixar o teto. Essa emenda do Deputado Fontana é correta, porque vai compatibilizar a arrecadação com os gastos.

Por isso, a REDE vota "sim".

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Como vota o PEN? *(Pausa.)*

Como vota a Minoria, Deputado Carlos Zarattini?

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, o objetivo comum — está todo mundo de acordo — é reduzir custos de campanha. Mas, veja bem, a proposta que está no texto causará aumento em alguns Estados. O objetivo é a redução, que se dará com um limite de gasto de 70% da média do que foi gasto na última eleição, com patamar mínimo de 1 milhão de reais. Isso garantirá maior equilíbrio nas



campanhas. É o que de fato barateará as eleições, muito mais do que acabar com carro de som, com cenas externas.

Portanto, nós somos favoráveis a essa emenda.

O SR. ROBERTO DE LUCENA (PV-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.)

- Peço a palavra para orientar a bancada do PV, Sr. Presidente. *(Pausa.)*

O PV vota “não”.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado, Deputado.

O Governo não vai se manifestar.

Como vota a Maioria?

O SR. LELO COIMBRA (PMDB-ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - A Maioria vota “não”.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado, Deputado Lelo Coimbra.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Em votação a emenda.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Aqueles que forem pela aprovação da emenda permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

REJEITADA A EMENDA.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Destaque nº 10:

Requeiro, nos termos do art. 161, inciso I, §2º, do Regimento Interno, a votação em separado do art. 9º do Substitutivo apresentado ao PL 8.612/17.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Para falar a favor da matéria, concedo a palavra ao Deputado Roberto de Lucena.



O SR. ROBERTO DE LUCENA (PV-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, inicialmente, em nome da bancada do Partido Verde, eu quero aqui registrar o reconhecimento ao trabalho árduo, dedicado e intenso do nosso Relator, Deputado Vicente Candido, brilhante representante do povo paulista. No entanto, nós discordamos de vários pontos da proposta apresentada, inclusive desta matéria destacada, que diz respeito a um REFIS eleitoral, através do qual se oferece a pessoas jurídicas e físicas um desconto de 90% no valor de multas eleitorais devido — e aí, em relação a pessoas jurídicas, compreende-se também partidos políticos.

Entendendo que nós somos aqui representantes também das agremiações partidárias, essa matéria é uma incongruência, Sr. Presidente. Legislar sobre esse texto é legislar em causa própria. Por isso que, em nome do Partido Verde, eu venho à tribuna defender esse destaque e pedir que nós não aprovemos aqui esse verdadeiro REFIS eleitoral.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Para falar contrariamente à matéria, tem a palavra o nobre Relator.

O SR. VICENTE CANDIDO (PT-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, faço apenas um esclarecimento.

Com todo o respeito à bancada do PV, ao Deputado Roberto de Lucena, grande amigo, aqui nós estamos fazendo um desconto a quem do que se faz para as empresas privadas, como aprovamos neste plenário esta semana.

Nas empresas privadas, nos REFIS tradicionais do Brasil, tanto nas Prefeituras, nos Governos de Estados e na União, dá-se desconto de 90% em multas e juros e ainda se parcela. Aqui, se o partido pagar à vista, terá o desconto e



não terá parcelamento. Ou seja, nós estamos tratando desigualmente uma entidade sem fins lucrativos, subvencionada pelo dinheiro público, que tem função social e não é uma empresa, não visa ao lucro. Portanto, o Congresso Nacional, via de regra, é mais generoso com a iniciativa privada, que visa ao lucro, do que com as entidades que sofrem multas astronômicas e não podem aqui ter uma prerrogativa próxima da que têm as empresas privadas.

Além disso, em outro dispositivo, nós estamos trabalhando outra dosimetria para as multas. Há 2 anos, eu ajudei a aduana brasileira a criar nova dosimetria para as multas das empresas privadas, porque o pensamento brasileiro é antiempreendedor em muitos casos. Ou seja, é mais para fechar a empresa com multas astronômicas do que para viabilizar a empresa que obedece ao comando constitucional, que diz que é preciso preservar empresas que geram empregos, impostos e riqueza para a sociedade.

Então, em um outro capítulo, nós estamos dando tratamento a outra dosimetria. Alguém que fez por um erro formal uma doação errada, acima do limite, terá que pagar cinco a dez vezes o valor da doação. Neste caso, pagará apenas uma vez 100% do excedente, o que está em um outro capítulo, e um parcelamento que é muito parecido com as empresas de recuperação judicial ou também, via de regra, com decisões judiciais que dizem para a empresa reservar 1% do faturamento para pagar essa dívida com a União.

Nós estamos aqui permitindo 2% da receita dos partidos ou 5%, sendo pessoas físicas, para pagar dívida também com a União. Ou seja, é também um tratamento aquém do que o Congresso Nacional, via de regra, faz com as empresas



privadas. Então, é isso. Nenhuma regalia. Nenhuma prerrogativa a mais. Eu peço o apoio do Plenário neste texto.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Orientação de bancada.

Como orienta o PMDB, Deputado Hildo Rocha?

O SR. HILDO ROCHA (PMDB-MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PMDB encaminha “sim”, para manter o texto.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Como orienta o PSDB, Deputado Betinho Gomes?

O SR. BETINHO GOMES (PSDB-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PSDB orienta “sim”, entendendo que esta proposta é importante agora, sobretudo no momento em que se está buscando reorganizar e reestruturar os partidos.

Como dito aqui pelo Relator, não há nenhuma regalia neste assunto. Há apenas a possibilidade de os partidos ajustarem suas próprias contas de maneira inclusive que o próprio Governo passe a arrecadar um dinheiro que provavelmente não receberia.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Neste podemos ser mais rápidos.

Como orienta o PT?

O SR. VALMIR PRASCIDELLI (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Relator foi bastante claro na explicação. O PT orienta “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Como orienta o PP? (*Pausa.*)

Como orienta o PSD? (*Pausa.*)

Como orienta o PR? (*Pausa.*)

Como orienta o PSB?



A SRA. TEREZA CRISTINA (PSB-MS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.)

- Sr. Presidente, o PSB orienta “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Como vota o Democratas, Deputado Efraim Filho?

O SR. EFRAIM FILHO (DEM-PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Como vota o PRB, Deputado Celso Russomanno? (*Pausa.*)

O SR. JORGINHO MELLO (PR-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PR vota “sim” ao texto.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Como vota o PTB?

O SR. JOSUÉ BENGTON (Bloco/PTB-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PTB encaminha o voto “sim”.

O SR. CELSO RUSSOMANNO (PRB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PRB é contrário a essa emenda, por acreditar que 90% de desconto em uma multa é trabalhar em causa própria, fazer uma lei em causa própria. Não podemos aceitar isso.

O SR. ARTHUR LIRA (Bloco/PP-AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PP vota “sim”.

A SRA. JOZI ARAÚJO (PODE-AP. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - A Deputada Jozi Araújo votou com o partido na votação anterior.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Como vota o PDT?



O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PDT, de maneira coerente consigo mesmo, com a sua história, com a memória e o seu passado de glória, vota "sim".

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Como vota o Podemos, Deputado Bacelar?

O SR. BACELAR (PODE-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a coerência não é uma qualidade presente na sessão de ontem, nem na de hoje. Partidos que votaram a favor da coligação hoje não queriam permitir que quem mudasse de partido levasse o tempo, porque a portabilidade é trair a vontade do eleitor. Quando está na coligação, não está traíndo a vontade do eleitor.

Ontem, também, demos aqui incentivos e perdão de dívidas para milionários, empresários.

Agora, queremos mudar a função democrática, o instrumento da democracia.

O candidato que colocar uma faixa, o candidato cujo carro de som tinha decibéis um pouco mais altos pagarão pesadas multas.

Por isso, Sr. Presidente, votamos "sim".

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - O Podemos vota "sim."

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Como vota o Solidariedade.

O SR. AUREO (SD-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - "Sim", Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - "Sim".

Como vota o PCdoB, Deputada Alice Portugal?

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB-BA. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - O PCdoB vota "sim", Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Como vota o PSC, Deputado Professor Victório Galli?

O SR. PROFESSOR VICTÓRIO GALLI (PSC-MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - É “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Como vota o PPS, Deputado Alex Manente?

O SR. ALEX MANENTE (PPS-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O voto é “sim”, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Como vota o PHS? *(Pausa.)*

O SR. JOAQUIM PASSARINHO - O PSD, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Como vota o PSD?

O SR. JOAQUIM PASSARINHO (PSD-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador) - Sr. Presidente, há uma divergência na bancada, e vamos liberar...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Libera. É melhor.

O SR. JOAQUIM PASSARINHO - ... entendendo que isso é um espírito de ontem. Isso é um REFIS dos partidos e daqueles que foram multados!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - A bancada está liberada, Deputado.

O SR. JOAQUIM PASSARINHO - O REFIS está desde ontem caminhando nesta Casa.

O SR. ROBERTO DE LUCENA (PV-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PV, “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - PV, “sim”.

O SR. JOSÉ GUIMARÃES (PT-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - A Minoria vota “sim”, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Minoria, "sim".

Como vota o PV, Deputada Leandre?

O SR. EVANDRO GUSSI (PV-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.)- O PV, "não", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - PV, "não".

O SR. EFRAIM FILHO (DEM-PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Democratas libera, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - O Democratas libera.

Como vota o PSOL?

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSOL questionou muito o 25º REFIS empresarial de ontem, inclusive o facilitário para Parlamentares. Aqui no texto há um facilitário abusivo para o partido político. Quem quitar débitos em 90 dias terá mais do que o REFIS de ontem, 90% de desconto. Aí, olha, pega mal! Não é adequado nem sequer justo. Se estivesse num ambiente de uma assembleia constituinte, para reestruturar o quadro partidário, começar do zero, vá lá! Mas aqui, não. Essas mudanças são para manter um sistema, com muito de continuidade. Todos os partidos aqui representados vão continuar existindo. A gente se autobeneficiar dessa maneira não é justo, não é adequado.

Nosso voto é "não".

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Como vota a REDE, Deputado João Derly?



O SR. JOÃO DERLY (REDE-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quando a gente começa a olhar o painel e vê um alinhamento, pode ter certeza de que a gente está tratando de recurso.

Está no art. 9º:

Art. 9º. Os partidos políticos e as pessoas físicas ou jurídicas devedoras de multas eleitorais poderão, no prazo de até 90 dias da publicação desta lei, quitá-las com desconto de 90% sobre o valor devido.

Isso é um absurdo, Presidente. A gente vê novamente esse alinhamento de partido da Oposição, de partido do Governo.

(**Não identificado**) - Esse é o REFIS, Presidente.

O SR. JOÃO DERLY (REDE-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Mas não dá nem para chamar de REFIS, porque passarmos 90%! Um desconto de 90% não dá para aceitar.

A REDE vota “não”.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Como vota o PHS, Deputado Diego?

O SR. DIEGO GARCIA (PHS-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Como essa proposta é uma proposta absurda, o PHS vota “não”.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Deputado Lelo Coimbra. (*Pausa.*)

O SR. ANDRÉ ABDON (Bloco/PP-AP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, Deputado André Abdon votou com o partido na última votação anterior.

O SR. ROGÉRIO MARINHO (PSDB-RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Marinho encaminha “sim”.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Em votação o texto.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Aqueles que forem pela aprovação permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

APROVADO.

O SR. SANDRO ALEX (PSD-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, gostaria que registrasse meu voto contrário.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Sandro Alex, contrário.

O SR. PAUDERNEY AVELINO (DEM-AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Deputado Pauderney Avelino voto “não”.

A SRA. GEOVANIA DE SÁ (PSDB-SC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, na última votação nominal, votei com o partido.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - O Deputado Joaquim Passarinho vota “não”.

O SR. DIEGO GARCIA (PHS-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Diego Garcia é “não”, Presidente.

O SR. TADEU ALENCAR (PSB-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Deputado Tadeu Alencar votou contra nessa votação.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Há sobre a mesa o Destaque nº 11.

Sr. Presidente,

Requeremos, nos termos do art. 161, § 1º, II, do Regimento da Câmara dos Deputados, Destaque para



*Votação em Separado do art. 10 do substitutivo
apresentado ao PL nº 8.612/2017.*

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Para falar a favor, tem a palavra o Líder do PSC, Deputado Eduardo Bolsonaro, por 3 minutos.

O SR. EDUARDO BOLSONARO (PSC-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, dado o avançado da hora, nem pretendo usar os 3 minutos. Os colegas já estão mais do que esclarecidos com relação ao voto impresso. É uma matéria que foi aprovada com mais de 400 votos nesta Casa em 2015. O TSE teve 3 anos para se organizar.

E agora está alegando que não tem dinheiro nem tempo suficiente para implementar o voto impresso. E não apresenta nem uma contraproposta, nem 50% das urnas, não. O Relator, da noite para o dia, quer jogar o voto impresso lá para 2026, 2028, ou seja, quer dar um golpe na sociedade.

Eu acredito, Sr. Presidente, que a gente tem que derrubar essa matéria por uma questão de lisura. Não pode essa bomba estourar na Câmara. Se o TSE não tem condições de implementar, ele que tem que se explicar para a sociedade, e não, nós, aqui, mais uma vez votando contra o que a sociedade quer.

Assim sendo, Sr. Presidente, eu apelo aos colegas para que até fiquem “espertos” aí, porque ainda não passou de 1 hora da outra nominal, então, a gente vai ter que levantar o braço, e correr atrás, caso os partidos não aproveem, em sua maioria, a orientação a favor do voto impresso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Para falar contrariamente à matéria, concedo a palavra ao Deputado Vicente Candido.



O SR. VICENTE CANDIDO (PT-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu até tentei produzir um acordo, promover um acordo, aí proposto pelo Deputado Zarattini e membros da bancada do DEM, para o adiamento, o Presidente Rodrigo Maia também não se opôs a isso. Mas os autores do destaque, tanto o PSC, como a Deputada Tereza Cristina, que também têm um destaque semelhante, não “toparam” esse acordo.

Então, quero aqui, pedir a compreensão dos meus pares, dizendo que essa matéria foi amplamente negociada com o TSE. O TSE fez uma proposta mais alargada para a implementação do projeto. Eu não estou acatando na íntegra a proposta do TSE, que é para 2028; eu estou propondo o início da implantação do voto impresso em 2022, nas próximas eleições gerais, depois da publicação desta lei, passando 2018.

E a argumentação principal do TSE é que eles estão com orçamento de 2 bilhões de reais e não têm previsão orçamentária para isso. E nós estamos aqui aprovando um fundo de 2 bilhões de reais para financiar campanha. Nós vamos ter que escolher qual é a prioridade. Então, é por isso que nós estamos pedindo aqui o adiamento. E foi conversado isso aqui com várias bancadas.

Eu peço compreensão ao Deputado Esperidião Amin que esteve lá no TSE conversando com o Ministro Gilmar Mendes, pois estou aqui atendendo a esse pedido, que é apenas um adiamento por uma questão de restrição orçamentária neste momento. Por isso, eu peço o voto e a compreensão das bancadas e dos meus pares.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, peço a palavra, por favor, apenas para fazer uma proposta.



Essa proposta não trata de uma questão que tenha anualidade. Então, ela pode ser decidida depois. Então, a nossa proposta é procurar evoluir numa discussão com o TSE, para a gente chegar a um ponto comum. E votaríamos na próxima semana ou na outra um texto de mais consenso do que esse.

O SR. ONYX LORENZONI - Não, Presidente. Vamos votar. Já é 1 hora da manhã e nós vamos votar.

O SR. PROFESSOR VICTÓRIO GALLI - Vamos votar agora. Queremos o voto impresso para 2018.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Olhem, aqui eu tenho que seguir o Regimento. E o Regimento diz que são dois Deputados para falar de cada lado. Então, eu vou chamar aqui o Deputado Daniel Coelho. *(Pausa.)*

Convido o Deputado Esperidião Amin para fazer uso da palavra, por 3 minutos.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco/PP-SC. Sem revisão do orador.) - Estou aqui, Presidente. E este é um assunto muito sério.

Quero pedir a atenção de todos, porque a Câmara dos Deputados e o Congresso Nacional aprovaram, e não foi com a boa vontade de ninguém, foi a vontade dos Parlamentares.

E é lei. O Relator dessa lei foi o Deputado Rodrigo Maia. Em 2015, aprovamos que o voto seria impresso dentro da urna, ou seja, acoplado à máquina, não é nada de entregar a cópia do voto para o eleitor, em 2018.

Agora, Deputado Vicente Candido, não há nenhuma indicação de que V.Exa. tenha feito o acordo, porque eu que pedi o acordo não recebi resposta.



V.Exa. posterga, para 2022, de maneira unilateral, o voto impresso, ou seja, não vamos ter voto impresso em 2018, não vamos ter em 2020 e não vamos ter em 2022.

Só que o Tribunal Superior Eleitoral mandou esta correspondência, que está na minha mão, para o Presidente Rodrigo Maia, no dia 27 de setembro, propondo postergar para 2028. Vou repetir: 2028.

Então, se nós mantivermos esse art. 10 estaremos postergando unilateralmente sem nenhuma garantia de que a Justiça Eleitoral vá cumprir essa nova data.

Então, não tem cabimento, primeiro, colocar isso aqui, porque não tem nada a ver com a anualidade do art. 16. E eu falo com pouquinho de autoridade, porque este texto do art. 16 eu tive a honra de escrever junto com o Senador Josaphat Marinho. Isso não tem nada a ver com o voto impresso, nem com a inadimplência do TSE.

Por isso, senhores, a proposta de acordo foi, Deputado Vicente Candido, até o Líder do PT concorda: retire o art. 10º ou da votação ou nós o retiraremos. Se a maioria resolver postergar por mera liberalidade o voto impresso, estará contrariando a opinião pública, a sociedade e a segurança jurídica. (*Palmas.*)

Muito obrigado.

O SR. JOSUÉ BENGTON - 2018!

O SR. PROFESSOR VICTÓRIO GALLI - Sr. Presidente, o PSC não tem acordo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Tem a palavra o Deputado Celso Pansera, por 3 minutos, improrrogáveis.



O SR. CELSO PANSERA (PMDB-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

Sr. Presidente, estava conversando com o Relator e ele disse que a sua proposta é fazer um meio caminho entre o que TSE está pedindo, que é 2028, e o aprovado na lei, que é 2018. Por isso, ele teria colocado esse artigo dentro do relatório dele, nessa proposta de lei. Seria fazer um caminho nem tanto ao céu nem tanto à terra.

Como princípio, sou contra a impressão do voto. Eu acho desnecessário, porque existem tecnologias seguras em termos de informática. Se houvesse, efetivamente, algum tipo de manipulação, de desvio padrão — como alguns dizem — no voto branco ou no voto nulo, essa coisa teria de ter uma dimensão tão grande que o Brasil já teria descoberto, já estaria comprovado. Já são tantos anos fazendo o voto em urna, que, se houvesse uma forma de organizar maciçamente um desvio padrão para descontar, tirar o voto, nulo ou branco, e jogar para alguma candidatura, isso, com certeza, já teria sido descoberto, porque a tecnologia deixa rastro.

Você vai auditar e encontra essa questão. Para fazer isso em eleições locais, fica muito mais difícil ainda, porque você teria que ter, a cada local que você vai, em cada cidade que tem eleição, alguma capacidade crítica e de recursos humanos para entrar no sistema do TRE e mexer nele a ponto de alterar o resultado de uma eleição. Não é fácil alterar o resultado de uma eleição, principalmente as majoritárias.

Então, essa questão da necessidade de fazermos a votação com a impressão do voto é porque gera muita desconfiança, e as pessoas gostam do palpável. É aquela cultura de pegar no papel e olhar o voto. Mas não tenho dúvida de que, se de fato houvesse alguma forma, no sistema do TSE, de fraudar esse sistema — e nós



ouvimos essa conversa o tempo todo —, nós já teríamos, com certeza, explodido isso e levado a público com números muito contundentes. Não tem como fazer isso.

O que teria como fazer talvez é algum tipo de desvio padrão, não tirando de candidato, tirando o voto nulo ou branco e jogando para um candidato. Mas ainda assim, esse tipo de manipulação de informação, esse tipo de manifestação em processamento de dados seria descoberto ao longo desses anos.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado, nobre Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Orientação da bancada.

Como vota o PMDB, Deputada Laura Carneiro?

A SRA. LAURA CARNEIRO (PMDB-RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, o PMDB mantém o texto, conforme o acordo feito.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Como vota o PT?

O SR. VALMIR PRASCIDELLI (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.)

- Sr. Presidente, o PT mantém o texto, vota “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Como vota o PP, Líder Arthur Lira?

O SR. ARTHUR LIRA (Bloco/PP-AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

Sr. Presidente, o PP vota “sim” para manter o texto do Relator.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Como vota o PSDB?

O SR. DANIEL COELHO (PSDB-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

Sr. Presidente, o PSDB já teve a posição a favor do voto impresso. Não há motivo para mudar a posição.

O PSDB orienta “não”.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Como vota o PSD?



O SR. DOMINGOS NETO (PSD-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

Sr. Presidente, o PSD vai votar “sim”, entendendo que temos que também ter ciência, que não existe nenhuma condição financeira de se aplicar para 2018 e a certeza de que, mantendo o acordo, vamos ter o voto impresso em 2022.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Como vota o PR?

O SR. JORGINHO MELLO (PR-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

Sr. Presidente, quero encaminhar em nome do PR.

Nós entendemos que eleição que não pode ser auditada é eleição nula. Países mais desenvolvidos do que nós não adotam esse sistema.

Então, o PR é contrário a não ter o voto impresso em 2018. Esta Casa aprovou e queremos manter. Não tem dúvida. O TSE que se ajeite no orçamento. O dinheiro quando eles querem, eles arrumam.

Então, o PR encaminha favoravelmente a manter o voto impresso em 2018, conforme esta Casa aprovou.

O voto é “não”.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Como vota o PSB, Deputada Tereza Cristina?

A SRA. TEREZA CRISTINA (PSB-MS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.)

- Sr. Presidente, o PSB vota “não”.

Tínhamos um destaque que ficou prejudicado pelo destaque do PSC, mas também entendemos que é muito importante o voto impresso, é uma vontade da população, e nós já votamos isso aqui, nesta Casa, inclusive derrubamos um veto.

O PSB vota “não”.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Como vota o Democratas, Deputado Efraim Filho?

O SR. EFRAIM FILHO (DEM-PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, há uma divergência na bancada. A orientação partidária será “sim”, mas a posição individual de cada Parlamentar será respeitada.

O SR. JOSUÉ BENGTON - O PTB, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Como vota o PTB?

O SR. JOSUÉ BENGTON (Bloco/PTB-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Todos aqueles que estavam nesta Casa, em 2002, ficaram sabendo disso. Tanto isso é verdade que o TSE mandou fazer uma arrumação nas urnas. Em Alagoas, nós sabemos perfeitamente, porque a revista *Veja* fez o exame. Lá, votaram num candidato, mas os votos foram invertidos, no segundo turno.

Nós somos favoráveis a que haja o voto impresso...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Sem prorrogação, Deputado.

Como vota o PRB, Deputado Celso Russomanno?

O SR. CELSO RUSSOMANNO (PRB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PRB já disputou algumas eleições majoritárias, como eu, tem a certeza absoluta — Deputado Bolsonaro, deixa eu falar — de que a urna pode não ser fraudada, mas o sistema pode ser sim fraudado.

A única forma de fazer uma comparação é comparar o voto impresso, depositado numa urna lateral, com o resultado que for proclamado pelo Tribunal Regional Eleitoral e pelo Tribunal Superior Eleitoral.



Portanto, somos contrários e vamos votar “sim” ao destaque. Não, não agora...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Como vota o PDT?

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, adiar a implantação do voto impresso, na opinião do PDT, é um enorme retrocesso. Nós estamos parecendo aqui biruta de aeroporto — conforme a conveniência, vamos para um lado, conforme a conveniência, vamos para o outro lado.

Isso é um absurdo. É inaceitável, na medida em que nós já votamos e aprovamos aqui nesta Casa o voto impresso. O Brizola já foi logrado na própria consulta lá no Rio de Janeiro há anos. A urna eletrônica não é 100% confiável, e a única maneira de auditar a urna eletrônica é o voto impresso.

O povo lá na rua está desconfiado. Se a Câmara aprovou o voto impresso e agora desaprova, o povo diz assim: “*O que a Câmara e o Senado sabem, que só eles sabem e que, se contar para o povo, cai a casa?*”. O povo vai ficar mais desconfiado.

Se o Supremo Tribunal Federal — STF, se o Tribunal Superior Eleitoral — TSE não pode implementar, ele que se explique e não nós.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Como vota o Podemos?

O SR. BACELAR (PODE-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quando nós tentamos e conseguimos implantar o fundo especial de financiamento de campanhas, utilizávamos um argumento. Mesmo com o valor alto, segmentos da sociedade reclamavam que a democracia é cara e que esse fundo iria evitar a influência do dinheiro das empresas nas campanhas, tudo bem. Aprovamos.



Agora, para nós garantirmos que esse sistema seja seguro, para nós garantirmos que esse sistema eleitoral respeite a vontade do eleitor, veio o argumento de que não há dinheiro para comprar as impressoras. Tenhamos paciência.

Nós precisamos ter garantia de que o pleito eleitoral no Brasil é realmente transcorrido.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Como vota o Solidariedade, Deputado Delegado Francischini?

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, se o País do Vale do Silício, da alta tecnologia faz o voto por escrito, o voto no papel, que dirá do Brasil. Quem dirá que, naquela última parada de 1 hora da eleição anterior, a nossa eleição não foi decidida por uma empresa venezuelana?

O povo quer o voto impresso, para poder comparar o que aconteceu. Muita gente desconfia que o sistema possa estar direcionado, viciado. O povo quer o voto impresso.

É só sair nas ruas. Entre na sua rede social agora e veja o que o seu eleitor fala, se ele quer que o Congresso vote com as calças na mão e revogue o voto impresso ou tenha a coragem de pedir que o TSE se enquadre no orçamento, para colocar as urnas, para que nós tenhamos o voto que possa ser auditado, Sr. Presidente.

Então nós votamos “não”.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Como vota o PCdoB?



O SR. ASSIS MELO (PCdoB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PCdoB vota “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Como vota o PSC, Deputado Eduardo Bolsonaro?

O SR. EDUARDO BOLSONARO - Sr. Presidente, quero pedir que bote o tempo de Líder cumulado com o de orientação, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - V.Exa. tem 4 minutos.

O SR. EDUARDO BOLSONARO (PSC-SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, dizer que não tem dinheiro e depois aprovar um fundo de 2 bilhões é dar um tapa na cara da sociedade. Além disso, respeito muito os argumentos dos opositores. Mas também dizer que não tem como as urnas serem fraudadas, porque, se fossem fraudadas, já teríamos descoberto, é outra ignorância.

Acabamos de ver o exemplo na Venezuela. Uma Constituinte, com urnas eletrônicas, e o negócio foi tão grotesco lá: apertou 1 botão, mais 3 milhões de votos a favor do Maduro.

Foi tão grotesco, que até a Smartmatic saiu da Venezuela. Nem eles conseguiram ter a cara de pau de sustentar o discurso de que as urnas eletrônicas são tão seguras assim.

A todo momento, não podemos esperar é mais uma eleição acontecer e nós termos aqui, recebendo via WhatsApp, vídeos, relatos de pessoas desconfiadas. Ou será que aqui ninguém recebeu em 2016 e 2014 relatos do tipo “*apertei o botão verde no confirma e o voto não foi*”, ou “*não ouvi o barulho da urna*”, “*apertei um número e apareceu outro candidato*”?



Qual é o problema de nós utilizarmos o método confiável que vige no mundo inteiro? É o papelzinho. Com voto impresso, o eleitor não vai voltar para casa com o comprovante de em quem ele votou. Ele vai apertar o número na urna eletrônica, será impresso um papel. Ele vai olhar o papel, não vai ter contato com esse papel. Tudo certo? Aperta a tecla verde do confirma, e o papel cai numa urna eletrônica. Ele não leva absolutamente nada para casa. Não haverá voto de cabresto nesse sentido.

Havendo caso de suspeição — por que não? —, faz-se a recontagem dos votos. Teríamos de outubro, da data do pleito, até janeiro, que é o dia da posse, para fazer essa recontagem.

Não existe o porquê de não aprovarmos. Como bem dito pelo colega anteriormente, se for para explodir essa bomba, que exploda no colo do TSE, que foi incompetente — para não dizer malicioso — em não conseguir em 3 anos colocar uma maquininha de impressão ao lado da urna eletrônica.

Não existe nenhum bobo aqui, sabemos como é que a banda toca. Não foi à toa que esse jabuti surgiu de ontem para hoje no relatório do Deputado, com todo respeito ao Deputado Vicente Candido.

Mas querer aprovar uma matéria dessas até divergente do TSE... O TSE, conforme o Deputado Amin falou muito bem, colocou a data para 2028. O Deputado Vicente Candido fala em 2022. Aqui nós, os 400 Deputados que aprovaram o projeto, falamos em 2018. E aí como é que faz?

Então, não há diálogo! Não há como! O Congresso, se Deus quiser, hoje vai uma sinalização de que esta Casa respeita o povo e vai, se Deus quiser, aprovar o voto impresso.



Eu quero ter certeza, Sr. Presidente, de que os Deputados aqui vão orientar e votar “não”. Peço aos colegas que fiquem cientes na nominal, que levantem o braço, e também que peçam a nominal — acho que já está passando de 1 hora da nominal anterior — para que votemos “não” a esse texto, para que possamos salvar o voto impresso, para que possamos suprimir o art. 10, que é o artigo que está em questão.

Assim sendo, Sr. Presidente, agradeço a atenção dos colegas. E vamos votar!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Como vota o PPS?

O SR. ALEX MANENTE (PPS-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PPS, Presidente, também entende que essa lei já foi aprovada. Nós não podemos voltar atrás. E eu tenho certeza de que o TSE tem condições de fazer o voto impresso.

Por isso, nós, neste momento, defendendo o voto impresso já na próxima eleição, votamos “não”.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Como vota o PHS, Deputado Diego?

(Pausa.)

Como vota o PV, Deputado Evair de Melo?

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (PV-ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, com a mínima razoabilidade, nós sabemos que o sistema pode, sim, ser violado. É muita ignorância tecnológica achar que aquela modesta maquininha e o seu sistema não podem ser adulterados.

Recentemente, o sistema de defesa americano, que é uma referência para o mundo todo, foi violado. No momento das eleições americanas, houve fortes



denúncias de russos e americanos de que o sistema de inteligência e de produção de defesa foram todos violados.

Não há justificativa nenhuma. É o sentimento do brasileiro. Nós não confiamos nessas urnas eletrônicas. E se alguém confia, vamos auditar essas urnas eletrônicas. Qual o problema de construir um voto impresso, para que possamos auditar e confiar na nossa própria inteligência?

O Brasil precisa desse gesto, para dar mais legitimidade às pessoas que chegam num mandato. Existe, sim, desconfiança de alteração em todos os sistemas. Então, o Brasil precisa disso. O brasileiro precisa disso.

O PV orienta “não”, “sim” ao voto impresso.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Como vota o PHS, Deputado Diego?

O SR. DIEGO GARCIA (PHS-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, o PHS também vai encaminhar o voto “não”. É óbvio que já derrubamos o veto presidencial, inclusive com relação ao voto impresso para 2018. Queremos o voto impresso já, em 2018.

Por isso, o nosso encaminhamento é “não”. E vamos apoiar a verificação nominal que vai ser feita também para o voto com relação a esta matéria, que trata do voto impresso.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Como vota o PSOL?

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, eu peço que seja repostado o meu tempo.

O Tribunal Superior Eleitoral está extinguindo, numa canetada, mais de mil zonas eleitorais no Brasil e não dá qualquer satisfação da motivação dessa extinção.



Então, não há motivo, neste momento, para que nós venhamos a acatar a solicitação do Presidente do Tribunal Superior Eleitoral.

O PSOL vai votar a favor do voto impresso. Esse é um modelo que já existe em vários outros países do mundo. Inclusive é o modelo de votação há bastante tempo da Venezuela, que combina voto eletrônico com voto impresso.

No ano de 2011, Jimmy Carter disse que esse era o melhor modelo de votação do mundo. Lá já existe o voto impresso. Há Deputados que estão precisando estudar um pouquinho mais.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Como vota a REDE, Deputado João Derly?

O SR. JOÃO DERLY (REDE-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - A REDE vota "não" para o voto impresso já em 2018.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Como vota o representante do PEN?
(Pausa.)

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Não, Presidente, o PSOL vota "não" para o voto impresso em 2018.

O SR. WALNEY ROCHA (PEN-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nós sabemos da importância desse modelo eletrônico de votação, que facilitou a vida do eleitor, que facilita a apuração também, dá velocidade à apuração. Mas o eleitor tem dúvida, ele não tem a garantia de 100% se o candidato em que ele votou foi o escolhido na apuração.

E nós sabemos perfeitamente que alguns países não aceitaram o voto eletrônico justamente por não confiar, porque não têm como provar que o eleitor



realmente vá somar ao voto daquele que ele votou na urna. E a maneira de garantirmos o voto é com o voto impresso.

Este momento que nós estamos vivendo no País pela transparência, pela clareza...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. HILDO ROCHA (PMDB-MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PMDB vai mudar a orientação para "não" atendendo ao pedido...

O SR. JOSÉ GUIMARÃES (PT-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sr. Presidente, a Minoria, Sr. Presidente. Sr. Presidente, nós chegamos até agora, eu quero fazer um pedido aos Líderes...

O SR. WALNEY ROCHA - O voto do PEN, o voto do PEN... Vota "não" o PEN.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Parabéns, PMDB! Parabéns! O PMDB teve lucidez.

O SR. JOSÉ GUIMARÃES - Não é possível que chegamos até agora... Sr. Presidente, garanta-me a palavra.

O SR. SANDRO ALEX (PSD-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSD muda para "não".

O SR. JOSÉ GUIMARÃES - O pedido, Sr. Presidente, é que todo mundo vote "não" para evitar a nominal. Não é possível isso!

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. POMPEO DE MATTOS - Vamos ganhar! Vamos ganhar!



A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB-BA. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - O PCdoB muda para "não", e o TSE buscará os mecanismos de tratar com os partidos políticos. O PCdoB muda para "não".

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Vamos com calma para não haver má interpretação.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Parabéns, PCdoB!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - O Líder do PT falou "não".

Como vota o Deputado Arthur Lira?

O SR. ARTHUR LIRA (Bloco/PP-AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Mantenho o voto "sim".

Eu queria colocar aqui, para depois não parecer que é algum tipo de radicalismo, Sr. Presidente...

A SRA. BENEDITA DA SILVA (PT-RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - O PT muda o voto para "não", Sr. Presidente.

O SR. ARTHUR LIRA - Não há anualidade nessa questão.

A proposta que faço é que nós deixemos essa situação para discutirmos na semana que vem.

O TST alega...

O SR. POMPEO DE MATTOS - Agora já foi o boi com a corda.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Não!

O SR. ARTHUR LIRA - Eu peço verificação, não há problema.

O SR. CELSO RUSSOMANNO - Eu vou para verificação.



O SR. ARTHUR LIRA - Eu estou querendo fazer uma proposta para não pedir verificação. Isso é da minha atribuição. Eu posso pedir verificação. Estou pedindo para fazermos um acordo para não pedir verificação.

Eu concordo com essa matéria no mérito. Há problemas. O Tribunal Superior Eleitoral informa que não há dotação orçamentária para implementar em 2018. Não vou viver um engodo.

A situação é a seguinte: como não há anualidade, podemos inclusive cumprir o compromisso assumido pelo Presidente Rodrigo Maia de discutir essa matéria na semana que vem e propor um piloto, como foi feito no voto digital. Com um piloto no voto digital para o voto eletrônico, conseguimos negociá-lo e aplica-lo.

Fazer em 2018, na marra, não vão fazer. Então, eu tenho o meu direito regimental. Se não for proposto um acordo, eu peço verificação, e resolvemos isso rapidinho.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - A sociedade não quer saber disso, Sr. Presidente. O povo é contra; o povo quer o voto impresso. Essa é a verdade! Vamos falar a verdade! Tem que imprimir o voto, para cotejar quem é quem. Nós não podemos ser aqui galo de...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Cada Deputado vai falar na sua sua vez. Não adianta ficar gritando, porque não vai mudar nada.

Pelo painel, é “não”, mas peço calma, porque eu vou falar ainda. Vou seguir o painel.

Há acordo? *(Pausa.)*

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)



(Não identificado) - Não há acordo!

O SR. ARTHUR LIRA - Se não houver acordo, quando V.Exa. proclamar o resultado, pedirei verificação.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - É regimental, Deputado. Agora, eu, regimentalista, tenho que seguir o Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Em votação o destaque.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Aqueles que forem pela manutenção do texto — vejam bem — permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

O SR. ARTHUR LIRA (Bloco/PP-AL) - Peço verificação, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Não dei nem o resultado ainda. Há dificuldade para contar.

REJEITADO.

O SR. ARTHUR LIRA (Bloco/PP-AL) - Peço verificação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - O Regimento permite que o PP tenha direito à verificação.

O SR. PROFESSOR VICTÓRIO GALLI (PSC-MT) - Peço verificação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Esta Presidência solicita a todas as Sras. Deputadas e a todos os Srs. Deputados que tomem seus lugares, a fim de ter início a votação pelo sistema eletrônico.

Está iniciada a votação.

O SR. BACELAR (PODE-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Podemos muda para obstrução, Sr. Presidente.



O SR. BETINHO GOMES (PSDB-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

O PSDB está em obstrução, Sr. Presidente.

O SR. BACELAR - Podemos está em obstrução.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Não faça isso, não, Deputado.

O SR. BETINHO GOMES - PSDB está em obstrução.

O SR. FLAVINHO (PSB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero registrar o meu voto contra ao destaque anterior, o Destaque nº 10 do PV contra o REFIS dos partidos políticos.

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB-BA. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Eu quero apelar para o Líder Arthur Lira. Ninguém pediu verificação conjunta. Nós chegamos até 1h51min. E o TSE buscará um Termo de Ajustamento de Conduta, buscará solução. A Câmara indica a sua intenção e buscamos depois a solução, mas vamos zelar pelo trabalho até aqui realizado.

Eu quero apelar para o Líder do PP: vamos tirar esse pedido de votação nominal e manter a sessão até o fim da votação do relatório do Deputado Vicente Candido.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Com a palavra o Deputado Givaldo Carimbão.

O SR. GIVALDO CARIMBÃO (PHS-AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PHS vai entrar em obstrução. Se não tiver número, cai todo o projeto da Câmara?

O SR. JOSÉ ROCHA (PR-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PR está em obstrução.

O SR. GIVALDO CARIMBÃO - Essa é a pergunta, Sr. Presidente. Cai tudo?



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Não, o que já foi votado, já foi votado, Deputado.

O SR. GIVALDO CARIMBÃO - A interpretação não é essa, não. A assessoria do PHS disse que cai tudo.

A SRA. LAURA CARNEIRO - Aí não vale nada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Vai ficar tudo para a semana que vem.

A SRA. LAURA CARNEIRO - Se cair a sessão, já era. O Senado não vota amanhã, e acabou.

O SR. DOMINGOS NETO - É sessão, aí perdemos a anualidade, Deputado Givaldo Carimbão.

O SR. GIVALDO CARIMBÃO (PHS-AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.)
- O PHS entra em obstrução.

A SRA. ALICE PORTUGAL - Sr. Presidente, nós estamos apelando para que essa nominal seja retirada.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Sr. Presidente Carlos Manato, quero fazer um apelo a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Com a palavra o Deputado Pompeo de Mattos.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero fazer um apelo ao eminente Líder do PP. De todos os partidos ali, só o PP que colocou "sim". Nós vamos inviabilizar um trabalho de semanas, de meses, na reta final, por conta do tal do voto impresso. A sociedade ali fora e todos querem o voto impresso, todos exigem de nós o voto impresso.



Os Estados Unidos, que são o País da informática, do Bill Gates, não têm o voto eletrônico. Eles até têm a contabilidade eletrônica, mas o voto é impresso.

O nosso voto eletrônico é valoroso, importante e ágil, mas a segurança, a verdade física é o voto impresso, que permite que se possa fazer a conferência.

É isso que estamos defendendo com unhas e dentes, em sintonia com o cidadão, com a população, que quer o voto impresso. Se não houver o voto impresso, haverá uma desconfiança muito grande, e esta Casa não pode fazer isso.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Deputado José Guimarães.

O SR. JOSÉ GUIMARÃES (PT-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, primeiro, quero pedir à bancada o PT para não se retirar do plenário.

Com voto impresso ou sem voto impresso, isso não é prioridade para nós, isso é um problema do TSE. Isso não pode inviabilizar! Para que ficamos aqui até de madrugada? Numa votação como essa, vamos agora pedir verificação? Depois sentamos com o TSE e discutimos. Isso não é possível! Isso é um desrespeito com todo mundo aqui. Ficamos até de madrugada e agora vem uma verificação? Se cair a sessão, cai tudo que votamos! Não vai valer nada! Não é possível, Sr. Presidente! Vamos fazer um apelo!

O SR. ALIEL MACHADO (REDE-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, há questões fundamentais na reforma que foram muito bem elaboradas pelo nosso Relator. Nós tratamos de limite de gastos. Nós tratamos aqui de acabar com aquelas campanhas milionárias. Agora, às 2 horas da manhã, há divergência em um ponto — não tiramos o mérito de quem é a favor ou não —, e nós vamos derrubar tudo que foi votado na infraconstitucional por causa disso? Nós



precisamos que os Deputados que estão nos gabinetes, nos corredores, e que ainda não viram o que está acontecendo votem.

Fazemos um apelo ao Líder Arthur para que reveja — é apenas um partido — , para que não se perca tudo que foi construído até agora. O melhor da reforma política está nesse texto. O que salva da reforma política está nesse texto.

A manchete amanhã vai tirar sarro desta Câmara e novamente destruir a nossa imagem. Nós precisamos garantir esses limites de campanha, colocar teto, colocar regra. Uma divergência vai acabar derrubando tudo isso? Fazemos um apelo aos Srs. Deputados.

O SR. CELSO RUSSOMANNO (PRB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nessas condições, o PRB entra em obstrução.

O SR. JOSUÉ BENGTON (Bloco/PTB-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu quero fazer um apelo aos partidos que estão em obstrução para que votem “não” e à V.Exa. para que diga quanto tempo vai esperar, porque, pelo andar dos números, nós iremos alcançar o quórum.

Peço aos partidos que estão em obstrução que orientem o voto “não” e a V.Exa. que nos dê um tempo. Se perto do fim do prazo não der, todo mundo entra em obstrução.

O SR. JOSÉ ROCHA (PR-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PR muda para “não”.

O SR. GIVALDO CARIMBÃO (PHS-AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, já é 1h58min. Estamos aqui há mais de 5 horas tentando votar esta matéria. Quero esclarecer claramente que, se não votarmos, tudo o que nós



votamos estará perdido. É bom deixar isso claro. Ou há um acordo ou, durante as 5 horas, teremos feito um papel que nada serviu.

O SR. CELSO RUSSOMANNO (PRB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PRB entra em obstrução.

O SR. CABO DACIOLO (Bloco/AVANTE-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, uma colocação do Cabo Daciolo. O Cabo Daciolo hoje faz parte do partido Avante, que infelizmente está coligado com o PP, que está votando “sim”.

O meu voto é contrário a isso. O meu voto é “não”.

Quero deixar bem claro ao povo brasileiro que existe fraude, sim, nas urnas eletrônicas. Quero parabenizar o Deputado Jair Bolsonaro e dizer a todos os Parlamentares o nome de quem fez essa denúncia, um Parlamentar que passou por aqui, o Delegado Protógenes, que hoje está sofrendo perseguição por ter revelado que houve fraude nas urnas eletrônicas, no caso dele e no da Presidência da República na última votação.

Parabéns ao Deputado Jair Bolsonaro.

Eu estou contra o meu partido. O meu voto é “não”.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Deputados, eu gostaria de fazer uma colocação: nós estamos trazendo para esta Casa um problema que não é desta Casa. Nós estamos trazendo para cá um problema que é do TSE.

Então eu gostaria que todos pensassem. Quem está em obstrução saia da obstrução. Vamos tentar chegar pelo menos perto do quórum. Vamos tentar chegar.

Se votamos pelo voto impresso e temos um problema com o TSE... É o TSE, é o STJ, é o STF. São eles que vão resolver. Não somos nós que vamos resolver.



Nós estamos trazendo para a Casa um problema com a nossa reforma por causa do voto impresso, que não é problema nosso.

Eu gostaria que os Líderes conversassem entre si, tirassem uma conclusão. Só vou dizer o seguinte: não votou? Não vai para o Senado. Nós vamos continuar aqui amanhã ou semana que vem votando. Amanhã a sessão só vai contar administrativamente a partir das 14 horas.

Então quero deixar claro para V.Exas. que nós estamos perdendo uma oportunidade de jogar isso para o TSE.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PMDB-RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora) - Sr. Presidente, eu quero fazer um apelo.

Na verdade nós passamos 11 meses discutindo esse assunto. Nós não conseguimos votar a PEC das Mulheres em função dessa matéria. Nós estamos aqui desde cedo tentando votar essa matéria.

Sr. Presidente, “sim” ou “não”, o importante é que saiam das obstruções para que nós cheguemos à votação e vamos a voto. Eu votei “sim”, o partido votou “não”. O importante, Sr. Presidente, é não jogar fora todo o trabalho, todo o esforço de todos os Parlamentares, de todos os partidos. Hoje foi um dia hercúleo. Todo o trabalho vai ser jogado fora?

A Deputada Shéridan sabe como foi difícil. Eu, o Deputado Hildo, o Deputado Pansera e o Deputado Marcelo Castro, que estivemos juntos na Comissão, acompanhamos o dia a dia nesta votação, Sr. Presidente. Não faz nenhum sentido não votarmos, porque o que pode acontecer simplesmente, caindo a sessão, não chegando ao quórum de 257, é que não vamos garantir que nós votemos.

Faço este apelo.



O SR. JOÃO RODRIGUES - Sr. Presidente, só quero fazer uma observação.

O SR. ALIEL MACHADO (REDE-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu soube que vão convocar sessão sexta-feira com efeito administrativo para dar o tempo.

Vejam só aonde nós vamos parar. O Presidente já falou que amanhã pode haver sessão com efeito administrativo a partir das 14 horas. Nós temos um prazo. Por causa de uma divergência, a parte boa, a parte que a sociedade espera da reforma política, a parte que impõe limites, a parte que diminui custo de campanha, que o Relator, com muita dificuldade, construiu, nós estamos derrubando — por causa de uma divergência.

Aguentamos até às 2 horas da manhã. Faltam 55 votos agora. Nós fazemos um apelo ou para a retirada dos partidos que estão em obstrução ou para a retirada da verificação. Fazemos um apelo ainda para que os Deputados conclamem os seus colegas que não estão aqui neste momento para virem votar.

Nós corremos o risco de amanhã e sexta-feira termos que votar ou o risco de perdermos tudo o que foi feito até agora.

O SR. JOÃO RODRIGUES - Sr. Presidente...

A SRA. ALICE PORTUGAL - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Deputado João Rodrigues.

O SR. JOÃO RODRIGUES (PSD-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, só quero fazer uma observação. Há um apelo feito aqui ao Partido Progressista. Ou se retira, ou todo mundo vota “não”. Depois o Presidente veta, se quiser. O que não dá é para acabar com tudo o que foi feito em razão de uma teimosia. Vamos cumprir a nossa missão. Vamos cumprir o que está aqui. Então, ou



se retira, ou todo mundo vota “não”. Depois o Presidente vota. Pronto! Está resolvido o problema.

Por que é que alguns têm que chamar para si a responsabilidade individual, colocando em risco tudo aquilo que foi votado? Alguém quer levantar um troféu aqui dentro? Alguém tem que ter uma taça na mão? Não é possível!

Eu estou vendo: PT, PMDB e todos os demais partidos querem concluir isso, mesmo que tenha havido divergência no decorrer do caminho. Em muitas das emendas, em muitos dos destaques, houve divergências, mas agora todo mundo chegou à conclusão de que é hora de encerrar. E, para terminar isso, ou se retira ou todos os partidos votam “não”. Aí, o Presidente vota, e acabou o assunto. Não entendi por que tem que ficar no colo de alguns o título: “*Olha, barramos*”. Barraram o quê? Se há divergência do Supremo, se o acordo foi com o Presidente da República, o Presidente vota.

A minha digital será dada pelo voto impresso, porque essa é a vontade da maioria do povo brasileiro. Como Deputado, coloco minha digital no que é desejo do meu partido, no que é desejo do povo brasileiro.

Vamos concluir as votações, seguindo a vontade do povo. Depois, façam seus acordos fora daqui.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Deputado Zé Geraldo.

O SR. ZÉ GERALDO - Sr. Presidente...

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB-BA. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, eu queria sugerir uma reunião dos Líderes aqui ao lado, para que conversemos e busquemos uma solução. O que está em jogo, Sr.



Presidente, para além desse destaque, é o destaque seguinte. Nós precisamos nos reunir rapidamente. Não precisa nem suspender a sessão. Reunimo-nos aqui ao lado, para buscar uma solução que não prejudique esse trabalho extenuante, com os resultados já parcialmente divulgados pela imprensa brasileira e internacional.

Eu peço aos Srs. Líderes que nos reunamos na entrada do plenário e cheguemos a uma solução negociada, pactuada, para não perdermos o trabalho. Gostaria de ouvir a resposta dos Srs. Líderes em relação a essa conversa logo a seguir.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Tem a palavra o Deputado Zé Geraldo.

O SR. ZÉ GERALDO (PT-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu já passei algumas noites inteiras aqui para votar matérias importantes para este País, assim como vários Deputados aqui. Eu me lembro de uma votação em que o Deputado ia lá, dormia e, às 5, 6 horas da manhã, estava aqui para votar. O Partido dos Trabalhadores já está convidando aqueles Parlamentares que não estão aqui, e eles já estão voltando. Os demais partidos têm que fazer isso.

Na semana que vem aqui não se trabalha. Nós só vamos ter sessão praticamente na terça-feira. E amanhã todo mundo já estará caminhando para ir embora. Então, nós precisamos trabalhar a noite inteira e votar essa matéria. Será uma irresponsabilidade não fazê-lo. Aqui há partidos que querem ver as coisas caírem mesmo. Agora, a maioria quer ver as coisas funcionarem.

Então, vamos ficar a noite inteira, convidar os Parlamentares que já saíram para voltar, a fim de haver quórum, e enfrentar a votação.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Tem a palavra o Deputado Celso Pansera.

O SR. CELSO PANSERA (PMDB-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - É o seguinte: há 4 partidos pedindo obstrução e estamos com um quórum de 207 Deputados. Desconfio que o que está por trás disso é a próxima votação, que é a portabilidade. Estão fazendo um cavalo de batalha aqui para aprovar a portabilidade depois. Querem jogar esse trabalho todo na lato do lixo para poderem fazer a portabilidade de Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Só 1 minutinho. O nobre Líder do PT vai falar, e eu gostaria de ouvi-lo. Concedo a palavra ao Deputado Arthur Lira.

O SR. ARTHUR LIRA (Bloco/PP-AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Deputado Celso Pansera, com todo respeito que eu tenho por S.Exa., não ouviu da minha boca nenhum tipo de pensamento para fazer um juízo de valor desses. Então, peço toda a consideração de volta a S.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - V.Exa. tem toda a consideração de todos.

O SR. ARTHUR LIRA - Estou aqui exercendo meu poder regimental. Sou um homem da conversa. Sou um homem do diálogo. Nós temos um problema.

O que eu propus aqui? Primeiro, a orientação "sim" para a gente negociar na semana que vem. Estão dizendo que não é possível porque o PDT vai verificar, e depois vai todo mundo correr para o Líder do PDT.

Então, qual é a outra proposta? O Relator, Deputado Vicente Candido, retira do texto o Destaque nº 22, cai também o destaque do Deputado Jair Bolsonaro e todos os Líderes ficamos com o compromisso que foi acertado aqui de sentarmos na



semana que vem — porque a legislação continua para 2018, o que não é admissível por parte do TSE — para decidir um texto-piloto para execução imediata, não de todo o Brasil, porque não há possibilidade. Se esse acordo for feito aqui no microfone, eu retiro a verificação.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Vamos devagar. O Deputado Arthur Lira fez uma proposta, e eu gostaria de ouvir o Relator primeiramente. Se o Relator não acatar...

O SR. EFRAIM FILHO - O Relator e o autor do destaque.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco/PP-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, antes de o Relator falar, representando os autores do destaque, eu estou nesta luta desde 2015. Este acordo com o Tribunal Superior Eleitoral só poderia acontecer depois desse impasse.

Preste atenção! O texto que o Deputado Vicente Candido apresentou, com boa vontade que eu quero aqui publicamente reconhecer, é uma postergação que não vem ao encontro do que o TSE diz que vai fazer.

Isso não é negociação. Negociação é quando as duas partes se entendem no meio termo. Nós estamos entregando uma postergação incondicionalmente ao TSE. Isso não é negociar. Isso é debochar de uma lei que existe.

Se for necessária a questão de prazo, esta Casa não vai querer processar o TSE. Pelo contrário, nós temos muito orgulho de sermos um País que apura rapidamente as suas eleições, mas queremos que as urnas sejam auditáveis. É isso que esta Casa quis. Auditar é fazer o caminho de volta do voto.

Então, o que o Deputado Arthur Lira propôs é o seguinte: retiramos o texto do art. 10 e vamos negociar com o Tribunal um meio termo.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Eu gostaria de ser ouvido. Depois, vou passar a palavra ao Deputado Arthur Lira. Eu gostaria de falar, com licença.

Deputado Arthur Lira, vamos ao que V.Exa. falou, que eu achei maravilhoso, mas, de repente, em cima do que V.Exa. falou, que é fazer um piloto — se eu estiver errado, V.Exa. corrija-me, por favor, em...

O SR. ARTHUR LIRA (Bloco/PP-AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Como essa matéria não tem o condão da anualidade, ela não tinha a necessidade de ser votada hoje, nem até o dia 7.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - Nem precisava ter entrado no projeto.

O SR. ARTHUR LIRA - Essa situação será discutida com o compromisso dos líderes de encontrar uma solução acordada de implantação do que eu considero um piloto ser a melhor ideia.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Certo.

Então, V.Exa. considera que, em 2018, deve haver um piloto, para entrar futuramente, certo?

O SR. ARTHUR LIRA - Claro. Pode ser. É um acordo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Agora, se o Relator acatar isso, está montado o acordo e passa a valer, não tem que passar para o líder depois.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - Mas falta o acordo.

Falta o TSE. Falta combinar com os russos. O TSE não concordou com isso aí.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Aí é outra conversa.

Vamos lá, Relator.

V.Exa. ouviu? (*Pausa.*)



O SR. VICENTE CANDIDO (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu sou pelo princípio do razoável.

Não é razoável sobrepor uma questão dessas depois de tanta dificuldade que nós superamos, depois de tantas horas aqui de dedicação.

Então, eu não vejo por que não haver um acordo sobre essa matéria. Se é esse o acordo, se há acordo aqui no plenário, não é o Relator que vai criar problema sobre isso. É tranquilo. Eu cansei de propor isso.

Então, vamos lá, vamos logo para o acordo e vamos terminar a votação do resto da matéria. Sem nenhum problema. Semana que vem a gente resolve esse caso.

(Palmas.)

O SR. ORLANDO SILVA - Está retirado o 3, Deputado.

O SR. CELSO RUSSOMANNO (PRB-SP. O- Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, precisa ver que acordo é esse. De acordo de piloto o PRB não participa. O PRB não participa de acordo de piloto. O PRB participa de uma negociação de tentar achar um acordo. Mas, se não houver acordo, vai ficar o texto que está de 2018...

O SR. ARTHUR LIRA (Bloco/PP-AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Relator já tirou a matéria.

O SR. CELSO RUSSOMANNO - Não vai ficar diferente, não.

O SR. ORLANDO SILVA - Presidente Manato, pela ordem.

O SR. ARTHUR LIRA - O que o Líder Russomano colocou eu aceito com muita humildade na negociação.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Vamos ouvir.



O SR. BETINHO GOMES (PSDB-PE.. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -
Atendendo ao que o Relator fez, esse assunto sai, e nós retiramos a verificação,
Presidente.

O SR. ARTHUR LIRA - O Relator já se posicionou e retirou, vamos votar,
Presidente.

O SR. EDUARDO BOLSONARO (PSC-SP. Pela ordem. Sem revisão do
orador.) - Sr. Presidente, eu gostaria só de lembrar que o voto impresso tem outro
destaque também...

O SR. ORLANDO SILVA - Presidente, já caiu a matéria, vamos votar.

O SR. EDUARDO BOLSONARO - ... atinente a dois artigos. São dois artigos
que acabam com o voto impresso.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Cancelada a votação nominal. A
verificação, não é? Está retirada a matéria.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT-RS. Pela ordem. Sem revisão do
orador.) - Tem um outro texto sobre o mesmo assunto, Sr. Presidente.

O SR. ORLANDO SILVA (PCdoB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -
Não tem mais texto, Deputado Pompeo. Caiu o texto, caiu o destaque.

O SR. POMPEO DE MATTOS - O outro destaque está prejudicado, Sr.
Presidente.

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.)
- Está prejudicado, Sr. Presidente, porque retirou do texto, o outro destaque está
prejudicado. Como retirou do texto, o outro destaque está prejudicado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - O outro destaque aqui é do PSD.

(Não identificado) - Sr. Presidente, tem mais dois destaques prejudicados.



A SRA. LAURA CARNEIRO (PMDB-RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Tem mais dois. Sr. Presidente, tem dois destaques, que é o Destaque nº 14 e o Destaque nº 21. Os dois estão automaticamente prejudicados, na medida em que não tem mais texto, Sr. Presidente.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Não, não, depende se retirar...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Não é automaticamente. Não é automaticamente. Tem que retirar.

O SR. ONYX LORENZONI - Depende se retirar do último artigo o que remete para a lei de 2015. Não basta apenas retirar o 12º.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Deputada Tereza, quer se manifestar?

O SR. EDUARDO BOLSONARO (PSC-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Tem que suprimir esse art. 12.

A SRA. TEREZA CRISTINA (PSB-MS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Nós concordamos em retirar, se ...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Ok. Retirado o destaque. É outra conversa.

O SR. ONYX LORENZONI - Presidente, Presidente, Presidente Manato.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Calma, Deputado, calma.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Não, é só um pouquinho, Sr. Presidente, é sobre esse assunto. Tem que retirar toda e qualquer referência à lei que nós votamos aqui em 2015, do art. 12. É isso. Não



pode tirar apenas uma referência, e fica a porta aberta para não ter voto impresso no ano que vem. Nós temos que garantir as duas coisas.

O SR. WILSON FILHO (Bloco/PTB-PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.)

- O Deputado Wilson Filho acompanhou o partido nas últimas votações.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Há sobre a mesa Destaque nº 19:

Requeiro a V.Exa., nos termos do art. 161, § 2º, combinado com o art. 117 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, destaque da Emenda 19, apresentada no PL 8.612, da Deputada Renata Abreu, autora.

A Deputada quer falar favorável, e o Deputado Marcus Pestana contra.

O SR. FELIPE BORNIER (Bloco/PROS-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Deputado Felipe Bornier votou conforme a orientação do partido na última votação.

O SR. CAETANO - Tira logo todos os destaques que estão aí.

A SRA. RENATA ABREU (Bloco/PODE-SP. Sem revisão do orador.) - Presidente, eu queria fazer um apelo aos nobres Parlamentares. Esse destaque é o da janela com portabilidade, por qual razão? Nós aprovamos aqui na última Legislatura uma janela sem portabilidade que gerou uma discrepância enorme neste Parlamento.

Eu vou dar um exemplo, o Partido da Mulher Brasileira, que hoje não tem um único Deputado, tem um tempo de televisão e um fundo partidário de 22 Deputados Federais. O Podemos, que elegeu quatro, hoje tem 18 Deputados Federais. Então, essa emenda vem justamente para corrigir uma distorção muito forte que nós



criamos na última janela, e, obviamente, a situação política deste País e do Parlamento mudou.

Nessa expectativa, nós acreditamos que é importante para os Deputados que eles tenham a oportunidade de escolher um novo caminho para o seu destino político. E, por isso, nós estamos propondo essa para que os Parlamentares possam sim escolher um partido que esteja mais de acordo com a sua ideologia e que as distorções geradas pela última janela partidária sejam corrigidas. Esse recálculo vai adequar várias bancadas nesta Câmara, o PSD, o PP, o PR, o PSB, a REDE, e vários outros partidos.

Então, eu faço um apelo para os partidos, até para que a gente não tenha problemas, como aconteceu nessa última janela, para que a gente oriente e vote pela janela com o recálculo do fundo e do tempo de televisão, corrigindo essas distorções que aconteceram nessa última janela. Esse é o meu apelo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado, nobre Deputada.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Com a palavra o Deputado Marcus Pestana, pelo PSDB, para falar contrário à matéria.

O SR. GILBERTO NASCIMENTO - Deputado Gilberto Nascimento, Sr. Presidente. Eu estava inscrito aí, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Deputado, V.Exa. estava inscrito para falar, também.

O SR. GILBERTO NASCIMENTO - Para falar contra.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Ah! É contra, também.

Desculpe-me.

O SR. GILBERTO NASCIMENTO - Eu me inscrevi primeiro, por favor.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Só um minutinho. Deputado Marcus Pestana, me desculpe. Aqui está uma confusão. O primeiro é o Deputado Gilberto Nascimento. V.Exa. é o segundo. Eu peço desculpas, mas é que aqui está complicada a escrita aqui.

Com a palavra o Deputado Gilberto Nascimento. V.Exa. tem 3 minutos.

O SR. GILBERTO NASCIMENTO (PSC-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o que nós estamos vendo aqui, hoje, é que, primeiro, quando foi distribuído esse material, atenção, dizia: *“Emenda nº 19, janela com portabilidade”*. Eu tive a impressão que era alguma coisa de telefone celular. Quando você compra um celular ou você troca de operadora, então, você pode levar portabilidade, pode levar os créditos que você tem, pode levar as vantagens que tem. E logicamente que isso me preocupou.

Esta Casa que, na realidade, não está muito bem com a opinião pública, numa madrugada como esta, são 2 horas, 17 minutos e 4 segundos, nós votarmos uma emenda como esta, uma emenda de portabilidade, uma emenda que alguém pode trocar de partido, uma emenda que lamentavelmente nós já vimos aí vários documentos correndo sobre Deputados que diziam o seguinte: *“Olha, eu tive tantos votos: eu estou valendo 5 milhões, eu estou valendo 8 milhões”*. Isso aqui vai virar um grande balcão de negócios.

Uma emenda como essa, se eventualmente for aprovada nesta Casa vai ser uma vergonha para este Parlamento.

Peço aos Srs. Deputados que repensem um pouco esta emenda. Não podemos na calada da madrugada, na calada da noite, votarmos um projeto como este, uma emenda como esta.



Quero dizer aos senhores que vamos imaginar, por exemplo, que o Deputado agora mude de partido, leve o fundo partidário, leve o tempo de televisão, desorganiza totalmente a vida partidária nesta Casa, outros partidos brasileiros.

Veja bem, foi votado também esta noite um fundo partidário. Como é que vamos fazer a partir daí? Esse fundo também conta, não conta? Nós estamos aqui num grande atropelo que, na realidade, não vamos chegar a lugar nenhum e que, conseqüentemente, isso depois vai cair nos tribunais, porque não está nada claro. Se pegarmos a emenda... A emenda não tem nenhuma clareza, a emenda tem uma ou duas linhas.

Agora, Srs. Deputados, vamos ter consciência daquilo que vamos votar nesta Casa, nesta noite. Não vamos deixar, não vamos macular a imagem desta Casa mais uma vez na calada da noite, na calada da madrugada, porque a imprensa vai dizer logo de manhã nós fazemos uma troca como esta. Não é o momento para isso. Não é o momento.

Eu não sei a quem interessa isso. Eu não sei a que partido interessa isso. Eu não sei a que grupo interessa isso. Uma coisa é certa: não interessa aos partidos democráticos sérios desta Casa, porque, na realidade, vai se virar um grande balcão de negócios. E é isso o que nós não queremos. É isso o que não vamos aceitar, vamos entrar na Justiça e vamos brigar.

Por outro lado, quero pedir aqui apoio às grandes bancadas desta Casa para pedirmos...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado, Deputado.

Para falar contra, tem a palavra o Sr. Deputado Marcus Pestana.



O SR. MARCUS PESTANA (PSDB-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.)

- Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, queria consultar minha amiga Renata se ela vai manter o destaque.

Deputada Renata, por economia processual.... Deputada Renata.... Ela não está ouvindo.

Ela mesma deu o argumento e facilitou a minha defesa. Ela descreveu a excrecência e a desmoralização do sistema partidário brasileiro, que foi introduzido por esse conceito maluco de portabilidade. Mandato parlamentar não é celular, não. Mandato parlamentar é uma coisa séria.

Nós fizemos uma reforma política limitada. Não aprofundamos nosso sistema político no sentido de aproximar a população do sistema. Tivemos muitas polêmicas e uma solução precária no financiamento. A única coisa que fizemos foi tentar fortalecer o sistema partidário na PEC, relatada pela Deputada Shéridan, para criar o mínimo de credibilidade.

O sistema político brasileiro vive uma crise gravíssima, quase terminal de credibilidade, de confiança da sociedade. Os partidos são instituições centrais na democracia.

A Primeira-Ministra Angela Merkel está com dificuldade de formar maioria em gabinete, com seis partidos. E lá há cláusula de barreira, não é de desempenho, não, de 5%. Ela está com grandes dificuldades! No último Governo, teve que fazer uma coalizão com Partido Social-Democrata, sua oposição, o que é impensável no Brasil.



O que nós queremos fazer? Já há 25 partidos aqui. A cláusula de desempenho é muito modesta. Agora, nós queremos estabelecer um verdadeiro escândalo! Vai ser o carimbo dessa reforma! *(Palmas.)*

A manchete amanhã é que nós estamos abrindo um mercado persa, onde vai haver um leilão de minutos de televisão e fundo partidário.

Nós não podemos deixar o nosso esforço, que já foi pouco frutífero, porque nós precisamos de uma reforma muito mais profunda, mas não conseguimos o consenso necessário. Mas, no final da reta final, aprovar um absurdo desses?

A Deputada Renata Abreu muito bem falou. Esse caso do Partido da Mulher Brasileira é escandaloso, como foram outros. Então, não vamos desmoralizar mais a Casa. Se nós aprovarmos isso, daqui a um mês, haverá uma janela e, durante os próximos 30 dias, o leilão vai estar aberto.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado, Sr. Deputado.

A SRA. CRISTIANE BRASIL - Renata Abreu, tira esse destaque. Vai desmoralizar tudo. Eu vou embora.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Olha, só 1 minutinho. Só 1 minutinho. Quem vai falar é o Líder do PR. Porém, Sr. Relator, V.Exa. quer fazer uma consideração depois, não é? *(Pausa.)* O Líder do PR vai falar.

Obrigado, Deputado Marcus Pestana. V.Exa. foi muito esclarecedor. Muito obrigado.

O Líder do PR vai falar. Depois quando eu for orientar, eu vou fazer uma colocação por essa votação e eu quero que todos prestem atenção na colocação que eu vou fazer.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Deputado José Rocha, pela Liderança do PR.

O SR. JOSÉ ROCHA (PR-BA. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, uma excrescência é não ter a portabilidade. Imaginem os senhores e as senhoras um partido com 20 Parlamentares: 19 saem do partido, fica 1 único, com todos os recursos dos 20. Vão fazer farra com o dinheiro público, como aconteceu com o Partido da Mulher — ao contrário do que aqui disse o Deputado Marcus Pestana.

Saíram os Deputados do Partido da Mulher e ficou um único, com todo o recurso dos que saíram.

Isso é um absurdo, Pestana! Isso é um absurdo! Não podemos de maneira nenhuma concordar — justamente V.Exa. Precisamos dar argumentos para votar a janela com a portabilidade.

Portanto, o PR vai apoiar o destaque da Deputada Renata para que possamos ter a janela com portabilidade para acabar, sim, com essa farra de recursos deixados no partido por aqueles que desejarem migrar para outro partido.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) – Muito obrigado, nobre Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Vai falar ainda, Deputado Vicente Candido?

O SR. VICENTE CANDIDO - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Pois não. É uma complementação, Deputado Vicente? Pode falar.

O SR. VICENTE CANDIDO (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu resisti, durante todo o tempo, em trazer



para o debate a matéria relativa ao Fundo Partidário — que necessita de correções — e também a matéria que trata do tempo de TV, porque não estava na pauta, é uma matéria sensível.

Votar esta matéria aqui hoje é endossar uma decisão do Supremo que esta Câmara e o Congresso Nacional mudaram tempos atrás. O Supremo tinha dado portabilidade. Esta Casa foi correta naquele momento, enfrentou o Supremo Tribunal Federal e mudou a sua decisão.

Votar esta matéria hoje é jogar por terra a seriedade mínima que estamos conseguindo aqui nesta pequena reforma política.

Nós procuramos a todo momento, dentro do texto, evitar as negociatas. Peguem alguns processos da Lava-Jato e está lá apontado que tempo de televisão foi uma das grandes moedas de troca para compra de apoios nesse processo todo, e nós procuramos limitar isso no texto que nós estamos aprovando aqui.

Então, eu acho que é muito ruim para esta Casa, nesta hora da madrugada, votar uma proposta que não foi debatida e que eu recusei o tempo inteiro, para não mexer no Fundo Partidário, não mexer no fundo de televisão, porque é uma matéria sensível, que não vai trazer seriedade para esta Casa neste momento da vida brasileira.

Então, peço encarecidamente aqui aos meus pares, às bancadas, aos Líderes, que resistamos a esta mudança, para que amanhã as manchetes dos jornais — principalmente para aqueles que se preocupam com as manchetes de jornais e de televisão — não venham achincalhar o trabalho que nós vamos concluir daqui a pouco.

Muito obrigado e peço essa compreensão.



O SR. ALCEU MOREIRA (PMDB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

O Deputado Alceu Moreira na votação nominal anterior votou com o partido.

O SR. VICENTE CANDIDO - Sr. Presidente, só aproveitando aqui a oportunidade: no Destaque nº 21, para consolidar aquele acordo que nós fizemos aqui do voto impresso, eu estou retirando também no art. 12 a expressão “número 12”, do Destaque nº 21 do PSD, que consolida o nosso acordo para a redação final.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Deputado Arthur Lira, tudo bem?

Tudo, né? Obrigado.

Olhem só: faltam dois destaques, este que nós estamos votando, e um do PSOL. O do PSOL é um referendo, então, eu gostaria de saber se o PSOL, numa colaboração, num grande acordo, retiraria para nós, para nós finalizarmos neste aqui.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

Vamos manter o nosso destaque, que vai ser defendido pela Deputada Luiza Erundina.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Está bom. Então, é depois.

Olhem só o acordo que eu quero produzir. Nós trabalhamos aqui quase 1 ano. Nós fizemos diversos acordos, e uma nominal agora acaba todo o acordo. Todo mundo tem bom senso. Então, nós vamos fazer um acordo aqui agora.

Eu tenho aqui a lista com todos os partidos e todos os Deputados dos partidos, quantos Deputados cada partido tem. Um exemplo: o PMDB tem 61 Deputados. Certo?



Então, nós vamos orientar lá. Muito cuidado na hora da orientação! Muito cuidado! É um só que vai orientar, com calma. Na hora em que acabarem de orientar, eu vou ver a orientação que está lá. Vou somar os Deputados de cada partido, vou proclamar o resultado por aqui, e todo mundo aceita sem verificação nominal.

O SR. BETINHO GOMES - Não, Presidente, não há acordo.

O SR. CELSO RUSSOMANNO - É regimental, Presidente...

O SR. JOSÉ ROCHA - É isso mesmo, Presidente! É assim que o Senado se comporta e o Congresso.

O SR. ORLANDO SILVA - Presidente, temos o Regimento. Vamos cumprir o Regimento, Presidente.

O SR. JOSÉ ROCHA - O Congresso se comporta dessa maneira

O SR. CHICO ALENCAR - E se o partido liberar e tiver bancada ímpar?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Aí complicou.

O SR. CHICO ALENCAR - Chama o Salomão!

O SR. ORLANDO SILVA - Vamos votar, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Não falei nada! Orientação de bancada. Orientação de bancada.

Como vota o PMDB, Deputado Celso Pansera? *(Pausa.)*

O SR. FABIO GARCIA - Presidente, vale o voto do Plenário.

O SR. CELSO PANSERA (PMDB-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, o PMDB vota contra a emenda da portabilidade. Nós não estamos aqui discutindo mercadoria. Deputado não é mercadoria, não é telefone celular.



E essa reforma que está sendo construída hoje merece ter um *gran finale*. E aprovar essa emenda é jogar por terra tudo que nós trabalhamos agora.

Então, o PMDB é contra a emenda da portabilidade.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Como vota o PT?

O SR. VALMIR PRASCIDELLI (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.)

- Sr. Presidente, esta emenda, com todo respeito aos seus autores, é a maior excrescência que nós vimos no debate que estamos encerrando, se Deus quiser e todos os Deputados permitirem, hoje.

A bancada do PT vota contra esta emenda, para manter a lisura do trabalho que nós fizemos durante todos esses meses e dos procedimentos desta Casa, não a transformando num balcão de negócios.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Como vota o PP, Deputado Arthur Lira? (*Pausa.*)

O SR. EFRAIM FILHO (DEM-PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, o Deputado Arthur Lira me pediu para encaminhar uma proposta, na linha do que foi feito com o PSC, com o apoio de todos. Eu acredito que tenho aqui a palavra do PR, PP, PSB, parte deles.

A grande crítica é que o balcão de negócios seria uma janela futura. O acordo a que quer se chegar aqui, que eu acho atende a todos, é fazer uma atualização. A Deputada Renata encaminhou essa proposta, para evitar uma defasagem da realidade. Partidos que em 2014 tinham um cenário e hoje têm outro não podem ir com essa distorção para as eleições de 2018.

Então, ao invés de fazer 30 dias para a frente, pegaríamos a data de 30 dias para trás e faríamos a atualização do tempo de televisão, para ficar de acordo com a



bancada. Alguém ganha um pouco. Alguém perde um pouco. Nós conseguimos fazer o ajuste e passar para o próximo destaque, sem janela, sem balcão de negócios, sem nada, porque PP, PR, Podemos e Democratas vão verificar, e joga-se por água abaixo.

Então, eu acho que este acordo é para que não haja balcão de negócios e seja traçada uma realidade, só isso, fazendo com que o plenário hoje reflita a realidade das eleições de 2018. Ninguém perde muito, ninguém ganha muito, ninguém perde pouco, só se atualiza o PL.

É o encaminhamento que eu faço, Sr. Presidente.

O SR. DOMINGOS NETO - Sr. Presidente, o PSD...

O SR. JOSÉ ROCHA - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Só um minutinho. O Líder vai falar e V.Exa. fala depois, Deputado José Rocha.

O SR. DOMINGOS NETO (PSD-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PSD concorda com a sugestão do Deputado Efraim. Apenas para que ela possa ser aplicável, nós teríamos que construir uma emenda aglutinativa com certa urgência e outro tema que também, por equívoco da emenda colocada, foi retirado. Trata-se de um tema que foi uma vitória de 2015: que o tempo de televisão da majoritária seja contado apenas pelos seis partidos.

No inciso em que a Deputada Renata cita, ela retira essa questão. Se for possível fazer isso com a data retroativa, impedindo, portanto, um leilão futuro, e trazer de volta ao texto o que está hoje na lei — que o tempo de televisão da majoritária seja composto apenas pelos seis maiores partidos da coligação —, o PSD concorda com esse acordo.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Como vota o PR?

O SR. JOSÉ ROCHA (PR-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PR vai na mesma linha do DEM, com o consentimento da Deputada Renata, no sentido de que esta proposta acaba com a alegação do balcão de negócios e do leilão.

Portanto, utilizando-se a data de 30 dias antes, não há por que falar em balcão de negócios e em leilão. Portanto, o PR segue nesta mesma direção.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Deputado Betinho Gomes.

O SR. BETINHO GOMES (PSDB-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PSDB não concorda com essa solução que está sendo apresentada neste instante, pois acha que este destaque é um desrespeito ao voto do cidadão. Os partidos têm seu fundo partidário, seu tempo de televisão. É assim que se legitima o resultado das urnas e se dá condições de o partido atuar, não querendo mudar no meio do caminho qualquer tipo de movimento que se faça para beneficiar partido A ou B, frustrando e fraudando inclusive a vontade da população. O PSDB vota “não” e não aceitará este acordo.

O SR. JOSÉ ROCHA (PR-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Por favor, coloquem o voto “sim” para o PR.

O SR. GILBERTO NASCIMENTO (PSC-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Quem sabe fazemos um apelo para a Deputada Renata retirar o destaque do caminho?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Como vota o PSB? (*Pausa.*)

O PSDB vota “não”.

O SR. POMPEO DE MATTOS - O PDT, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Deputado, o PSDB não falou nem “sim” nem “não”.

Como vota o PDT?

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, na verdade a proposta inicial viraria uma mercancia, um cartel, uma espécie de *show* do milhão, como o programa do Sílvio Santos *Quem quer dinheiro?* Se fosse para o futuro. Mas voltando ao passado, o passado já está corrigido. Ele é estático, é imutável, já estão feitos os devidos ajustes. Não vejo nenhum problema, já que o *status quo* será mantido. A partir de agora, ninguém vai mudar de partido levando Fundo e horário político.

Parece-me razoável, a proposta é aceitável. Do ponto de vista político e do ponto de vista técnico, na nossa compreensão, para o PDT não há problema.

O SR. JOSUÉ BENGTON (Bloco/PTB-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PTB encaminha o voto “não”.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Como vota o PSB?

O SR. TADEU ALENCAR (PSB-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSB, Sr. Presidente, orienta o voto “não”.

Nós temos clareza de que houve um esforço para fazer uma reforma política que alterasse minimamente o sistema em vigor.

O sistema partidário brasileiro é de uma fragmentação que fragiliza também a democracia. Portanto, essa proposta casuística favorece um *gran bazar* aqui, uma troca de partidos que consagra a infidelidade partidária.

É inaceitável, depois desse esforço, embora limitado nos seus resultados, o que nós temos a apresentar ao Brasil.



Portanto, o PSB orienta “não” e considera inaceitável e indecente essa proposta.

O SR. ORLANDO SILVA - Presidente Manato, por favor...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Como encaminha o Deputado Russomanno?

O SR. CELSO RUSSOMANNO (PRB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PRB entende que nós estamos falando aqui de fidelidade partidária. Quando se fala de fidelidade partidária, podemos até aceitar que um Deputado não esteja contente de estar num partido e queira sair dele para ir a outro. Mas o PRB não concorda que se leve junto o fundo partidário e o tempo de televisão que foi adquirido na eleição.

Portanto, nós votamos “não”.

O SR. GIVALDO CARIMBÃO - Sr. Presidente, o PHS quer votar.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Não, é o Podemos.

Como vota o Podemos, Deputada Renata? (*Pausa.*)

O SR. MAIA FILHO - Sr. Presidente, o PP quer votar.

O SR. ORLANDO SILVA - Sr. Presidente, eu quero fazer uma sugestão, dialogando com o Deputado Efraim Filho. V.Exa. ofereceu 3 minutos a ele. Eu quero discutir com o Deputado Efraim, Sr. Presidente, para propor a ele um entendimento.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Pois não, Deputado.

O SR. ORLANDO SILVA (PCdoB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Ouvi a proposta do Deputado Efraim Filho, que captou que a preocupação central é não estabelecermos um mercado de mandatos e que, durante um prazo, seria



possível circular de um partido para outro. Isso teria um grande impacto negativo junto à opinião pública, Deputado Efraim?

A sugestão do Deputado Efraim é que consideremos a bancada do dia 1º setembro. Essa é a primeira dúvida que eu quero que o Deputado Efraim esclareça. Precisamos da referência temporal para equilibrar tempo de TV, para equilibrar exclusivamente tempo de TV da bancada dos partidos em 1º de setembro de 2017. Quero ouvir a opinião do Deputado Efraim Filho, porque temos acordo com essa sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Foi isso que ele disse. Foram 30 dias. É isso daí. São 30 dias. É isso mesmo.

O SR. ORLANDO SILVA - São 30 dias a contar do dia da votação.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Exato.

O SR. GIVALDO CARIMBÃO - Só para tempo de TV, não é, PCdoB?

O SR. ORLANDO SILVA - Eu queria ouvir do Deputado Efraim confirmar se a proposta é exclusivamente para tempo de televisão, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Ah, sim. Estamos discutindo essa matéria aqui. Daqui a pouco chegaremos ao questionamento de V.Exa.

Vamos ouvir o Líder do Solidariedade.

O SR. AUREO (SD-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, esta emenda apresentada é muito estranha. Primeiro, foi apresentada com um texto. Depois que se abriu à discussão, está-se querendo apresentar outro texto desconhecido.

Não dá para compactuar, neste momento que o Parlamento vive, no momento político pelo qual estamos passando, com a compra e venda de Deputados por



partidos políticos. Acabamos de aprovar agora o fundo público para eleição, que vai definir o sistema eleitoral ao Brasil, que vai dar clareza, sem financiamento empresarial para o nosso País, que vai dar equilíbrio às eleições de 2018. Não podemos agora transformar o Parlamento brasileiro num grande balcão de negócios, com compra e venda de Deputados por partidos políticos.

Quem escolhe uma sigla partidária tem que defender essa sigla partidária, porque ele escolheu essa sigla partidária.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado, Deputado Aureo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Como vota o PP?

O SR. MAIA FILHO (Bloco/PP-PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, autoridade, primeiro quero saudar a sua posição salomônica, porque eu nunca tinha visto somar voto para o partido, mas foi uma decisão criativa que V.Exa. teve. Infelizmente não foi aceita, mas quero dizer que, para evitar toda a celeuma, o que o Deputado Efraim Filho colocou acaba com toda a polêmica, porque não vai haver balcão de negócios, não vai haver negociações.

Agora, o fundo vai ser medido pela votação que o Deputado vai ter nas eleições de 2018. Então, esse é o acordo. Se o acordo for estabelecido e preestabelecido assim, o PP acompanha. Se não for, vamos pedir verificação.

É esse o entendimento do nosso partido. Vamos votar “não”.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Deputado Orlando Silva, V.Exa. poderia já ir lá conversar com ele enquanto estivermos orientando?

O SR. ORLANDO SILVA (PCdoB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a orientação nossa vai ser em função de o acordo ser ou não



apreciado. O Deputado Efraim Filho fez uma proposta. Nós consideramos uma proposta positiva. O encaminhamento só faz sentido em torno de qual proposta?

O SR. EFRAIM FILHO (DEM-PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Em torno do acordo. É isso que está sendo discutido. Peço ao PMDB, o Deputado Carlos Marun estava conversando, porque o acordo é razoável. Nós estabelecemos o texto, é uma atualização para as eleições que vêm em 2018.

Não dá para trabalharmos com uma realidade defasada. Não queremos mexer com Fundo Partidário, não queremos mexer com dinheiro e nem nada. É a possibilidade do partido se posicionar.

O SR. BETINHO GOMES (PSDB-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, só para reafirmar que o PSDB não vai fazer nenhum acordo em relação a essa matéria.

O SR. ORLANDO SILVA - Nós somos contra a emenda apresentada, porque consideramos que o texto da emenda vai, sim, abrir um mercado de mandatos parlamentares, e nós somos contrários a isso.

Do mesmo modo que fizemos o entendimento no item anterior, quero fazer um apelo ao PSDB para que façamos um entendimento agora.

O que vai acontecer, Deputado Betinho Gomes, é que, quando for iniciada a votação, se um partido pedir votação nominal, verificação, vai começar aquela agonia, não vai haver 257 e será produzido de novo aquele processo de busca de entendimento.

O SR. BETINHO GOMES - É só a Deputada retirar!



O SR. ORLANDO SILVA - Defendemos firmar o acordo, apoiando a proposta do Deputado Efraim Filho, estabelecendo um marco temporal de 30 dias anteriores apenas para tempo de televisão.

O SR. BEBETO - Questão de ordem, Presidente!

A SRA. LAURA CARNEIRO - Sr. Presidente! Sr. Presidente, quero fazer um apelo ao Líder do PSDB.

O SR. BEBETO (PSB-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, estamos examinando o acordo proposto pelo Deputado Efraim Filho, no entanto, em relação à proposta da Deputada, esta emenda, nós achamos excessivo, permissivo. Não podemos transformar esta Casa e a relação dos partidos em um mercado partidário. É preciso que tenhamos prudência. É excessiva a proposta. O PSB entende ser desmedido o seu conteúdo. Não dá para aceitar o encaminhamento desta votação, portanto, não queremos votar esta matéria, este destaque da Deputada.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Como vota o PSC, Deputado Gilberto Nascimento ou Deputado Professor Victório Galli?

O SR. GILBERTO NASCIMENTO (PSC-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu gostaria de fazer um pedido aqui. No momento em que estávamos votando aquela emenda do Deputado Bolsonaro, houve um entendimento para retirar, para que não derrubássemos a sessão. Eu gostaria de conclamar à nossa querida Deputada Renata Abreu que também retirasse sua proposta em nome do Brasil, da democracia, da clareza desta Casa. Em qualquer proposta que não seja contada a vontade do povo e o respeito ao no voto do povo



de 2014, será desrespeito se ela virar mercado persa nesta Casa. O PSC de forma muito clara vota “não”.

Volto a solicitar novamente à Deputada Renata Abreu que, em nome da democracia, da boa convivência nesta Casa e da reforma que precisamos votar, por favor, retire essa emenda. Essa emenda não vai prosperar, vai acabar caindo na Justiça, e vamos ficar aqui na grande confusão hoje. Por favor, Deputada Renata Abreu, retire para o bom andamento desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Tem a palavra o Deputado Alex Manente.

O SR. ALEX MANENTE (PPS-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, mesmo com o acordo que está sendo sugerido pelo Democratas, nós não conseguiríamos votar a favor do destaque desta emenda. Então, nós somos contra a emenda. Obviamente, somos a favor de um entendimento mais amplo, que possa salvar todo o trabalho que foi desenvolvido.

Que tenhamos a clareza de que este não é o momento adequado de fazermos um leilão que vai certamente comprometer a imagem desta reforma política que está sendo votada pela Câmara.

Então, o PPS vota “não” a este destaque.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Como vota o PHS?

O SR. GIVALDO CARIMBÃO (PHS-AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.)

- Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, está muito claro aqui o carinho, o respeito e a atenção que temos pela companheira Renata.

Um partido que tinha 3 ou 4 Deputados passou a ter 18 Deputados. Isso é uma realidade. Imaginem o partido levar o fundo partidário de 3 para 18 Deputados.



Isso é um problema, pois ele cresceu e, naturalmente, agora tem que dar uma solução.

O tempo de televisão é um outro problema. Mas naquele momento em que a companheira Renata apresentou a proposta, ainda não estava aprovado o fundo. Eu acho que é sensata a posição do DEM de que no Parlamento o importante é conseguir o possível. Parece-me que o possível nesta hora é dar o tempo de televisão, e o PHS junta-se...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado, Deputado.

O SR. BETINHO GOMES (PSDB-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador) - Sr. Presidente, o único acordo possível é a retirada do destaque pela Deputada Renata Abreu. Fora disso, não há acordo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Como vota o PV? *(Pausa.)*

Como vota o PSOL? *(Pausa.)*

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador) - O PDT muda para “não”, Sr. Presidente.

O SR. EFRAIM FILHO (DEM-PB. Pela ordem. Sem revisão do orador) - O Democratas vota “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Quem mudou para “não”?

O SR. POMPEO DE MATTOS - O PDT.

Enquanto não houver acordo, é “não”. Se houver acordo, nós podemos seguir o acordo, Sr. Presidente.

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador) - O PSOL tem uma compreensão elementar da qual andamos um pouco esquecidos,



talvez pelo adiantado da hora: a fonte dos nossos mandatos é o voto popular originário. E olha que nós temos dois belíssimos companheiros egressos do PSB e poderíamos nos beneficiar de algum arranjo de fundo partidário, de tempo de TV e rádio, seja futuro, na janela prometida, a crédito, seja nos restos a pagar da proposta que surgiu aqui e agora, de 1º de setembro.

Então nós não vamos obstruir. Nós vamos votar até o fim. Não vamos sair daqui. Queremos que a matéria seja apreciada *in totum*, mas vamos defender o nosso “não” a esse acertinho ilegítimo — portabilidade, isso para cá, isso para lá.

E o nosso partido cresceu em bancada.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Como vota o PV, Deputado Evair de Melo?

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (PV-ES. Pela ordem. Sem revisão do orador) - O PV vota “não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Como vota a REDE? (*Pausa.*)

Como vota o Representante do PEN? (*Pausa.*)

O SR. JOSÉ GUIMARÃES (PT-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador) - A Minoria vota “não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Como vota a Maioria?

O SR. LELO COIMBRA (PMDB-ES. Pela ordem. Sem revisão do orador) - A Maioria vota “não”, Sr. Presidente.

O SR. JOAQUIM PASSARINHO (PSD-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador) - O PSD, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Eu vou ouvir todo mundo de novo para não ser injusto. Vamos recomeçar. Há partido sem registro de orientação no painel.

O SR. BETINHO GOMES - Só falta o PSD. É só olhar no painel.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Como vota o PP? *(Pausa.)*

O SR. BETINHO GOMES - Só falta o PSD.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - O PP vota “não”? *(Pausa.)* O
PP vota “não”.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Como vota o PSD?

O SR. JOAQUIM PASSARINHO (PSD-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PSD entendeu a posição da Deputada Renata e concordou que, se a proposta fosse aceita pelo PSDB, nós a acompanharíamos. Se fosse contrário, nós votaríamos “não”. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Deputado Efraim, o DEM mantém “sim”? *(Pausa.)*

O SR. JOSÉ GUIMARÃES - Já orientou.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Não há ninguém da REDE? *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Em votação.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Aqueles que forem pela aprovação permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

REJEITADA A EMENDA.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Requerimento de destaque.

Requeiro, nos termos do art. 161, II e § 2º do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, destaque



para votação em separado da Emenda nº 7 do Projeto de Lei nº 8.612, de 2017.

Para falar favoravelmente à matéria, tem a palavra o Deputado Glauber Braga. *(Pausa.)*

O SR. ARTHUR LIRA - Parabéns, Presidente Manato, pela condução.

A SRA. ALICE PORTUGAL - Parabéns, Deputado Manato!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Parabéns a V.Exas.!

O SR. IVAN VALENTE - A Deputada Luiza Erundina é que vai falar.

O SR. JULIO LOPES - Parabéns, Presidente Manato!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Para falar favoravelmente à matéria, tem a palavra o Deputado Glauber Braga. *(Pausa.)*

O SR. IVAN VALENTE - A Deputada Luiza Erundina vai falar.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Deputada Luiza Erundina tem a palavra para falar contra a matéria. *(Pausa.)*

Desculpe, Líder Julio Lopes, a palavra é de V.Exa., grande produtor do acordo.

O SR. CHICO ALENCAR - Não vão embora, não, que o PSOL vai pedir verificação.

O SR. ARTHUR LIRA (Bloco/PP-AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Peço a V.Exa. que, se possível, cancele a Ordem do Dia de amanhã, nos libere do ponto. São 3 horas manhã.

O SR. CHICO ALENCAR - O PSOL vai pedir verificação se o Presidente Rodrigo Maia não voltar ao local de trabalho. Ele se evadiu. Foi dormir.



O SR. JULIO LOPES - Parabéns, Sr. Presidente, Deputado Carlos Manato, pela condução dos trabalhos. Quero elogiar a postura de V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Obrigado. Eu preciso acabar isso em 3 minutos. Peço a ajuda de V.Exas.

Tem a palavra a Deputada Luiza Erundina. *(Pausa.)*

O SR. CHICO ALENCAR - Nós vamos pedir verificação.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - O PSOL vai pedir verificação, hein?!

Tem a palavra a Deputada Luiza Erundina, por 3 minutos.

A SRA. LUIZA ERUNDINA (PSOL-SP. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, colegas Parlamentares, eu vou usar a própria definição do Relator da matéria, que dizia ainda há pouco que essa é uma pequena reforma política. Eu concordo com ele, porque a reforma apresenta um vazio, que é não ter tratado, não ter incluído mecanismos de democracia direta, de democracia participativa. E isso desagrada não só ao PSOL, mas também aos setores da sociedade civil organizada que lutam por uma autêntica reforma política neste País há muitas décadas, Sr. Presidente.

Além disso, o resultado da votação dessa matéria se ressentem da falta de legitimidade, porque estivemos aqui a legislar em causa própria, em detrimento, inclusive, dos interesses da sociedade, por exemplo, com a criação do fundo de financiamento de campanha.

Dessa forma, o PSOL propõe essa emenda para que as alterações constitucionais relacionadas às regras eleitorais, ao sistema partidário e ao sistema político sejam submetidas a referendo popular, nos termos da Lei nº 9.709, de 1998.



Portanto, Sr. Presidente, eu peço o apoio dos nobres Deputados e Deputadas como uma forma de sinalizar para a sociedade que esta Casa não está de todo indiferente a uma questão avaliada tão positivamente e demandada de forma muito forte, que é o exercício da democracia direta, da democracia participativa, prevista no art. 14 da Constituição Federal e até hoje não regulamentada. A Comissão Especial teve a oportunidade de suprir esta deficiência do sistema político-eleitoral-partidário nosso, e esta emenda vem no sentido de sinalizar que nós temos compromisso em promover e viabilizar o exercício da democracia direta.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado, Deputado Luiza Erundina.

Fala, Deputado Chico Alencar.

O SR. CHICO ALENCAR - Há alguém que vai encaminhar contra a matéria?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Não.

O SR. ORLANDO SILVA - Quero encaminhar pelo PCdoB, Presidente.

O SR. CHICO ALENCAR - Então, o referendo vai ser aprovado por unanimidade? Devia.

Eu quero orientar pelo PSOL.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Orientação de bancada.

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - "Sim" para todo mundo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - "Sim" para todo mundo.

O PSOL vai orientar.

O SR. CELSO RUSSOMANNO - Coloca "sim" para todo mundo, Sr. Presidente.



O SR. CHICO ALENCAR (PSOL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - A maneira como este Plenário tratou este último destaque, o seu conteúdo, que é levar ao referendo da população brasileira, que nos colocou aqui...

A própria oradora, nossa decana e admirável Luiza Erundina revela bem como anda mal este Parlamento — desrespeito, dispersão, desatenção, desprezo não apenas com uma pessoa que merece nossa consideração, mas com uma proposta de submeter tudo o que discutimos aqui ao crivo da população. Nós estamos a léguas de distância da democracia participativa.

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. ORLANDO SILVA - Quero orientar pelo PCdoB, Sr. Presidente.

O SR. DOMINGOS NETO (PSD-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, PSD encaminha “não”.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Deputado Marcus Pestana.

O SR. MARCUS PESTANA (PSDB-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, todos nós temos um carinho enorme pela Deputada Luiza Erundina, mas esta emenda tem um intransponível problema de constitucionalidade. O rito de plebiscito e referendo está previsto na Constituição e não pode ser alterado por lei ordinária.

Deputada Luiza Erundina e Deputado Chico Alencar, eu estou começando a coletar assinatura para uma PEC, para um plebiscito em 2020 sobre sistema de Governo, sistema eleitoral e sistema de financiamento.

Vamos nos unir sim para a participação popular porque o Congresso já demonstrou que não consegue consenso para verdadeiras transformações. Mas o



referendo, por este instrumento, não é possível porque uma lei ordinária não pode alterar a Constituição. Então, é “não”.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Como vota o PMDB, Deputado Hildo Rocha?

O SR. CELSO RUSSOMANNO - Sr. Presidente, o PRB quer votar.

O SR. HILDO ROCHA (PMDB-MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PMDB entende que a pretensão da Deputada Luiza Erundina é muito válida, imbuída de bons propósitos.

Nós somos favoráveis a isso, mas em uma situação diferente dessa, porque, se nós introduzirmos essa proposta da Deputada Luiza Erundina, vamos acabar com tudo que nós construímos aqui.

Então, queremos construir mais à frente essa proposta dela. Inclusive, eu propus no início deste debate, no ano passado, o plebiscito.

Então, o PMDB encaminha “não”.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Com a palavra o Deputado Carlos Zarattini.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, apresento uma questão de ordem.

Em primeiro lugar, nós gostaríamos, Deputado Chico Alencar, de render sempre nossas homenagens à Deputada Luiza Erundina pela sua história, pelo seu trabalho, pela pessoa que é e também pela proposta que apresentou, pela qual nós temos muita simpatia.

Mas há um problema concreto. Pela nossa Constituição, nós temos que aprovar 1 ano antes as medidas para as próximas eleições. Eu acredito que



qualquer reforma que trate de sistema eleitoral, sistema de votação, efetivamente, deve passar por um referendo. Devemos prever isso com maior antecedência, para poder fazer efetivamente uma consulta popular.

Nós somos favoráveis no mérito, mas, neste momento, vamos votar “não”.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Como vota o PSD?

O SR. DOMINGOS NETO (PSD-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, apresento uma questão de ordem também.

O art. 49 da Constituição é muito claro de que a matéria, de fato, deve ser objeto de decreto legislativo.

Portanto, é questionável até a constitucionalidade da votação dessa emenda. Mesmo que o mérito seja extremamente importante, a forma é um impasse intransponível, como aqui foi tratado por quem me antecedeu.

Então, era só para entender como a Mesa declarou constitucionalidade da emenda, porque, teoricamente, ela não poderia nem estar sendo votada.

O SR. ORLANDO SILVA - Sr. Presidente, para encaminhar pelo PCdoB.

O SR. CELSO RUSSOMANNO - Sr. Presidente, para encaminhar pelo PRB.

O SR. ORLANDO SILVA - Sr. Presidente, para encaminhar pelo PCdoB.

O SR. TADEU ALENCAR - O PSB, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Como vota o PSB?

O SR. TADEU ALENCAR (PSB-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Eu quero orientar.

Nós entendemos que é meritória a proposta do PSOL, encampada aqui pela ilustríssima decana deste Plenário, a Deputada Luiza Erundina, que é um patrimônio da política brasileira.



O PSB defende, cada vez mais, favorecer a participação popular por mecanismos que deem maior legitimidade à ação da democracia representativa, com instrumentos da democracia direta. Mas, na medida em que as alterações da Constituição precisariam ser submetidas a um referendo, nós entendemos que a própria Constituição é que deveria prever.

Então, ressalvado o mérito dessa iniciativa, o PSB, por essas razões de ordem formal, orienta “não”.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Com a palavra o Deputado Efraim Filho.

O SR. EFRAIM FILHO (DEM-PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - “Não”, Presidente.

O SR. CELSO RUSSOMANNO - O PRB, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Como vota o PRB, Deputado Celso Russomanno?

O SR. CELSO RUSSOMANNO (PRB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, com todo o respeito à Deputada Luiza Erundina, a quem eu tenho muito carinho, essa emenda sofre de vício constitucional. Não seria o momento, e, sim, uma emenda constitucional para a mudança que o PSOL pretende.

Por isso, infelizmente, por vício constitucional, nós votamos “não”.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado.

Agora...

O SR. GLAUBER BRAGA - Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - O PDT...



O SR. GLAUBER BRAGA - Presidente, eu só queria fazer uma observação...

O SR. ORLANDO SILVA - Sr. Presidente, eu pedi para encaminhar pelo PCdo B.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Desculpe, depois do PCdoB...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Então, vamos...

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Na oportunidade, dialogando com todos os Parlamentares que fizeram a sua exposição falando sobre a constitucionalidade da matéria, a gente hoje...

Eu falo respeitosamente que a gente hoje orientou emenda que não tinha nem texto de orientação e que foi modificada oralmente na hora em que a votação e a orientação foram feitas. Se a gente for falar de ilegalidade ou de ilegitimidade de essa matéria ser votada, muita coisa que foi votada por acordo, aqui, não poderia ter sido. Mas já que existe essa boa disposição de todos os Líderes que fizeram a sua orientação, eu já proponho que a gente recolha assinaturas para a modificação constitucional de modo que todas as matérias que forem modificadas, Deputada Luiza Erundina, do sistema, não só de votação, mas do sistema político brasileiro, venham a passar futuramente por referendo. Se todos estão favoráveis e só estão fazendo a crítica a um instrumento, que é constitucional, e não no dia de hoje, esperamos a assinatura de todos.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - E aproveita e retira o destaque?

O SR. GLAUBER BRAGA - Não, Presidente, vamos aqui marcar a nossa posição e manter o destaque.



O SR. JOÃO DERLY (REDE-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - a REDE é “sim”, Presidente.

O SR. GLAUBER BRAGA - E pedir o apoio de todos para as propostas constitucionais que se apresentarem.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Como vota o PDT? *(Pausa.)*

Como vota o Podemos? *(Pausa.)*

Como vota o Solidariedade? *(Pausa.)*

Como vota o PCdoB?

O SR. ORLANDO SILVA (PCdoB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, eu fiz questão de ficar até o final para defender o destaque do PSOL e, se o Líder do PSOL me permite, polemizar com a abordagem dele sobre a constitucionalidade.

A proposta do PSOL é que as mudanças constitucionais sobre o sistema eleitoral passem a ser apreciadas no referendo. Não se trata do rito de convocação do referendo, trata-se de indicação dos temas que devem ser objetos de referendo. Não se trata da pauta dessa reforma política que, aliás, como tenho dito desde o começo, é um simulacro de reforma política.

Mas que novos temas que sejam objeto de mudança na Constituição sobre sistema político ou sistema eleitoral devem ser submetidos a um referendo.

Portanto, não se trata de debater constitucionalidade dessa matéria, é uma indicação que cabe na lei ordinária, por isso que eu quero apoiar, em nome do PCdoB, que seria uma forma, no apagar das luzes, de se garantir algum sentido popular a essa ...

(Desligamento automático do microfone)



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado, Deputado.

Como vota o PSC? *(Pausa.)*

Como vota o PPS? *(Pausa.)*

Como vota o PHS, Deputado Givaldo Carimbão?

O SR. GIVALDO CARIMBÃO (PHS-AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.)

- Sr. Presidente, entendemos perfeitamente que não deverá, obviamente, passar essa matéria. Mas também queremos marcar posição aqui. Entendemos que a sociedade deve ser ouvida, principalmente em matéria inclusive constitucional que mudou o modelo político do Brasil. Ela veio infraconstitucional, mas *(ininteligível)* constitucional.

Eu quero aqui dar este voto, em nome do PHS, dizendo também “sim”, em respeito à postura e à linha tanto do PSOL, quanto da REDE, neste momento, e conduzindo aqui na Câmara, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Algum partido ficou sem orientar? *(Pausa.)* Não.

A SRA. RENATA ABREU (Bloco/PODE-SP. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, PODEMOS orienta “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Em votação.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Aqueles que forem pela aprovação da emenda destacada, permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

REJEITADA.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Esta Presidência informa que foram retirados os Destaques n^{os} 1,2, 4, 7, 8, 9, 12, 13, 14, 17, 21, 24, 25 e 29.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Em votação as Emendas de Redação nºs 1 e 2.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Aqueles que forem pela aprovação permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

APROVADA.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Há sobre a mesa e vou submeter a votos a seguinte

REDAÇÃO FINAL:

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Aqueles que forem pela aprovação permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

APROVADA.

A matéria vai ao Senado Federal.

Parabéns a todos vocês.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - O painel estará aberto hoje o mais cedo possível. Se a imprensa quiser reclamar, reclame comigo, que cheguei aqui hoje 8h30min e há 12 anos consecutivos eu não falto.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO À MESA PARA PUBLICAÇÃO

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR (PCdoB-MA. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nos termos do Regimento Interno, e dada a impossibilidade de leitura em plenário, solicito a V.Exa. que seja dado como lido, para efeito de registro nos Anais desta Casa, este discurso de minha autoria.

A Bancada do Maranhão no Congresso Nacional garantiu mais uma vitória para o estado. Ontem (03/10), em reunião com o presidente Michel Temer, foi



garantido o descontingenciamento de R\$ 15 milhões para continuidade das obras realizadas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) em São Luís.

Com o compromisso firmado por Temer com a Bancada, está garantido o início da obra da Rua Grande, incluindo a Praça Deodoro, um grande sonho da capital do Maranhão, considerada Patrimônio Cultural da Humanidade, pela Unesco. Também serão retomadas obras dos teatros Arthur Azevedo e João do Vale, Museu de Artes Visuais, Fórum Universitário, Jucema e Palácio das Lágrimas.

Ainda durante o encontro, o Presidente garantiu que empenhará a emenda de bancada que destinará verbas para as outras obras do Iphan em 2018, o que irá manter as obras em execução. Participaram da reunião sete deputados federais, o vice-governador do Maranhão, Carlos Brandão, além de representantes da Junta Comercial do Maranhão (Jucema), Sindicato das Indústrias da Construção Civil do Maranhão (Sinduscon-MA), Câmara de Dirigentes Lojistas de São Luís (CDL), Fiema e Associação Comercial, todos juntos por São Luís e pelo Maranhão. Assim age a bancada federal maranhense no Congresso.

No mês passado, eu recebi o presidente do Sindicato das Indústrias da Construção Civil do Estado do Maranhão (Sinduscon-MA), Fábio Nahuz, que em nome da Câmara de Dirigentes Lojistas de São Luís (CDL), solicitou uma intervenção junto ao Iphan.

Segundo Nahuz, a CDL foi surpreendida com a notícia de suspensão das obras, que atingiu diretamente a continuidade do Projeto de Requalificação Urbana da Rua Grande, uma das mais antigas aspirações do segmento lojista. Esta é a uma solução possível para promovermos a total revitalização econômica e social daquela



área, que proporcionará benefícios não apenas ao setor varejista, com também ao turismo, e à população como um todo.

Eu também estive na sede da CDL, em São Luís, para se reunir com o presidente da entidade, Fábio Henrique Ribeiro, para aprofundar o tema e detalhar os pleitos. Reforçando o engajamento da Bancada em defesa da concretização dos projetos, mobilizaremos todos os parlamentares para mais uma vez, juntos, atuarmos em prol do Maranhão. É necessário que o Governo Federal assegure recursos para essas obras.

Na semana seguinte, nos reunimos com a presidente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), Kátia Bogéa, para tratar da execução das obras do PAC Cidades Históricas no Maranhão. Kátia Bogéa elogiou a iniciativa da Bancada em convocar a reunião para acompanhar de perto a situação das obras do PAC Cidades Históricas e afirmou que o Iphan tem trabalhado com o apoio do Governo do Estado, da Prefeitura Municipal de São Luís, e com a Universidade Federal do Maranhão (UFMA). São Luís já foi apoiada com R\$ 8 milhões para a elaboração de projetos, e agora é necessário ultrapassar esse momento de dificuldade que o país e o Governo Federal enfrentam e garantir verba para executar essas obras.

Era o que tinha a dizer.

VI - ENCERRAMENTO

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - *COMPARECEM MAIS OS SRS.:*

DEIXAM DE COMPARECER OS SRS.:



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Encerro a sessão, convocando Sessão Deliberativa Extraordinária para hoje, quinta-feira, dia 5 de outubro, às 9 horas, com a seguinte Ordem do Dia: Projetos de Decreto Legislativo nºs 105, de 2015; 389, 424, 513, 528, 561, 570, 571, 572 e 573 de 2016; e 626, de 2017. Haverá matéria sobre a Mesa para deliberação.

Lembro que haverá Sessão Não Deliberativa Solene, hoje, quinta-feira, 5 de outubro, às 10 horas, em homenagem ao Outubro Rosa.

Está encerrada a sessão.

(Encerra-se a sessão às 3 horas e 04 minutos.)